



Revista de Agricultura Urbana nº. 09 – Abril de 2003

Financiando a Agricultura Urbana



Sumário

2	Apresentação
8	Editorial: Financiando a Agricultura Urbana
9	Informações de Mato Grosso do Sul, Tontines e Cartum
19	O gerente de comercialização em Gana
21	Microcrédito para pequenos produtores na Argentina
26	Política social - ou a demanda desassistida - o caso de Texcoco, México
31	Crédito e investimento na agricultura urbana no Nepal
37	Focando o crédito para a agricultura urbana em Gaborone, Botsuana
42	HOPCOMS: uma história de sucesso com cooperativa de vendedores de hortaliças
46	Financiando a agricultura urbana em Londres
52	Assegurando recursos por meio do orçamento municipal participativo, em Porto Alegre
57	Financiando o desenvolvimento da produção de laticínios voltada para o mercado na Etiópia
62	Microcrédito e investimentos para a agricultura urbana em São Petersburgo
66	Estratégias econômicas para diversos sistemas de cultivo na África Ocidental
71	Microcrédito para agricultura urbana na Bulgária
75	Investimentos em agricultura urbana para reduzir a pobreza nas Filipinas
83	Compostando o lixo das cidades na agricultura urbana na Índia
86	Serviços financeiros formais e informais
89	O desenvolvimento da agricultura periurbana em Xiaotangshan, China
95	Publicações de interesse
98	Eventos de interesse

Apresentação da 9ª. Edição

Prezados leitores,

Muitos moradores pertencentes ao crescente grupo de pobres urbanos estão se tornando micro-empresendedores informais, tais como micro-comerciantes, catadores e recicladores de lixo, ou atuando nos setores de transporte e produção de alimentos. Esses empreendedores precisam ter acesso a capital de giro para manter seus investimentos e para sua possível expansão. A agricultura urbana está sendo cada vez mais reconhecida como um veículo para o desenvolvimento de cidades mais produtivas, sustentáveis, inclusivas e democráticas, mas a maior parte desses produtores urbanos de alimentos enfrenta dificuldades para ter acesso ao crédito e a sistemas de investimento.

O no 8 da Revista de Agricultura Urbana foi anunciado no início de 2002. Naquele ano, a agência Habitat, das Nações Unidas, por meio de seu Departamento de Economia e Finanças Urbanas (com sede em Nairóbi), e de seu Programa de Gestão Urbana para a América Latina e Caribe (PGU-ALC), e em parceria com o Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (International Development Research Centre - IDRC, do Canadá), apoiou a iniciativa de documentar e analisar vários estudos de casos ligados à concessão de crédito e investimentos na agricultura urbana. A iniciativa foi depois reforçada com casos fornecidos pelo RUAF.

Alguns desses casos já foram descritos na Revista de Agricultura Urbana no 7, (como os casos do Quênia e de Harare). Devido a um certo atraso na finalização e apresentação da pesquisa, nem todos os casos foram publicados no no 7, nem foi possível editar um número especial da Revista sobre Financiamento para a AU, usando esses casos, para a recente Reunião de Cúpula em Joanesburgo. Entretanto, um número especial da Revista foi publicado, focalizando na principal questão abordada na Reunião: o desenvolvimento sustentável das cidades, que foi distribuído durante o evento. O plano agora é apresentar e discutir os casos envolvendo financiamento e suas análises em um painel internacional que inclua instituições financeiras e agências doadoras (como os membros da SGUA; bancos populares, governos locais e cooperativas de crédito, entre outros). A princípio, o próximo Fórum Mundial da Alimentação, a se realizar em Barcelona, Espanha, em setembro de 2004, sediará esse painel.

Todos estão convidados a contribuir para os futuros números da Revista de Agricultura Urbana (ver a chamada para contribuições). Os artigos devem ter, de preferência, um máximo de 2.500 palavras, e ser acompanhados por ilustrações (digitalizadas e de boa qualidade), referências e resumo.

Conforme a sugestão do Conselho Editorial, nós estamos recebendo contribuições sobre qualquer assunto ligado à Agricultura Urbana. Os artigos serão examinados para publicação por uma equipe formada pelo editor responsável indicado pelo RUAF e por um co-editor consultor científico externo.

O primeiro e segundo números da Revista de Agricultura Urbana em chinês estão sendo distribuídos. O primeiro número da Revista em árabe já está sendo distribuído, e o segundo está sendo preparado. Os leitores nesses idiomas estão convidados a contatar as instituições responsáveis por sua edição. O no 7 da Revista em espanhol (Aspectos Econômicos da Agricultura Urbana) já foi publicado, e o no 8 está sendo preparado, enquanto que a edição em francês do no 6 já está sendo distribuída.

Esperamos seu contato em breve,
Os editores

Nesta edição:

Editorial: Financiando a Agricultura Urbana

Marielle Dubbeling e René van Veenhuizen

Informações de Mato Grosso do Sul, Tontines e Cartum reunidas por Marielle Dubbeling e René van Veenhuizen. Embora nenhum artigo tenha sido enviado sobre essas três experiências, a equipe do RUAF percebeu a importância de divulgá-las.

O gerente de comercialização em Gana

George Danso e Pay Drechsel

Enquanto muitas atividades agrícolas em Gana são financiadas pelo governo ou por programas internacionais de assistência, os agricultores urbanos comerciais só podem contar com seus próprios recursos para iniciar ou ampliar seus negócios, e dependem, para comprar insumos, do adiantamento fornecido por quem comercializa seus produtos no mercado. Alguns produtores estão aprendendo a superar essa carência de crédito – De Gana, um exemplo a partir dos esforços de um grupo de sete agricultores da cidade de Acra.

Microcrédito para pequenos produtores na Argentina

María Angélica Sbarbatti, Teresa Sunde e Myrian Dreyer

A agricultura urbana inclui atividades de pequena escala que visam complementar a renda familiar. Não existe nela o conceito empresarial, como nas grandes indústrias. Na Argentina, os recursos humanos, técnicos e financeiros de apoio a ela só estão disponíveis por meio de programas como o programa Pro-Huerta, do INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agricultura e Criação de Animais) e o Programa de Agricultura Social (PSA). Embora a crise econômica tenha enfraquecido o processo de integração no país, existem condições que permitem a geração de uma mudança positiva através das atividades agrícolas urbanas, já que os pequenos produtores são os verdadeiros motores por trás do processo de desenvolvimento. O PSA, criado em 1993, focaliza nessas condições capazes de promover mudanças. O programa de micro-crédito rural foi adaptado para os produtores das áreas urbanas e periurbanas, e promove o desenvolvimento dos sistemas de produção através da oferta de treinamento, crédito e assistência técnica.

Política social - ou a demanda desassistida - o caso de Texcoco, México

Gabriel Ramírez García

No México, a cada ano grandes porções de terras agrícolas são incorporadas à hierarquia e à dinâmica das grandes cidades. Um dos territórios recém incluído na dinâmica megalopolitana da Cidade do

México é Texcoco, localizado no estado do México, a 20 km da capital mexicana. Em Texcoco, 42 das 54 comunidades são consideradas rurais, e a missão do atual governo é preservar seus espaços produtivos da influência urbana. Em 1997, a Unidade de Desenvolvimento Urbano começou uma experiência piloto do Programa de Microcrédito Produtivo, cujo objetivo era fortalecer as atividades produtivas na região, especialmente para os pequenos e médios produtores. Este artigo avalia os resultados obtidos pelo programa.

Crédito e investimento na agricultura urbana no Nepal

Roshan Shrestha

No Nepal existem 58 municipalidades e cerca de 80% da população nepalesa depende da agricultura, baseada principalmente nas áreas rurais. Devido à rápida urbanização, grande parte das áreas agriculturáveis de Kathmandu foi ocupada por moradias, quase eliminando a produção agrícola. Hoje muitas terras agriculturáveis na periferia da cidade estão dedicadas à produção de alimentos, principalmente de arroz, trigo e hortaliças, sendo os produtos vendidos nos mercados locais. O impacto de duas cooperativas é descrito neste artigo: a MPSACCO é uma cooperativa só de mulheres, que adotou dois tipos de concessão de crédito (individual e em grupo); e a SSACCO, uma cooperativa mista que adotou apenas a concessão de crédito individual.

Focando o crédito para a agricultura urbana em Gaborone, Botsuana

A.C. Mosha

Gaborone cresceu rapidamente, de uma pequena cidade até tornar-se a capital do Botsuana, em menos de 36 anos. Muitos sistemas agrícolas de subsistência e também com finalidade comercial são encontrados por toda a cidade. Uma das estratégias de subsistência adotada pelos pobres é a agricultura urbana, seja como um meio de sobrevivência ou para suplementar seus pequenos rendimentos. Mas também existem vários empresários que a adotaram como um meio de gerar lucros mais significativos. Entre os vários programas de crédito disponíveis no Botsuana, três alcançaram maior sucesso entre os produtores agrícolas urbanos e periurbanos, e são analisados neste artigo.

HOPCOMS: uma história de sucesso com cooperativa de vendedores de hortaliças

Smita Premchander

O governo do estado de Bangalore tem sido incapaz de atender as necessidades básicas de uma população que se urbaniza rapidamente. As organizações da sociedade civil estão começando a assumir a responsabilidade de informar o público e exigir mudanças. Um modo para enfrentar os variados problemas é encorajar investimentos nas instituições criadas e administradas pela população. Existe uma especial necessidade de mais crédito e investimentos na agricultura urbana. A HOPCOMS oferece o exemplo de uma organização que oferece os benefícios da comercialização coletiva de produtos – tanto para os produtores como para os consumidores – principalmente frutas e hortaliças necessárias diariamente para as pessoas de todas as classes sociais.

Financiando a agricultura urbana em Londres

Beacon Mbiba

As fazendas urbanas, como uma forma de agricultura praticada nas cidades, é um importante fenômeno recente e crescente no Reino Unido. Tanto os custos iniciais como os operacionais são muito elevados, e a segurança futura dos projetos demanda mais apoio direto do governo para financiar a propriedade da área e os postos de trabalho de longo prazo. O futuro da agricultura urbana está na habilidade de se adaptar e se integrar nas questões ligadas ao desenvolvimento, como educação, coesão comunitária, inclusão social e biodiversidade. A integração com temas ligados aos negócios também atrai o apoio do setor privado, tanto em dinheiro como em insumos. O papel dos voluntários

e o compartilhamento de recursos entre grupos envolvidos nos projetos é um fator-chave no sucesso dos projetos comunitários que outras cidades também deveriam promover.

Assegurando recursos por meio do orçamento municipal participativo em Porto Alegre, Brasil

Saya Saulière

A cidade de Porto Alegre é reconhecida internacionalmente por suas estratégias administrativas inovadoras. Um dos pilares da democratização local foi a implementação do “orçamento participativo”, empregado pela primeira vez em 1989. Desde então, a população pode decidir sobre o emprego de uma parcela dos recursos públicos. Os agricultores urbanos organizados têm sido desde então capazes de demandar por recursos para desenvolverem suas atividades – desde a produção até o processamento.

Financiando o desenvolvimento da produção de laticínios voltada para o mercado na Etiópia

Azage Tegegne

A Associação de Produção e Comércio de Laticínios de Ada'a-Liben Woreda foi criada em 1998, na cidade de Debre Zeit, 45 km a sudeste de Adis Abeba, Etiópia. A Associação foi criada por 34 membros fundadores. Os principais objetivos da Associação são minimizar os altos custos envolvidos na comercialização de seus produtos e reduzir as flutuações sazonais dos preços. A coleta do leite e as atividades de comercialização começaram em janeiro de 2000, e ao longo dos últimos anos a Associação fez progressos significativos. Atualmente ela conta com 428 membros, sendo 245 homens e 183 mulheres, todos produtores. Além disso, 181 produtores não membros também fornecem leite para a associação. Os membros da Associação têm um total de 1.716 vacas leiteiras e um capital de cerca de 500.000 Birr. Ao redor de Debre Zeit, já foram criados sete locais onde o leite é coletado diariamente. A Associação criou oportunidades de emprego para 25 pessoas, que formam sua equipe permanente. Recentemente, ela comprou dois refrigeradores com capacidade para 25.000 litros de leite. A coleta de leite aumentou para 5.500 litros por dia ou cerca de 175.000 litros por mês. A principal fonte de financiamento tem sido as contribuições de seus membros, as vendas de leite e o apoio de algumas agências governamentais, ONGs e entidades internacionais.

Microcrédito e investimentos na horticultura urbana em São Petersburgo, Rússia

Oleg Moldakov

Anualmente, cerca de 2,5 milhões de habitantes de São Petersburgo envolvem-se com atividades agrícolas. A principal razão para praticar a horticultura e a agricultura nessa cidade é a busca da auto-suficiência. Mas os horticultores urbanos nunca conseguem empréstimos nas instituições de crédito, e precisam tomar emprestados pequenos valores de seus amigos e parentes para financiar suas iniciativas. Os agricultores periurbanos de pequena escala têm uma grande necessidade de obter crédito de modo a incrementar suas atividades produtivas. Várias fontes de microcrédito são descritas neste artigo. A conclusão é que a horticultura urbana é um fator importante de estabilidade política na sociedade, havendo portanto necessidade de subsídios governamentais.

Estratégias econômicas para diversos sistemas de cultivo na África Ocidental

Angelika Kessler

Nas principais cidades da África Ocidental, os agricultores urbanos não formam um grupo homogêneo. Eles diferem quanto aos cultivos, aos períodos de cultivo, à localização, aos insumos, aos investimentos de capital, aos lucros e aos equipamentos. Os variados sistemas produtivos têm suas estratégias específicas, às quais as linhas de crédito devem se adaptar. Nos plantios urbanos da África Ocidental, podemos distinguir quatro ou cinco diferentes sistemas produtivos que diferem por tipo de área cultivada, produtos, localização (urbana ou periurbana), estratégia econômica, e lucratividade.

Neste artigo, os seguintes sistemas de plantio são analisados: plantios de hortaliças diversas irrigadas com regadores; plantios de hortaliças diversas irrigadas com bombas; plantios de hortaliças tradicionais realizados por mulheres; cultivo de plantas ornamentais; e plantios de grãos. Várias entrevistas foram realizadas em Lomé, Cotonou, Bamako, Dakar, Ouagadougou e Conakry em 1999 e 2002, como parte de projeto do INCO, financiado pela União Européia, denominado “Uso de composto orgânico doméstico com propósitos fitossanitários na agricultura periurbana na África Ocidental”. Além disso, o programa IWMI-FAO na África Ocidental financiou a publicação do “Estudo dos Recursos Urbanos para a Agricultura nas Cidades”. Baseado nessas entrevistas, o rendimento anual (em Lomé e em Cotonou) ou sazonal (em Bamako e em Ouagadougou) dos plantios urbanos foi calculado, levando-se em consideração o faturamento e os custos dos insumos, salários, manutenção e depreciação.

Microcrédito para agricultura urbana na Bulgária

Antoaneta Yoveva

Tradicionalmente, a agricultura desempenha um papel importante na economia da Bulgária. Os pequenos agricultores urbanos formam uma parcela substancial e crescente do setor agrícola búlgaro. A maior parte da agricultura urbana é praticada com fins de subsistência. Alguns programas de crédito agrícola foram introduzidos, mas os níveis de financiamento são insuficientes para compensar o quase nenhum crédito disponível nos bancos para essa atividade. Os bancos insistem em sua abordagem e métodos conservadores com relação ao crédito que oferecem, em geral e particularmente os destinados à agricultura. Além dos empréstimos obtidos junto a famílias ou aos bancos, a agricultura rural e urbana na Bulgária depende ainda de programas internacionais de empréstimos, discutidos nesse artigo.

Investimentos em agricultura urbana para reduzir a pobreza nas Filipinas

Mayor Estelita M. Aquino e Joseph H. Batac

Os últimos 20 anos viram a população de Marilao aumentar à média 9,4% por ano (4,5 vezes a média nacional). O plano quinquenal de desenvolvimento elaborado em 1996 enfatizou o aumento da produtividade combinado com mais acesso a financiamento. Para compensar a rápida conversão de boas terras agrícolas em áreas urbanizadas, ocupadas por moradias, indústrias, comércio e serviços, e a degradação do solo, das águas e do ar que acompanha esse processo, a prefeitura começou a investir na coleta de lixo biodegradável, e no seu processamento (compostagem) em adubo a ser usado na produção agrícola. Subseqüentemente, a produção doméstica de alimentos fertilizados com composto orgânico tem sido facilitada e apoiada.

Compostando o lixo das cidades na agricultura urbana na Índia

Almitra Patel

A compostagem do lixo urbano é uma exigência legal em todas as cidades indianas. Entretanto, os governos estaduais e central ainda precisam perceber essa atividade como um bem social que exige apoio oficial. Este artigo descreve o cenário agrícola atual na Índia, os benefícios comprovados do programa “Gerenciamento Integrado de Nutrição das Plantas” (Plant Nutrient Management - IPNM) e o uso do composto urbano em colheitas resistentes à seca e na recuperação de solos degradados. Também são analisados alguns problemas enfrentados pelos produtores de composto e as atitudes dos agricultores e dos produtores de adubos químicos. O artigo analisa ainda os benefícios estratégicos e econômicos da venda conjugada de adubos sintéticos e orgânicos (produzidos em centrais de compostagem de propriedade dos produtores de fertilizantes químicos). Por fim, várias iniciativas são sugeridas aos governos central e estaduais.

Serviços financeiros formais e informais

Ogunbayo Olatunde Samson

O crescimento e o desenvolvimento da agricultura urbana como resposta à pobreza urbana e ao aumento dos preços dos alimentos têm se tornado evidentes na Nigéria. A urbanização e o aumento da produção agrícola urbana constituem uma base econômica indispensável para muitos serviços locais urbanos. O financiamento para a agricultura na Nigéria, tanto formal quanto informal, é discutido neste artigo.

O desenvolvimento da agricultura periurbana na China: uma nova abordagem em Xiaotangshan, Beijing

Cai Jianming

A agricultura sempre ocupou uma posição muito importante na economia da China. A agricultura suburbana (um termo freqüentemente usado pelos estudiosos chineses para indicar a agricultura periurbana), é totalmente orientada para a demanda urbana: a produção de hortaliças, frutas, leite, peixe, gado e galinhas, bem como de alguns grãos com alto valor agregado, como vários tipos de feijão. É uma atividade intensiva em trabalho, e relativamente intensiva em capital, com um alto nível de produtividade e tem absorvido muitos trabalhadores rurais. No final da década de 1990, ocorreu um novo surto de desenvolvimento na China, e ao invés de prestar atenção apenas para a quantidade de alimentos, as pessoas passaram a priorizar a sua qualidade. Em Beijing, bem como em Shanghai, foram criados parques demonstrativos envolvendo o desenvolvimento científico e tecnológico orientado para a agricultura. O moderno parque demonstrativo agrícola de Xiaotangshan é um deles.

Editorial

Financiando a Agricultura Urbana

Marielle Dubbeling - marid@pgu-ecu.org

IPES/PGU-ALC

René van Veenhuizen - r.van.veenhuizen@etcnl.nl

RUAF-ETC

Este Editorial baseou-se nas sessões de trabalho reunindo equipes do PGU-ALC, do IDRC-CFP e da cooperativa de crédito CEPESIU, do Equador, e em suas contribuições.

Mesmo um apoio financeiro modesto pode fazer uma grande diferença para as famílias pobres urbanas. Muitos dos integrantes do crescente grupo de moradores urbanos pobres são microempresários informais, envolvidos em uma variedade de atividades tais como o pequeno comércio, a coleta e reciclagem de lixo, transporte e a produção agrícola. Esses empresários precisam ter acesso a capital de giro para manter e ampliar seus investimentos.

A agricultura urbana tem sido reconhecida como uma ferramenta importante para o desenvolvimento de cidades mais produtivas, sustentáveis, inclusivas e democráticas. Também colabora para o progresso dos cidadãos nas questões políticas. Associações internacionais que congregam autoridades municipais e locais também têm debatido a agricultura urbana. Estudos regionais, redes e grupos de trabalho têm sido organizados para facilitar a revisão e a transferência de experiências locais com políticas bem-sucedidas de apoio à agricultura urbana. Algumas cidades já criaram agências específicas para promover a agricultura urbana, e muitas outras estão criando legislação, normas e regulamentos para legalizar e disciplinar a atividade, ou estão implementando políticas e programas específicos para favorecê-la.

Transporte de leite de produtores associados a cooperativa na Etiópia. Foto: Azage Tegagne



Mas o apoio financeiro é tão importante quanto o apoio político para viabilizar o seu desenvolvimento.

Muitos produtores agrícolas urbanos enfrentam o problema de acesso muito limitado ao crédito e aos esquemas de investimento. Além disso, há pouca informação sobre como os poucos produtores que conseguem crédito o fazem. As evidências são muitas vezes esparsas, às vezes anedóticas, e quase sempre muito localizadas. Muito pouco é conhecido e menos ainda tem sido aprendido sobre os esquemas de apoio financeiro que beneficiam um número maior de produtores, e que podem conter detalhes importantes para aumentar a eficiência dos esquemas de crédito e de investimento que visam aumentar a sustentabilidade da agricultura urbana.

Recentemente se tem dado mais atenção aos sistemas de microfinanças rurais. Antes de 1990, fornecer crédito aos microempresários e pequenos produtores era considerado muito arriscado, devido aos altos custos das transações e à falta de credibilidade e de garantias dos tomadores.

Entretanto, uma variedade de experiências positivas, a exemplo do Grameen Bank de Bangladesh, vem mudando essa atitude, propiciando mais atenção para as inovações e adaptações institucionais voltadas para operações de microcrédito.



Uma lição importante oriunda dos programas de microfinanças rurais é que as primeiras instituições voltadas para oferecer microcrédito, ou adaptadas para isso, eram resultado de iniciativas governamentais ou de ONGs e agências doadoras, enquanto que agora o desafio é ampliar essa rede, a partir das experiências bem sucedidas, e incluir nela o setor bancário comercial privado, principalmente por meio de parcerias.

Bons exemplos de instituições inovadoras no setor das microfinanças rurais são encontrados em cooperativas, grupos solidários, grupos de crédito (ou grupos de crédito rotativo), que são menos formalizados e que podem ser gerenciados pelas agências doadoras, ou mais tradicionais, como os “tontines”, na África Ocidental (ver nesta edição); bancos locais, que podem ser vistos como uma combinação de cooperativas com grupos solidários; e microbancos, que não são baseados na organização de seus membros mas em contratos individuais.

Todas essas experiências objetivam alcançar os microempresários pobres e criar sistemas sustentáveis de apoio financeiro. Mesmo assim, mais trabalho precisa ser feito para avançar, tanto no ambiente rural quanto no urbano.

Acesso ao crédito e investimentos

A falta de acesso ao crédito realmente viável para a população mais pobre, envolvida com agricultura urbana, prejudica ou elimina a capacidade dos produtores para comprar insumos, implementos e equipamentos e aumentar o retorno de seu trabalho, e para investir capital e agregar valor a seus produtos, melhorando o processamento, a armazenagem ou o sistema de embalagem.

Ela também impede que os produtores usem tecnologias agrícolas que economizem recursos, desenvolvam atividades agrícolas de maior valor, inclusive a criação de animais, e minimizem os riscos e impactos envolvidos.

Essa falta de acesso ao crédito e a investimentos é reconhecida pelos governos locais e pelos próprios produtores urbanos como um fator limitante para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Os participantes do “Seminário sobre Economia Política da Agricultura Urbana e Periurbana na África Oriental e Meridional” (MDP/IDRC, em Harare, 2000) destacaram, como uma das questões críticas para o desenvolvimento da agricultura urbana, o controle e o acesso a recursos fundamentais para a atividade, entre os quais o acesso ao capital.

O Grupo de Trabalho das Cidades Latino-americanas sobre Agricultura Urbana e Segurança Alimentar, que reúne 40 cidades da região, encoraja os "governos locais a se comprometerem decididamente com o desenvolvimento da agricultura urbana, mobilizando os recursos locais existentes; institucionalizando suas atividades; promovendo sua expansão até o nível nacional; e alocando recursos do orçamento municipal para apoiar suas práticas".

Do mesmo modo, esse grupo encoraja "o desenvolvimento de políticas e instrumentos de crédito e investimento voltados para a agricultura urbana, com ênfase especial nos produtores mais pobres e vulneráveis, para suplementar os programas de assistência técnica", e para "produzir e disseminar, pelo menos uma vez por ano, metodologias, diretrizes e mecanismos que reúnam as experiências regionais sobre (entre outras questões) sistemas de crédito apropriados à produção, transformação e comercialização dos frutos da agricultura urbana". (Quito, 2000).



"Os governos locais devem se comprometer com o desenvolvimento da agricultura urbana, mobilizando os recursos locais existentes, institucionalizando-a, procurando estendê-la até o nível nacional; e assegurando recursos municipais para a implementação das práticas agrícolas urbanas."

Declaração de Quito, assinada por representantes de 40 cidades, em abril de 2000.

Dado o rápido reconhecimento do setor pelas autoridades locais, e o crescente reconhecimento das agências financeiras e de desenvolvimento, é necessário agora realizar-se um levantamento mais sistemático, acompanhado por sua avaliação adequada, das diversas modalidades de crédito e investimento voltadas para a agricultura urbana.

Ainda mais por que o crescimento desse setor à margem do dinamismo econômico em geral pode não apenas agravar os riscos para o ambiente e para a saúde pública, causados por práticas inadequadas, mas também reduzir a sua capacidade de trazer uma contribuição ainda maior à segurança alimentar, à criação de empregos e geração de renda, e ao manejo produtivo de recursos urbanos desprezados ou sub-utilizados (terrenos baldios, lixo e águas servidas, por exemplo).

Apoio Internacional

Os membros do Grupo de Apoio à Agricultura Urbana (Support Group on Urban Agriculture - SGUA), durante sua reunião anual em Nova York, em 2001, expressaram a necessidade de mais informação sobre programas de crédito e investimento para a agricultura urbana, e de se estabelecer e fortalecer um componente voltado para essa questão no âmbito do próprio Grupo. Esse componente deverá habilitar o SGUA a voltar sua atenção de modo mais sistemático e global para a questão do

crédito e financiamento, junto com os outros componentes já identificados e apoiados: informação, pesquisa, treinamento, políticas públicas e assistência técnica.

A Agenda Habitat, adotada pelos governos ao final da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em junho de 1996, em Istambul, Turquia, compromete-os a apoiar os esforços das cidades para planejar e estabelecerem padrões sustentáveis do uso do solo, incluindo o apoio à horticultura e à agricultura urbanas. A Agenda também reconhece várias razões que reforçam a pobreza e propõe diversas ações que devem ser realizadas para combatê-la, incluindo aumentar o acesso dos pobres ao crédito e à moradia, desenvolver microempresas geradoras de renda, e promover cidades mais inclusivas que reconheçam o papel participativo e a contribuição das comunidades mais pobres (Agenda Habitat, 1996).

A Declaração das Cidades e Outros Assentamentos Humanos no Novo Milênio, enfatiza ainda mais essas mesmas questões; incluindo a necessidade de os governos implementarem políticas e estratégias projetadas para reduzir a pobreza urbana, melhorar o acesso dos pobres aos serviços de crédito e financiamento, e construir cidades mais inclusivas nas quais o potencial dos pobres para participarem das decisões que afetem suas vidas seja plenamente reconhecido e utilizado.

Levantamento das experiências

A agência Habitat, da ONU, por meio de sua Divisão de Economia e Finanças Urbanas (com sede em Nairóbi) e de seu Programa de Gestão Urbana para a América Latina e Caribe (PGU-ALC), juntamente com o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IDRC - International Development Research Centre), do Canadá, apoiou uma iniciativa para promover o desenvolvimento e a implementação de esquemas de crédito mais eficientes e de investimentos na pesquisa por inovações na agricultura urbana. Essa iniciativa, que incluiu a documentação e a análise de diversos estudos de caso sobre crédito e investimento para agricultura urbana, realizada em 2002, foi depois enriquecida com casos adicionais estudados pelo RUAF. Alguns desses casos estão descritos na Revista de Agricultura Urbana, a exemplo dos estudos no Quênia e em Harare, apresentados em sua 7a. edição.

Cidades objetos de estudos de caso

Argentina, Camilo Aldao

Botsuana, Gaborone

Brasil, Mato Grosso do Sul

Índia, Bangalore

Quênia, Nairóbi

México, Texcoco

Nepal, Kathmandu

Filipinas, Marilao

Sudão, Cartum

Reino Unido, Londres

Os estudos de caso provêm da América Latina, África, Ásia e Europa. Esses estudos pretendem focalizar as experiências mais consolidadas (em atividade há pelo menos três anos e atendendo 300 beneficiários no mínimo), que alcançaram a fase de ampliação de suas experiências e que são baseadas em diversos tipos de intervenção financeira para a agricultura urbana e periurbana. Os sistemas financeiros analisados incluem cooperativas de crédito e poupança, cooperativas de produtores ou de consumidores, acordos entre produtores e empresas privadas, bem como fundos e doações. Eles

também demonstram o envolvimento de vários grupos e níveis de atores (ONGs, municipalidades, governos nacionais, bancos ou cooperativas financeiras, entidades internacionais, parcerias público-privadas etc.). Os estudos de caso foram encerrados no final de 2002, e as lições apresentadas aqui se baseiam em sua análise preliminar.

Painel sobre “Crédito e investimento para a Agricultura Urbana”

Cada caso e sua análise serão apresentados e discutidos em um painel internacional envolvendo instituições financeiras e agências doadoras (como os membros do SGUA; bancos éticos, governos locais e cooperativas de crédito, entre outras). O plano é realizar esse encontro em Barcelona, durante o Fórum Mundial das Cidades, em setembro de 2004.

Tipos de intervenção

Os casos descrevem uma variedade de sistemas de crédito e mecanismos de apoio à produção e comercialização ligados à agricultura urbana e periurbana. Porém, o que ficou mais evidente é que não existem mecanismos financeiros especificamente adaptados à agricultura urbana. Além disso, as estatísticas sobre microfinanças não identificam separadamente os sistemas de crédito e financiamento especificamente voltados para a agricultura urbana. O apoio financeiro aos produtores e às agroindústrias instalados nas cidades e em suas periferias costuma ser considerado como parte dos programas de apoio à agricultura rural, como nos casos de Gaborone (Botsuana), Texcoco (México), Córdoba (Argentina) e Adis Abeba (Etiópia); ou dos programas de desenvolvimento comunitário urbano, como nos casos de Marilao (Filipinas), ou Porto Alegre (Brasil).

A pergunta que surge é se existe necessidade de se criarem sistemas de apoio financeiro específicos para a agricultura urbana (adaptados às suas características únicas), ou se é possível manter o atual padrão, com o financiamento da agricultura urbana fazendo parte de sistemas mais gerais de apoio financeiro às iniciativas produtivas e às microempresas urbanas, individuais ou coletivas.

Diversas formas de financiamento para a agricultura urbana e periurbana podem ser identificadas. Vários casos descrevem sistemas de poupança e de mobilização local de recursos, como no Nepal (cooperativas com poupanças regulares ou voluntárias, poupanças para casamento e para festejos importantes), na Etiópia (cooperativas de produção e comercialização de laticínios trabalhando com cotas dos membros), e no Senegal.

Um segundo tipo de sistema descrito aqui é baseado em subsídios ou doações para os agricultores urbanos. E novamente existem várias formas, como apoio do setor privado (exemplo: doações no Reino Unido); apoio de ONGs e outros grupos da sociedade civil: (assistência técnica e treinamento na Etiópia); ou apoio em insumos; ou apoio do governo local, mesmo de modo indireto, como em São Petersburgo (Rússia), onde um ambiente favorável para a agricultura urbana e periurbana é criado pelo transporte subsidiado, ou em Bangalore (Índia).

Um terceiro grupo também foi identificado entre os sistemas de microcrédito, exemplificado nos estudos de caso na Argentina, no Brasil, no Nepal, em Gana e no Botsuana. Esse grupo inclui fundos de crédito financiados por doadores internacionais (como na Bulgária), governos nacionais (na Argentina), governos estaduais ou municipais (Brasil), bancos privados e créditos privados informais (em Gana e na África Ocidental), ou por ONGs e cooperativas (Etiópia, Nepal e Sudão).

A maior parte dos estudos indica que o apoio financeiro para a agricultura urbana é mais eficiente quando se baseia em uma combinação de três mecanismos: poupança, subsídios e (micro)crédito. A poupança pode, por exemplo, funcionar como garantia para recebimento de crédito.

Incentivos fiscais ou outros subsídios podem motivar as pessoas a se envolverem e complementarem os sistemas de crédito com treinamento e assistência, e, desse modo, garantir melhor o sucesso e a sustentabilidade dos programas integrados de apoio.

Convém ainda lembrar que o financiamento de sistemas de agricultura urbana dedicados ao autoconsumo, ou de pequenas empresas comerciais em seus estados iniciais, é quase sempre insustentável. Quem objetiva a total sustentabilidade (financiamento adequado e repagamento efetivo) costuma evitar tais sistemas menos lucrativos, e não leva em consideração a perspectiva da inclusão social progressiva (mais detalhes no tópico “sustentabilidade”, abaixo).

Fontes e gerenciamento dos fundos

Um grande número de atores está envolvido na provisão e gerenciamento dos fundos para a agricultura urbana e periurbana (ver os casos de Cartum e da Nigéria). Uma análise mais detalhada é necessária para definir qual sistema (ou sistemas) será melhor adaptado para as circunstâncias locais específicas. Alguns casos envolvem investimentos governamentais significativos, incluídos no contexto de programas para reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar (Argentina), ou gerar empregos (Brasil e Botsuana). Os recursos são gerados dentro, por exemplo, de um "Fundo Municipal para Infraestrutura Social" (México), ou de um "Fundo de Investimento Social" (Brasil), ou de "Programas de Assistência Financeira Empresarial" (Botsuana), ou mesmo de programas de assistência à agricultura e à horticultura (Índia). Mais pesquisas são necessárias para determinar como e quando promover a interação de vários níveis de governo (municipal, estadual e nacional) para permitir maior eficácia nos programas de apoio financeiro.

Os estudos também enfatizam que, em geral, não existem estruturas especializadas para gerenciar os sistemas de crédito e apoio financeiro para agricultura urbana. A cooperação institucional dá-se de várias formas, às vezes unindo governos e bancos particulares (Brasil e Botsuana), ou cooperativas e bancos comerciais (Nepal). Vários casos evidenciam a necessidade de maior envolvimento dos produtores e dos usuários no gerenciamento dos créditos. No processo de desenvolvimento das atividades de apoio financeiro para a agricultura urbana, a questão de como estruturar melhor o gerenciamento dos fundos e que necessidades específicas podem surgir na adaptação dos sistemas existentes às características da produção agrícola urbana precisa ser melhor compreendida.

Sustentabilidade

Sustentabilidade pode referir-se à "sustentabilidade social" ou à "sustentabilidade econômico-financeira". A "sustentabilidade social" difere-se da outra por que enfatiza o desenvolvimento e gerenciamento de esquemas de crédito e investimento baseados em uma perspectiva socialmente inclusiva a favor dos mais pobres.

A maioria dos esquemas de crédito e investimento não está ao alcance dos mais pobres e de outros grupos vulneráveis, como ficou claro na experiência na Bulgária.

Os agricultores urbanos pobres não podem atender a exigência de apresentarem avalistas possuidores de bens físicos nem podem enfrentar as altas taxas de juros, ao mesmo tempo em que lhes falta experiência comercial e gerencial.

Porém existem diversas experiências inovadoras que permitem a participação desses grupos de excluídos. Na Argentina, por exemplo, a participação é restrita a quem não tem outras fontes de renda, ou a quem cuja renda familiar não alcança dois salários mínimos (US\$ 156). N/

o Nepal, o sistema de crédito em grupos solidários incorpora um sistema de avalistas mútuos, de modo que não são necessários avalistas proprietários.

Em Texcoco, os períodos de carência são definidos com relação ao tipo de sistema de produção e ao seu ciclo produtivo (inclusive, por exemplo, carências mais longas para os criadores de animais).

Todos os casos apontam para a necessidade de estratégias de desenvolvimento integrado, onde o apoio financeiro é complementado com treinamento em habilidades técnicas, comerciais e gerenciais, assistência jurídica e apoio na comercialização.

A sustentabilidade econômico-financeira do sistema ou da organização está ligada à minimização dos riscos do investimento, por meio, por exemplo, da diversificação da produção (cultivos de curto e longo prazos e sistemas agrícolas integrados, como em Cartum); do apoio ao processamento e à comercialização (como em Adis Abeba, Porto Alegrel e Bangalore); e do desenvolvimento de estratégias de comercialização adequadas.

Ela está ligada à definição de "produtos" com maior potencial de retorno financeiro em cada situação (agricultura urbana versus periurbana; produção de colheitas versus criação de animais; produção agrícola primária versus agroindústrias).

E também depende do apoio de organizações sociais locais (associações, cooperativas) e de um ambiente legal e normativo favorável, que assegure, por exemplo, segurança quanto ao acesso à terra, à água e a serviços.

A sustentabilidade econômico-financeira dos mecanismos de investimento é essencial para reduzir a dependência com relação a fontes externas de financiamento.

Em cada situação, deve ser analisado se as iniciativas de agricultura urbana e periurbana a ser apoiada será considerada como integrando a economia "social" (por seu potencial para melhorar o meio ambiente e beneficiar o desenvolvimento comunitário) ou como integrando a economia "formal", que por princípio deve ser prioritariamente lucrativa e totalmente auto-sustentável.

Equidade de gênero

Em muitos casos, ações afirmativas são promovidas para atender especificamente as necessidades das mulheres.

No caso do Nepal e das Filipinas, por exemplo, foram criadas cooperativas de crédito especialmente para mulheres. Em Texcoco (México), foram criados fundos financeiros para apoiar plantios integrados cultivados por mulheres. Em Quito (Equador) o programa de microcrédito "PROQUITO" prioriza o acesso ao crédito para mulheres chefes de famílias e jovens, grupos que predominam entre os desempregados da cidade. No Botsuana, as mulheres têm prioridade para receber doações de um programa. No Mato Grosso do Sul (Brasil), o impacto de um sistema de crédito para a agroindústria nas condições sócio-econômicas das mulheres envolvidas foi analisado por meio de entrevistas com as produtoras: os dados iniciais mostram seu impacto positivo na reavaliação do papel das mulheres dentro de suas famílias, e que, ao se tornarem produtivas, em muito aumenta a sua auto-estima.

É importante, porém, ir além de monitorar "quem faz o quê dentro do sistema produtivo".

A equidade de gênero deve ser assegurada em todos os aspectos da implantação e organização das intervenções de apoio financeiro: na concepção do esquema e em seu gerenciamento, na definição dos grupos-alvo, no monitoramento das ações e dos resultados, e deve considerar:

- as condições de acesso ao crédito e ao apoio financeiro (quem tem acesso a quais recursos?);
- o controle (quem controla o quê?: por exemplo, o acesso aos recursos gerados pela produção e comercialização); e
- o impacto nos diferentes membros da família (em resposta à suas necessidades específicas).

Conclusões

Os casos descritos confirmam que existe necessidade de se facilitar o acesso a financiamentos para a agricultura urbana, de modo a promover cidades mais sustentáveis, produtivas e socialmente inclusivas. O financiamento, entretanto, precisa ser parte de uma estratégia integrada de desenvolvimento, ligando-o a outras atividades como treinamento, assistência técnica e a criação de um ambiente favorável de políticas públicas.

É preciso discutir se mecanismos de financiamento específicos para a agricultura urbana e periurbana são necessários, ou se seria melhor incorporá-los dentro, por exemplo, de programas de desenvolvimento comunitário mais abrangentes. As várias fontes de financiamento e os diversos atores envolvidos são a base sobre a qual essa discussão deve ser desenvolvida.

A agricultura urbana pode, potencialmente – e especialmente a curto prazo – ser financiada como parte de programas de desenvolvimento urbano e comunitário, habilitando-se a receber fundos para eles destinados. Entretanto, as condições específicas para apoio financeiro urbano destinado aos pobres e aos grupos mais vulneráveis, e que sejam compatíveis com a agricultura urbana, devem ser atendidas. Essas condições incluem o uso de fiadores solidários e de garantias que não exijam bens físicos; a garantia de acesso à terra; o crédito e o apoio financeiro adaptados à agricultura urbana (por exemplo: produção doméstica em contraste com o agro-negócio); e a organização de grupos-alvo (como associações de produtores e cooperativas).

Nas condições atuais, o apoio específico do governo municipal é necessário para a agricultura urbana, especialmente quando se trabalha com os pobres urbanos e os grupos mais vulneráveis. Mesmo em Londres, a agricultura depende de subsídios e doações, e só pode ser sustentável sob condições bem específicas (colaboração de voluntários, integração do uso agrícola da terra com atividades recreativas etc.). Pesquisas futuras poderão determinar se uma agricultura urbana mais comercial irá exigir programas específicos, e se a atual provisão de crédito (para a agricultura rural ou para o desenvolvimento de microempresas agrícolas urbanas), embora nem sempre suficiente, é adequado.

No desenvolvimento de sistemas de microcrédito e de intervenções financeiras para a agricultura urbana, existe portanto a necessidade de especificar os produtos a serem financiados, determinar um equilíbrio entre a sustentabilidade econômica e a social, e incorporar um foco na equidade de gêneros, na definição dos grupos-alvo e das estruturas operacionais.

“Os programas de microcrédito já demonstraram que podem ser um instrumento eficiente para a redução da pobreza, e têm ajudado a participação dos cidadãos nos processos econômicos e políticos das cidades.”

María Fernanda Garcés, coordenadora do “Fundo Municipal para Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico” da Prefeitura de Quito, Equador

Apoio a agroindústrias de pequena escala no Mato Grosso do Sul

Em junho de 2000, o governo do Mato Grosso do Sul, um estado situado na região centro-oeste do Brasil, criou um programa para apoiar o processamento e a comercialização da produção agrícola de pequena escala e ajudar a gerar emprego e renda na atividade agrícola rural e periurbana. O programa objetiva basicamente apoiar a criação de pequenas agroindústrias (como preparo de doces e laticínios) e ajudar as famílias ou grupos de produtores no processamento e comercialização de seus produtos sem a intervenção de intermediários. O programa apóia os produtores da seguinte maneira:

1. oferece crédito para a implantação da agroindústria e aquisição de insumos;
2. dá treinamento e assistência técnica (técnicas higiênicas de processamento, registros contábeis, comercialização);
3. garante transporte organizado, publicidade e comercialização coletiva;
4. estimula a organização social.

Os recursos para o crédito estão disponíveis graças ao Fundo de Investimento Social e ao Banco do Povo. Os produtores são selecionados de acordo com a renda familiar (máximo de um salário mínimo por pessoa), posse da terra, e número de trabalhadores contratados (não pode superar o número de familiares envolvidos na atividade).

A participação está aberta para empreendimentos unifamiliares e também para grupos formados até o máximo de seis famílias. Os empreendimentos geridos por famílias isoladas recebem entre 15 e 20 mil reais, dependendo de seu plano de negócio, enquanto que os geridos por grupos formados por famílias associadas podem receber até 90 mil reais. O programa trabalha com taxas de juros fixas de 4% ao ano, dois anos de carência e 6 anos para saldar a dívida. Os pagamentos podem ser feitos mensalmente, trimestralmente, ou anualmente, e não há necessidade de avalista.

Coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrícola, Assistência Técnica e Extensão Rural (Idaterra), do governo estadual, os produtores recebem treinamento e apoio no desenvolvimento de seus planos de negócios, e com relação à legalização e promoção de suas atividades e à comercialização de seus produtos. O Idaterra é também responsável por monitorar os resultados do programa em termos de impactos socioeconômicos, análise de gênero, transferência de tecnologias e impactos ambientais.

Atualmente, existem 163 indústrias funcionando (157 individuais e 6 grupos) e mais 70 estão em processo de se integrarem ao programa, localizadas em cerca de 30 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. A primeira avaliação revelou impactos positivos na renda (aumento até 4 vezes na renda bruta familiar) e geração de emprego. Também foram percebidos impactos positivos na auto-estima dos empreendedores envolvidos, bem como uma nova avaliação do papel das mulheres e dos jovens no processo produtivo.

Programa PROVE-Pantanal – Mato Grosso do Sul

(Informações sobre eventos e projetos promovidos pela APROVE (Associação para o Apoio à Verticalização da Pequena Produção) no Brasil podem ser obtidas com João Luiz Homem de Carvalho – telefax (61) 274-4293 – aprove@uol.com.br - www.prove.org.br

Tontines

Na África Ocidental, a maioria das pessoas obtém seus empréstimos junto ao setor de crédito informal. Esse setor é formado pelos emprestadores de dinheiro, por comerciantes informais e pelos grupos de “tontines”. Esses últimos são muito variados, o que dificulta que eles sejam definidos simplesmente. Eles correspondem a uma mistura de funções sociais e financeiras. Os membros de um tontine são relacionados uns com os outros por laços familiares, ou de vizinhança, ou profissionais, como agricultores - inclusive agricultores urbanos, embora pouco se saiba sobre esse grupo (o IAGU no Senegal está atualmente interessado em saber mais sobre a ação dos tontines envolvidos com agricultura urbana).

Os tontines são muito flexíveis e capazes de se ajustarem a condições sociais em constante mudança, resultando daí a variedade de formas nas quais existem. Uma delas inclui a criação de um fundo de poupança para viabilizar empréstimos para seus membros, que se reúnem regularmente e contribuem com uma quantia fixa, cuja soma é então emprestada, cada mês, a um de seus membros. Outra variação é a concessão de empréstimos a quem ainda não recebeu nenhum, dando-se preferência a quem se disponha a pagar juros mais altos. Ainda um outro tipo é baseado na quantia que a pessoa pode pagar. Todos os tontines baseiam-se nas poupanças aportadas por seus membros, e trabalham com empréstimos de curto prazo, muitas vezes anuais, relativos ao ciclo produtivo dos cultivos praticados pelos agricultores.

Os tontines são importantes especialmente para as pessoas que não podem optar pelo sistema formal de crédito, ou cujas condições de vida não lhes dão acesso à rede bancária. Entretanto, o principal problema é que as quantias emprestadas são baixas, e pouco sustentáveis e nem sempre acessíveis. Uma alternativa ao sistema de tontine tradicional é envolver não tomadores individualmente, mas vários deles organizados em grupos, de modo a facilitar o acesso ao crédito a quem não o consegue de forma individual.

A sociedade cooperativa Wadramli, em Cartum, Sudão

O estado de Cartum tem clima semidesértico e conta com 37% de suas terras consideradas aptas para a agricultura, sejam elas “jirouf” (terras férteis ao longo das margens do rio Nilo), ou áreas mais longe do rio porém irrigadas. A produção da agricultura urbana inclui frutas, hortaliças, forragem e a criação de animais. Wadramli é uma área na periferia da capital, Cartum. A Sociedade Cooperativa de Wadramli (SCW) foi criada em 1948, voltada para os pequenos produtores mais pobres e fornecendo crédito e serviços para fortalecer a produção agrícola na periferia da cidade. Esses sistemas agrícolas periurbanos são baseados em investimentos privados em pequenos sítios produtivos que utilizam métodos modernos (especialmente na criação de animais).

Um dos principais objetivos da SCW é habilitar seus pequenos agricultores a terem acesso a financiamento para a produção agrícola, especialmente aqueles que têm dificuldade para obter crédito nas instituições financeiras formais.

Barreiras culturais e sociais desencorajam os produtores de buscarem financiamento nos bancos, e mesmo nos sistemas tradicionais de empréstimos informais, por que, além de limitados, eles envolvem altos riscos sociais e econômico-financeiros.

O crédito é fornecido para a compra de insumos agrícolas, como sementes e o preparo da terra. Todos os membros do SCW têm direito a obter crédito, dentro dos critérios adotados e conforme seus planos de plantio, definidos conforme a estação do ano e o sistema escolhido de rotação de cultura.

Os princípios islâmicos regulam as modalidades de empréstimo, que são livres de juros. Os tipos mais comuns são:

Musharaka: parceria onde os parceiros juntam o capital necessário a um empreendimento e dividem o lucro ou o prejuízo. É muito usual quando são necessários investimentos mais significativos.

Murabaha: preço mais margem de lucro. É usado quando bancos estão dispostos a financiar os insumos em espécie, usualmente em esquemas de curto prazo. Os lucros são determinados pelo Banco Central do Sudão, mas o SCW também atua e oferece crédito sem cobrar custos adicionais.

Aluguel e compra: uma espécie de "leasing", com pagamento em prestações;

Gard Hassan: empréstimo sem qualquer tipo de juros - o único tipo de empréstimo permitido segundo a lei islâmica.

Muitos atores diferentes estão envolvidos no SCW: agências multilaterais como o Banco Mundial e a FAO, agências doadoras estrangeiras, companhias privadas de serviços agrícolas, instituições financeiras formais, e associações de agricultores (como a União Sudanesa de Agricultores).

O sucesso da SCW em disponibilizar recursos financeiros para seus membros é inspirado por seu papel social, que objetiva atender as necessidades de seus membros. Os membros sentem-se donos da cooperativa, e estão comprometidos com o compartilhamento de seus custos, descontando parte do que faturam de modo a permitir que a SCW persiga seus objetivos sociais, ao mesmo tempo em que oferece condições flexíveis de crédito. O impacto mais significativo da cooperativa é a inclusão, na comunidade, de setores populacionais normalmente desassistidos.

Porém a SCW permanece vulnerável a fatores adversos, como a quebra de safras, as falhas na comercialização e os conflitos internos. Além disso, e comparada com organizações de base comunitária, a SCW tem uma base de membros muito limitada e restrita, que tende a excluir outros membros da comunidade (ela está praticamente impedida de crescer por causa da pouca disponibilidade de terras agrícolas). Mesmo assim, a SCW já provou ser uma organização viável, embora a sustentabilidade futura dependa de sua habilidade para desenvolver atividades agrícolas lucrativas, baseadas na adoção de cultivos mais rentáveis e de métodos de comercialização mais eficazes, e de sua estratégia para lidar com problemas ligados à posse da terra e à exigüidade das áreas disponíveis.

Texto baseado em uma pesquisa realizada por Khalid Enamin Abdelgadir, apresentada no seminário realizado em Nairóbi, em maio de 2002.

O gerente de comercialização em Gana

George Danso - ceegeorge40@yahoo.com

Pay Drechsel

IWMI Gana

Enquanto muitas atividades agrícolas rurais em Gana são financiadas pelo governo ou por projetos de ajuda internacional, os agricultores urbanos comerciais, para iniciar ou ampliar seus sistemas produtivos, quase sempre dependem apenas de seus próprios recursos ou precisam recorrer aos comerciantes (usualmente mulheres) que comprem os seus produtos, para obterem os insumos necessários (principalmente sementes e agroquímicos). Essas mulheres são intermediárias ou comerciantes varejistas que visitam os produtores urbanos para comprar-lhes as hortaliças.

Em Gana, a comercialização de hortaliças é controlada principalmente por mulheres, enquanto que os produtores comerciais são quase sempre homens.

Muitas vezes as mulheres encomendam previamente os cultivos que desejam comercializar, combinam quantidade e preço, e podem adiantar parte do pagamento para que o produtor compre os insumos de que precisa.



Discutindo iniciativas com um líder dos agricultores em Burma Camp. Foto: IWMI Gana

Esses contratos orais baseiam-se na confiança, e o pagamento final pode divergir do anteriormente combinado conforme o equilíbrio entre a oferta e a demanda tenha variado durante o período de cultivo. Na verdade, são as mulheres comerciantes que usualmente saem beneficiadas nessa reavaliação, pagando, na época da colheita, preços menores do que os combinados.

Os agricultores urbanos quase nunca se envolvem com a comercialização de seus produtos, pois o seu trabalho na produção já é bastante intenso, demandando-lhes muito tempo. Além disso, os papéis de gênero tradicionais acabam prevalecendo: os homens cultivam, as mulheres comercializam.

Alguns produtores urbanos, porém, procuram superar essa dependência e evitar a intermediação das mulheres na venda de seus produtos. Um exemplo disso é um grupo de sete agricultores instalados em Acra que cultivam seus plantios ao redor de um tanque de águas servidas parcialmente tratadas, pertencente ao exército de Gana (Burma Camp). Os produtores não têm um contrato formalizado com as autoridades, que permitem informalmente a atividade já que os terrenos encontram-se desocupados e sem destinação. A agricultura nessa área oferece vantagens tanto para os produtores quanto para as autoridades. Os agricultores mencionaram problemas com a falta de água quando as águas do tanque são esgotadas, anualmente, para a colheita dos peixes ali criados, já que o tanque é utilizado pelos militares para a prática da aqüicultura.

Esse grupo de agricultores é liderado por dois gerentes-coordenadores: um supervisiona a produção agrícola, e o outro trata da comercialização das hortaliças. Com a ajuda ativa desses dois gerentes, os outros cinco membros ocupam-se integralmente da produção: preparo dos canteiros, cultivo das safras, irrigação, aplicação de agrotóxicos, colheita etc.

O gerente de comercialização cuida da compra de insumos, da venda dos produtos e da coleta de informações importantes para a produção e comercialização das hortaliças. Esse gerente tem grande experiência no comércio de produtos não agrícolas entre a Nigéria e Gana, mas nunca trabalhou como produtor. Na época das safras, cada um dos cinco produtores chega a cultivar até 100 canteiros de hortaliças.

O padrão de cultivos depende completamente da situação da demanda de cada produto em particular em um determinado período, conforme recomendação do gerente de comercialização, que acompanha o mercado para saber quando se deve produzir o quê. Como muitas hortaliças são cultivadas em um sistema de alta rotatividade (por exemplo, as alfaces podem ser cultivadas 8 a 11 vezes por ano), a flexibilidade pode fazer uma grande diferença. Um padrão típico de cultivo combina cebolas-da-primavera, pimenta verde e alface, em um ciclo com três meses de duração.

Uma grande parcela da produção é enviada para os mercados especializados em hortaliças situados em Acra, enquanto que o restante é vendido localmente, usando-se os canteiros como medida (1). Nos períodos de maior demanda, o gerente de comercialização pode comprar de outros produtores, situados em outros lugares, de modo a aumentar os ganhos, atuando como intermediário. As maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo incluem: a baixa qualidade das sementes, a falta de serviços de extensão e o manejo inadequado do esterco disponível.

Tabela 1: Épocas de entressafra das principais culturas

Cultivo	Meses de entressafra
Alface	Março a abril
Repolho	Abril a junho
Pimenta doce	Agosto a novembro
Cebola da primavera	Setembro a dezembro

Cada gerente ganha US\$ 57 por mês, enquanto que cada um dos cinco produtores ganha US\$29 (2). Uma estimativa feita pelos produtores indica que o grupo tem um lucro trimestral de US\$ 286 (excluindo-se os salários mensais), que é usado para comprar insumos. Além disso, os produtores gerenciam um fundo de poupança que é usado quando ocorrem perdas inesperadas na produção ou quando um membro do grupo tem um problema de saúde, com a família, funeral etc.

Notas

- 1) O preço por canteiro varia entre US\$ 1,40 e 3,60, dependendo da época do ano, da espécie cultivada e do tamanho do canteiro (usualmente 20m²)
- 2) US\$ 1 = 6.600 Cedis (em fevereiro de 2002)

Microcrédito para pequenos produtores na Argentina

María Angélica Sbarbatti - mariaangelica@arnet.com.ar

Teresa Sunde - teresund@cbasur.com.ar

Myrian Dreyer - munca@futurnet.com.ar

Administração Municipal de Camilo Aldao

Córdoba - Argentina

O número de pessoas vivendo nas áreas urbanas cresce constantemente e as cidades atualmente já absorvem 2/3 do crescimento populacional. As cidades precisam definir como pretendem usar o espaço ainda disponível. Como a maioria dos habitantes urbanos tem pouco poder de compra, os problemas de desnutrição aumentam. As famílias mais pobres sofrem o drama do desemprego, vivem em ambientes poluídos, e são desprovidas de sistemas adequados de educação, saúde, seguridade social etc.. E sua incapacidade de gerar impostos para o governo os exclui progressivamente de seus direitos civis e de suas obrigações como cidadãos.

A agricultura urbana na Argentina

A agricultura urbana compreende atividades de pequena escala que visam principalmente a suplementar a renda familiar. Não existe um conceito empresarial, como nas indústrias maiores.

O apoio governamental para essas atividades, na forma de recursos humanos, técnicos e financeiros, ocorre por meio de projetos muitas vezes temporários, como o “Pro-Huerta” (Pró-Horta), o Programa de Agricultura Social (PAS) e as iniciativas do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA).

Equipamentos para a resfriadeira de leite incluídos no projeto para a comunidade de Tambo. Foto: A.M. Camilo Aldao



Embora a crise econômica tenha enfraquecido os processos de integração na Argentina, existem condições que permitem a geração de uma mudança positiva por meio de atividades agrícolas nas cidades, já que os pequenos produtores representam um potencial decisivo para o desenvolvimento social e econômico.

Essa situação estimulou a Secretaria de Agricultura, Produção Animal, e Alimentação da Argentina a implementar as atividades do PAS, criado em 1993 como um programa de abrangência nacional para promover a agricultura urbana.

O programa de microcrédito rural foi adaptado para os produtores das áreas urbanas e periurbanas. A filosofia central do PAS é dinamizar os pequenos produtores agrícolas das áreas rurais, urbanas e periurbanas, promovendo transformações em seus sistemas produtivos por meio de treinamento e assistência técnica e financeira em todos os estágios do processo produtivo.

O trabalho do PAS pode ser observado em Camilo Aldao, na província de Córdoba, na Argentina, onde a agricultura urbana é largamente praticada.

Os projetos incluem: uma fazenda de leite comunitária, o uso produtivo do lixo urbano, uma pequena fábrica de doces, a criação de galinhas para auto-consumo, hortas orgânicas domésticas e comunitárias, e um plano de reflorestamento produtivo.

O sistema financeiro

O PAS começou como um programa destinado especificamente a fornecer assistência para os pequenos produtores, de acordo com uma decisão política tomada pelo então Secretário de Agricultura, Pesca, Criação de Gado, e Alimentação. Seus principais objetivos são:

- aumentar a renda dos pequenos produtores;
- promover sua participação organizada nas decisões políticas, programas e projetos que afetem suas vidas; e
- superar as limitações econômicas enfrentadas pelos produtores, ajudando-os pelo fortalecimento das associações ligadas ao setor e das instituições, públicas e privadas envolvidas com a atividade.

Os principais instrumentos do PAS são:

- Assistência financeira: créditos para produção de cultivos para alimentar as famílias (auto-consumo) e para empreendimentos produtivos associativos (EPAs), dedicados a cultivos com finalidade comercial. Investimentos para o desenvolvimento de novas alternativas e para a dinamização de pequenas agroindústrias já existentes.
- Assistência técnica: essencialmente uma atividade participativa, promove a adoção de cultivos não tradicionais, diversificação, integração vertical, e intensificação da produtividade. Um técnico contratado pelo PAS visita cada produtor individual e cada grupo de produtores pelo menos uma vez por mês.
- Treinamento: para melhorar as habilidades produtivas, tecnológicas e gerenciais dos pequenos produtores, e promover sua participação e nível de organização. As atividades de treinamento são baseadas nas demandas dos beneficiários, como na definição dos planos anuais de produção.
- Serviços de apoio à comercialização (SAC): para promover e facilitar o desenvolvimento de atividades comerciais das pequenas e médias empresas, associações e grupos de produtores, com o principal objetivo de melhorar sua inserção e presença nos mercados.

O PAS foi organizado como uma estrutura pequena, flexível e descentralizada. Os coordenadores provinciais estão encarregados de executar as atividades centrais, promovendo grupos, financiando atividades, fornecendo apoio técnico para os projetos, e monitorando e avaliando os trabalhos. Por sua vez, uma unidade central é encarregada do desenvolvimento objetivo das diretrizes de trabalho, baseadas nos princípios definidos pelos formuladores do programa, e de assegurar que os programas provinciais não se afastem da coerência com os objetivos gerais do programa.

Crédito

O orçamento do PAS é de \$9 milhões de pesos (US\$ 2,5 milhões) anuais.

Entre 1993 e 2000, o orçamento era dez vezes maior, mas a partir de 2001 ele foi sendo reduzido, por causa da deterioração das condições econômicas do país, e agora cobre apenas a assistência técnica, o treinamento, e o apoio à comercialização (deixando de fornecer crédito aos produtores).

Os fundos vêm do Ministério da Economia e da Secretaria do Tesouro da Argentina. A Secretaria de Agricultura, Pesca, Criação de Animais e Alimentação submete os projetos que são então incluídos no orçamento nacional, como está previsto na legislação.

Uma porção do orçamento é destinada à assistência social, na forma de créditos para produção de subsistência, que representa em média 7% da quantia dedicada à assistência financeira.

Durante os últimos dois anos, não tem havido fundos para novos créditos, e os projetos operam apenas reinvestindo os recursos já disponíveis.

Os microcréditos para subsistência ou auto-consumo podem ser renovados duas vezes após a concessão inicial. A partir da segunda renovação, o beneficiário deve optar por iniciar um negócio ou abandonar o sistema.

O reembolso desses créditos consiste em pagar a quantia tomada com bens produzidos ou com trabalho comunitário em uma instituição pública (escolas, hospitais etc.).

Atualmente, esse sistema está sendo substituído pela criação de uma "cooperativa de poupança" ligada a cada grupo, alimentada pelos recursos oriundos da venda de parte da produção, que tem impactos positivos especialmente para os agricultores mais produtivos e que exploram áreas maiores.

Dona Mafalda Tesán nasceu em Camilo Aldao há 70 anos. Ela é uma entusiástica criadora de galinhas e tem 14 delas em seu pequeno galinheiro. "Eu sempre criei galinhas, mas desde que meu marido morreu eu não podia mais fazê-lo por que a pensão que recebo, de 190 pesos, não era suficiente para pagar minhas taxas, despesas médicas e comida, e ainda comprar frangos e ração.

Mas desde que aderi ao PAS, há dois anos, melhorei minhas condições de subsistência e pude voltar a criá-las. Hoje, na cidade, muitas pessoas criam galinhas para auto-consumo. Esse programa é muito útil para aqueles que não têm um salário digno e vivem de pensão, sempre modesta."

(Publicado no jornal "La Voz del Interior", Cordoba, 10/11/ 2001).

Características do crédito

O programa operacional de crédito do PAS está baseado nos seguintes procedimentos:

- grupos formados por pelo menos 6 domicílios (produtores e suas famílias);
- empreendimentos produtivos associativos (EPAs) como beneficiários dos créditos, que estejam envolvidos em projetos tradicionais, inovadores ou experimentais;
- dispensa da exigência de avalistas individuais, substituída pelo compromisso moral do grupo com o programa e entre os membros do grupo;
- prazos flexíveis e períodos de carência somando no máximo sete anos, de acordo com a atividade produtiva;
- taxas de juros parcialmente subsidiadas (6% por ano);
- valor máximo do crédito, por domicílio, variando entre os máximos de \$ 1200 (US\$ 333), para plantios com finalidade comercial, e \$200 (US\$ 55), para plantios visando o auto-consumo; e
- os créditos destinados a iniciativas comerciais são saldados em dinheiro, e os destinados a iniciativas de auto-consumo são saldados com produtos destinados a entidades de serviço público estabelecidas na mesma localidade onde se situa o grupo que recebeu o empréstimo.

Nível nacional

O número de projetos, domicílios, e quantias investidas por tipo de projeto estão disponíveis na tabela a seguir:

Tabela 1

Tipo de projeto	Número de projetos	Porcentagem do total	Beneficiários: domicílios/moradores	Valor dos créditos: pesos / dólares
Subsistência	2.387	39 %	19.085 / 90.986	2.914.905 / 809.696
Tradicional	3.164	51,8 %	22.420 / 98.744	25.335.630 / 7.037.675
Inovador	214	3,5 %	1.869 / 7.917	2.228.149 / 618.931
Outros	342	5,6 %	1.705 / 5.536	1.249.465 / 347.074
TOTAL	6.107	100 %	45.079 / 203.183	31.728.150 / 8.813.375

Os créditos para subsistência compreendem os empréstimos tomados para atividades produtivas voltadas para o auto-consumo. Créditos tradicionais ou de inovação referem-se, respectivamente, a empréstimos tomados por microempresas que processam produtos usando métodos mais usuais ou que utilizam inovações significativas.

Do volume total de crédito, 27% foi destinado à horticultura, 46% à criação de animais, e 27% a outras atividades (produção de sementes, silvicultura, processamento etc.).

Os produtores devem atender aos seguintes critérios:

- trabalhar diretamente em seus lotes, localizados onde eles têm sua residência permanente;
- não contar com trabalhadores assalariados permanentes;
- não devem ter outra fonte de renda (com exceção de renda gerada por trabalhos temporários fora do lote, ou da venda de artesanato desde que não supere um salário mínimo de trabalhador rural - \$280 pesos ou US\$ 78 por mês); e
- a renda com a produção agrícola não pode exceder dois salários mínimos de trabalhador rural (\$560 ou US\$ 156).

Mudanças

O programa encontra-se descentralizado por toda a província de Buenos Aires, e todas as atividades são canalizadas através dos governos municipais.

Para incorporar um número maior de departamentos em cada província, o PAS começa sua atuação em cada região reunindo o maior número possível de pequenos produtores, e aumentando progressivamente a área abrangida nos anos seguintes, para alcançar outras áreas administrativas.

Um novo tipo de projeto, “Infraestrutura Comunitária” combina crédito com subsídios para a construção civil e obras de infraestrutura na comunidade.

A proposta combina treinamento, assistência técnica e créditos com diferentes modalidades de reembolso.

Os contatos diretos entre produtores e consumidores são estimulados, com a organização de feiras livres apoiadas pelos governos municipais. A diversificação e a melhoria das casas dos pequenos produtores são outras duas novas linhas de atividade.

Outra iniciativa que recentemente passou a merecer mais atenção é a disseminação do programa por todo o país.

Impactos e recomendações

Esse programa provou ser muito importante ao garantir a sobrevivência diante da crise econômica e ao fortalecer os laços de solidariedade entre os pequenos produtores urbanos, já que as atividades financiadas localizam-se na zona limítrofe entre projetos de investimento produtivo e projetos de assistência social.

O programa tem feito – e continua fazendo – esforços para definir uma proposta ambiental que difere completamente do modelo tecnológico atual (ao incluir hortas orgânicas, galinheiros ambientalmente seguros, uso de biofertilizantes etc.). A experiência também trouxe uma contribuição valiosa para a implementação de uma política de desenvolvimento agrícola. Ela não apenas complementa atividades como também cria espaços de participação para os pequenos produtores na sociedade.

Novas leis deverão ser criadas para dar aos pequenos produtores acesso à terra (o direito ao uso da terra por quem a cultiva, em termos permanentes ou temporários), adaptar a cobrança de taxas e impostos, e disponibilizar serviços de apoio agrônômico e veterinário para os pequenos agricultores urbanos. As atividades discutidas aqui precisam ser mais institucionalizadas sob o princípio da igualdade.

Essa experiência demonstra que a agricultura urbana é lucrativa mesmo em condições econômicas adversas, graças ao compromisso e ao esforço de técnicos, funcionários e agências do governo, de ONGs e de empresários que têm plena consciência do desafio que enfrentam.

O microcrédito oferece um meio para reduzir a pobreza nas regiões mais pobres do mundo.

Notas

1. Taxa de conversão: 3,60 pesos = US\$ 1

O caso de Texcoco, México

Política social ou a demanda desconsiderada

Gabriel Ramírez García

Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento A.C.
(COPEVI)

No México, extensas áreas de terras agrícolas estão sendo incorporadas às áreas de influência urbana. Um dos territórios rurais que vem sendo envolvido pela dinâmica megalopolitana da Cidade do México é Texcoco, localizado no estado do México, a 20 km da capital mexicana. A urbanização de Texcoco continua crescendo, incorporando áreas rurais à periferia da Cidade do México. Nessa dinâmica, novas formas de ocupação territorial e de processos sociais e produtivos surgem; e novas formas e idéias são desenvolvidas para definir esses territórios, identificados agora como periurbanos ou rural-urbanos.

Presentemente, de acordo com os dados fornecidos pelo Conselho Estatal Demográfico (COESPO, 2000), a municipalidade de Texcoco tem uma população estimada em pouco mais de 204 mil habitantes. Existem 53 lugarejos, além da capital do município. Desses lugarejos, 12 são considerados como áreas urbanas e abrangem 5% da área municipal. O crescimento urbano no município tem tido efeitos no uso das terras agrícolas, que representam 25% da área total, e vem se intensificando devido à falta de apoio para as áreas rurais.



Participante da Associação de Produtores da Flores na comunidade de San Miguel Tlaixpan. Foto: Gabriel R. García

Em 1997, o Partido da Revolução Democrática (PRD), um partido progressista de esquerda, venceu a eleição municipal de Texcoco, permitindo que vários membros da sociedade civil assumissem postos na administração, e assim iniciando mudanças na linha, nas estratégias e na condução dos negócios do governo. Ao mesmo tempo, em uma reunião aberta ocorrida em janeiro de 1997, muitos representantes das comunidades, dos sindicatos e o prefeito expressaram seu apoio para o estabelecimento de uma Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), dentro da estrutura administrativa do governo municipal, para promover atividades agrícolas. Pela primeira vez, a municipalidade tem uma unidade designada para supervisionar o trabalho agrícola rural. O objetivo de criar a UDR foi fornecer apoio por meio de treinamento e recursos, e organizar a população dedicada a atividades de silvicultura e aquacultura.

Em Texcoco, 42 das 54 comunidades são consideradas rurais, e a missão da UDR é preservar seus espaços produtivos da influência urbana ao;

- assegurar a permanência e a geração de empregos nas atividades agrícolas;
- garantir a produção de comida para a população da região; e
- monitorar as atividades agrícolas realizadas na região.

Agricultura urbana

A agricultura em Texcoco é uma atividade seriamente ameaçada, embora ela tenha garantido, por muito tempo, a segurança alimentar da população local. A agricultura dentro da cidade é encontrada principalmente nos bairros residenciais, em quintais medindo geralmente menos de 50 m². Estando localizados próximos às residências, esses quintais também são usados para a lavagem e secagem de roupa, criação de animais etc. Também existem espaços maiores que 200 m², mantidos em propriedades privadas, usados para o cultivo de milho, flores, “cilantro”, legumes, etc. Esse tipo de agricultura pode ser considerado como suburbana, por que tem lugar em áreas designadas para atividades agrícolas, mesmo que ainda situadas em espaço urbano. Atividades agrícolas significativas também são realizadas próximas à capital do município, em áreas comunitárias e privadas ainda não urbanizadas, embora algumas dessas atividades sejam desenvolvidas em áreas onde alguns dos serviços urbanos já estão disponíveis. Essas áreas são quase sempre planas e apresentam boas condições para a prática da agricultura. Usualmente esses lotes são usados no cultivo de legumes, cereais e forragem e na criação de animais em sistema intensivo para produzir carne, leite e laticínios, ovos, porcos e coelhos. Em alguns casos, a agricultura urbana é desenvolvida com o propósito de incluir produtos próprios na alimentação das famílias e reduzir as despesas com a compra de comida.



Micro-sítio produtivo em San Luis Huexotlaes. Foto: Gabriel R. García

A população envolvida com agricultura urbana é quase sempre de origem rural. Muitas vezes, porém, a produção agrícola não é sua principal atividade econômica, já que muitas vezes os produtores combinam a agricultura com algum outro tipo de emprego fixo ou formal. Nesse sentido, o apoio dos governos local, estadual e federal é vital para preservar a atividade agrícola e deter o crescimento das cidades sobre as áreas rurais. De outro modo, como já aconteceu muitas vezes, os produtores que possuem terras próprias, pressionados pela falta de recursos econômicos, são forçados a vendê-las para quem queira urbanizá-las.

O programa de microcrédito

Em 1997, a Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) começou um projeto piloto denominado “Programa de Microcrédito Produtivo”, para fortalecer as atividades agrícolas ainda abundantes na região, especialmente as desenvolvidas por pequenos e médios produtores, por meio da oferta de ajuda econômica.

O projeto funcionava de acordo com as normas do “Ramo 33”, ou “Fundo de Contribuições Federais para os Governos Estaduais e Municipais”, criadas para apoiar os grupos populacionais que vivem na extrema pobreza. Entretanto, a UDR propôs diretrizes próprias, de modo a auxiliar também as famílias que faturam entre 2 e 4 salários mínimos mensais (1), geralmente pobres, mas não miseráveis.

O programa de microcrédito complementou essa atividade com outras duas linhas de suporte: apoio às mulheres dedicadas às pequenas produções agrícolas; e apoio à associação de produtores de flores. Todos os projetos incluíam aconselhamento e treinamento, fornecido pela Universidade de Chilpancingo (uma universidade local) e algumas unidades do governo estadual.

Os projetos em busca de financiamento eram apresentados por grupos formados por 4 a 12 famílias, mas o crédito, uma vez aprovado, era concedido em termos individuais. A lógica era que esses grupos iriam agir como instância responsável pela recuperação do crédito. O crédito era concedido em espécie (materiais, insumos, sementes, maquinário, animais, plantas e alimentos), e não podia ser usado para pagar mão-de-obra ou obras de construção civil. O valor do crédito era limitado a 5.000 pesos por família (US\$496) (2), o que permitia apoiar projetos integrados somando entre \$ 20.000 e \$ 60.000 pesos (US\$ 1.986 e US\$ 5.958 respectivamente), considerando-se todo o grupo envolvido. O empréstimo não incluía cobrança de juros.

O crédito não exigia uma contrapartida por parte do produtor, porém era uma pré-condição, para os projetos, ter uma infraestrutura mínima, considerada como a contribuição dos beneficiários e verificada durante as visitas aos locais dos projetos. Algumas vezes essas contribuições representaram entre 60% e 70% do investimento total dos projetos, e nesses casos o governo municipal precisou adicionar apenas 30 a 40% do total necessário.

O programa considerava um mecanismo para assegurar o reembolso do crédito, que consistia em uma nota promissória (3) em nome do governo municipal. Esse mecanismo tornou-se obrigatório após o primeiro ano de operação (em 1998). No início de 1997, o objetivo era recuperar os créditos no prazo de dois anos, com um ano de carência. Entretanto os projetos não responderam como havia sido previsto. Mais tarde, foi sugerida a redução do prazo de reembolso para um ano e meio, com seis meses de carência. Como resultado, os projetos tiveram uma taxa de recuperação de 7% nos últimos quatro anos. Os projetos, na verdade, são altamente subsidiados; e pode-se considerar que nada foi recuperado das aplicações feitas em muitos deles nos últimos anos.

O apoio financeiro corresponde a um conjunto de insumos que inclui frangos, coelhos, filme plástico para a construção de estufas, tela de galinheiro, uma chapa de acrílico e sementes. Em 1999, esse apoio correspondia a \$950 pesos mexicanos (US\$ 94), e a \$1.100 pesos (US\$ 109) em 2001. As mulheres beneficiárias deviam contribuir com apenas \$100 pesos (cerca de US\$ 10) como colaboração pessoal. Dentro desse esquema, a UDR tornou-se capaz de apoiar 370 projetos em vários locais no município de Texcoco entre 1999 e 2001.

A fonte de fundos e canais de acesso

A UDR do município de Texcoco estava encarregada de assegurar recursos, além daqueles oferecidos pelo município, fornecidos por programas estaduais e federais. A contribuição estadual e federal veio principalmente através dos programas Ramo 33 e do Fundo Federal para os Estados e Municípios. Em alguns casos, o governo municipal colaborou com 30% a mais, embora quase sempre esse complemento viesse na forma de treinamentos relacionados aos projetos.

Os recursos financeiros do programa Ramo 33 estão disponíveis através do Fundo Municipal de Infraestrutura Social (FMDS), que os dirige para implantar infraestrutura nas comunidades mais pobres. Os recursos para projetos produtivos foram obtidos desse Programa. O apoio para os projetos, entre 1997 e 2001, a partir desta modalidade de crédito, somou um total de \$ 4.241.731,90 pesos mexicanos (US\$ 421.225), dos quais \$ 2.827.265,70 pesos (US\$ 280.761), ou 67%, foram dedicados a atividades agrícolas.

O governo municipal estabeleceu o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CODEMUN), um órgão formado por um representante de cada comunidade e pelo prefeito. O CODEMUN era encarregado de aprovar o orçamento dos recursos oferecidos pelo Ramo 33, além de monitorar o seu uso.

Os projetos eram selecionados a partir de uma lista inicial organizada pela UDR. Uma “comissão de revisão” se reunia para selecionar os projetos que seriam financiados. A comissão era formada por um representante do governo municipal e do escritório do controlador interno, um representante do Ramo 33, e representante das áreas de desenvolvimento econômico e desenvolvimento rural. Antes da seleção, o CODEMUN visitava os projetos para verificar as suas condições e as dos beneficiários.

No primeiro ano, 1997, 12 projetos produtivos receberam apoio, sendo 11 deles considerados projetos agrícolas. Durante os anos seguintes, o programa foi aberto para outros tipos de projetos, incluindo pequenas confecções, lojas de produtos naturais, padarias, oficinas de reciclagem e de solda, uma fábrica de doces etc. Em 1998, com recursos de \$ 500.000 pesos (US\$ 49.652), 18 projetos produtivos foram apoiados; sendo 11 deles agrícolas. Em 1999, 18 projetos de produção agrícola foram apoiados, em um total de 32. Finalmente, em 2000, 58 projetos foram apoiados, sendo 36 deles ligados ao setor agrícola.

Infelizmente, desde 2001 o governo municipal interrompeu seu apoio a esses projetos. Muitos deles continuam a se beneficiar de programas estaduais e federais, mas sem qualquer coordenação com o governo municipal.



Tabela 1: Resumo dos créditos concedidos

Critério		Valor em pesos mexicanos	Valor em dólares
Nº. de créditos concedidos entre 1997 e 2000	76		
Nº. de domicílios beneficiados	516		
Crédito médio por projeto		37.201	3.694
Crédito médio por domicílio		5.478	544
Valor total dos créditos		2.827.266	280.761
Valor total recuperado		185.454	18.416
Valor total dos débitos		2.641.812	262.345
Porcentagem de inadimplência	93 %		

Impacto e sustentabilidade

O programa ajudou a economia local e gerou muitos empregos. Entre todos os domicílios, 93% das famílias aumentaram sua renda em no mínimo 10%, melhorando suas condições de vida. O treinamento e a assistência técnica incrementaram as técnicas e os métodos produtivos e elevaram a consciência da importância dessas contribuições.

A participação das mulheres foi significativa. Por meio da iniciativa dos micro-sítios produtivos, as mulheres conquistaram um espaço dentro de suas famílias que elas não tinham antes. Elas passaram a contribuir, graças a seus projetos, para a economia doméstica, gerando excedentes e comida saudável. Além disso, sua experiência deixou efeitos positivos com relação à auto-estima, desenvolvimento de habilidades e saúde mental.

O estabelecimento de associações também foi um fenômeno marcante. Essas associações permitiram aos produtores obter diversos benefícios para seus projetos produtivos e suas famílias. O aconselhamento e treinamento fornecidos pelo governo municipal e por outras organizações promoveram o desenvolvimento de capacidades dentro dos grupos, incluindo talentos de gerenciamento e de negociação, compra de insumos, comercialização e administração.

O programa foi implementado como parte de políticas governamentais nos níveis federal e local e sua sustentabilidade financeira dependeu dessas condições. O programa não propiciou o resgate adequado dos recursos aplicados nem buscou a recuperação de seus custos operacionais. Não era portanto financeiramente sustentável – o que certamente contribuiu para o seu enfraquecimento.

Socialmente, o programa foi considerado mais sustentável. Gerar empregos, desenvolver a economia local, melhorar a nutrição familiar e promover a inclusão das pessoas mais pobres são atividades de grande interesse social. Do ponto de vista ambiental, o programa também se mostrou justificável.

E embora o programa tenha sido descontinuado a partir de 2001, politicamente também foi viável, pois foi percebido como uma política pública que apresentou resultados positivos. Infelizmente, ficou claro que, no momento, o programa não interessa ao atual governo municipal, mas ele pode ser considerado uma mina de ouro a ser melhor explorada. O desafio é evitar que seja usado como trampolim político por pessoas descomprometidas com seus objetivos originais.

Recomendações

Para assegurar que, independentemente da situação política, esses programas possam continuar sendo implementados, a autonomia dos governos municipais precisa ser fortalecida. É importante desenvolver uma política governamental que aumente a consciência dos cidadãos sobre o significado da agricultura em ambientes urbanos. Paralelamente será necessário fornecer treinamento e estimular comunidades mais produtivas.

O programa precisa fornecer apoio continuado para os projetos produtivos durante e após o período do crédito. A recuperação dos empréstimos existentes deve ser encorajada, renegociando os prazos de pagamento quando necessário. É necessário também aperfeiçoar os critérios usados para selecionar os projetos que serão apoiados e financiados.

As regras operacionais do programa devem ser reformuladas, considerando-se as necessidades das comunidades, buscando uma combinação de microcrédito com planos de desenvolvimento comunitário, e explorando a participação do setor privado, por exemplo na criação de um fundo rotativo, na doação de equipamentos, na divulgação e disseminação etc. Também sugere-se a implantação de um programa-piloto para testar algum esquema de poupança comunitária (associação de poupança, banco comunitário etc.), de modo a envolver mais pessoas (mudança de escala).

Essa experiência, embora de pequena escala, reforça a idéia de que a agricultura urbana é um meio importante para aliviar a pobreza, melhorar o ambiente urbano e promover o desenvolvimento de cidades mais produtivas, sustentáveis e democráticas.

Notas

- 1) Um salário mínimo corresponde a US\$ 125,60 (em novembro de 2002)
- 2) US\$ 1 = \$10,07 pesos mexicanos (novembro de 2002)
- 3) Um documento pelo qual o beneficiário do crédito concorda em pagar a quantia recebida, especificando a data do pagamento. O documento lista a quantia recebida, a finalidade do crédito, e os dados gerais sobre o beneficiário, e sua assinatura.

Crédito e investimento na agricultura urbana no Nepal

Roshan Shrestha - roshans@cmf.org.np

Coordenador de programa

Centre for Micro-Finance, Nepal

O Nepal é um país central, localizado entre a China e a Índia. Existem 58 municipalidades no Nepal, e cerca de 80% da população nepalesa depende da agricultura, praticada principalmente nas áreas rurais. Katmandu, a capital do Nepal, é a única metrópole no país. Atualmente a população residente na área metropolitana de Katmandu (AMK) é de aproximadamente 702 mil habitantes, de acordo com o censo de 2001. A renda anual per capita alcança US\$ 360.

Devido ao rápido processo de urbanização, a maior parte das áreas agricultáveis de Katmandu está sendo ocupada por habitações, e a produção local de alimentos está se reduzindo. Entretanto, alguns habitantes da cidade ainda cultivam arroz, trigo, e hortaliças dentro da área metropolitana, em pequena escala. Eles não precisam de crédito para tais cultivos. Alguns habitantes também estão envolvidos com a criação de vacas e búfalas para produzir leite para auto-consumo e comercialização.



Entrepasto de venda. Foto: Smita Premchander

A maioria das terras aráveis situa-se na periferia da cidade, onde muitas pessoas estão envolvidas com agricultura (arroz e trigo), horticultura e processamento de alimentos (geléias, tomate e conservas) em maior escala, sendo os produtos vendidos no mercado local.

Os produtores de Katmandu e das áreas adjacentes também estão envolvidos com a criação de frango e de abelha. A Agência para o Desenvolvimento de Laticínios do Nepal, em Katmandu, processa o leite coletado em vários postos.

Situação econômica

O Nepal é um país predominantemente agrícola, com a maior parte de sua área definida como rural. Cerca de 82% da população reside em áreas rurais e 86% de sua força de trabalho está engajada em atividades agrícolas.

A taxa média anual de crescimento do Nepal tem sido em torno de 5% nos últimos 15 anos. Porém a contribuição da agricultura para o crescimento econômico tem sido inferior do que a dos setores não agrícolas. Mais recentemente muitas terras férteis do país estão sendo urbanizadas.

Também recentemente o governo nepalês formulou um “Plano de Desenvolvimento Agrícola” (PDA), abrangendo um esforço de 20 anos, no qual a introdução de tecnologias avançadas e a implementação de infraestrutura visando aumentar a produtividade foram enfatizadas como principais objetivos.

O PDA pode ser considerado como abrangendo a agricultura urbana, embora não contenha programas, políticas, leis ou regulamentos que focalizem especificamente essa atividade.

Existem políticas públicas em nível nacional que reconhecem o microcrédito como uma importante ferramenta para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, e o 10o plano quinquenal do Nepal prevê a continuidade do programa governamental de microcrédito, porém sem reconhecer a necessidade de investimentos voltados para estendê-lo à agricultura urbana e periurbana.

A situação macro-econômica do Nepal não é encorajadora, considerando-se a alta taxa de inflação e a modesta taxa de crescimento econômico, resultando na redução da taxa de juros pagos pelas instituições financeiras aos depósitos de poupança.

Mesmo assim, as cooperativas de poupança e crédito vem oferecendo taxas mais altas para as economias aplicadas nelas por seus membros. Existe uma crescente necessidade, entre esses membros, de investir em variadas atividades geradoras de renda, e os investimentos de microfinanças nas atividades da agricultura urbana e periurbana vêm contribuindo para o desenvolvimento do país.

O esquema de crédito e investimento

A Cooperativa de Crédito e Poupança Mahila Prayas (MPSACCO) é uma cooperativa voltada apenas para mulheres. Em suas operações, adota dois tipos de metodologia de empréstimos: empréstimos individuais e empréstimos em grupos solidários.

A Cooperativa de Crédito e Poupança Samudayik (SSACCO) reúne homens e mulheres e adotou apenas a modalidade de empréstimos individuais.

O sistema de empréstimo individual caracteriza-se por

- empréstimos garantidos por poupança e/ou por fiadores. Porém, no caso da SSACCO, os empréstimos devem ser garantidos por fiadores quando envolverem quantias até Rs.20.000 (US\$ 260), e por avalistas com bens físicos quando superarem essa quantia;
- s clientes potenciais são pesquisados quanto ao seu histórico creditício e devem apresentar referências que comprovem sua boa fé;
- os empréstimos dependem de cuidadosas análises de viabilidade;
- o tamanho e os termos dos empréstimos podem ser ajustados de acordo com as necessidades do negócio do tomador, até um limite máximo;
- existe uma equipe que trabalha para estabelecer relações próximas e de longo prazo com os membros tomadores de empréstimos; e
- cada membro representa um investimento significativo de energia e tempo da equipe de apoio.

O sistema de empréstimo por grupos solidários caracteriza-se por:

- o empréstimo para cada tomador é garantido mutuamente pelos outros tomadores do mesmo grupo;
- os clientes em potencial são investigados pelos outros membros do grupo;
- a aprovação do empréstimo é baseada no plano apresentado;
- o tamanho e os termos do empréstimo são determinados pela natureza do negócio;
- a equipe tem um relacionamento mais distante com os muitos tomadores envolvidos nas operações; e
- os grupos solidários são usados para reduzir a sobrecarga de trabalho da equipe de apoio.

A MPSACCO oferece empréstimos individuais nas áreas urbanas e empréstimos para grupos solidários nas áreas periurbanas. A cooperativa tem várias formas diferentes de esquemas de poupança, como poupança regular, poupança voluntária, poupança para casamento, e poupança para festas. Cada membro deposita Rs.100 (US\$ 1,30) todo mês como poupança regular (ou no caso de poupança em grupo, cada grupo coleta o dinheiro entre seus membros), e a cooperativa paga 12% de juros anuais pelo dinheiro aplicado.



Venda de produtos numa praça. Foto: Smita Premchander

Qualquer membro pode aplicar qualquer quantia a qualquer momento, como forma de poupança voluntária, pela qual a cooperativa pagará 9% de juros ao ano. Similarmente, um membro pode economizar para o seu casamento ou para outro tipo de festa planejada, mas não poderá sacar esse dinheiro para outra finalidade. A cooperativa paga juros de 12% e de 9% anuais para a poupança para casamento e para festa, respectivamente.

A SSACCO oferece apenas um tipo de poupança, a obrigatória, na qual cada membro deve depositar pelo menos Rs.100 (US\$1,30) por mês, remunerada com 10% de juros ao ano. De acordo com seus registros, os membros costumam depositar entre Rs.100 (US\$ 1,30) e Rs.500 (US\$ 6,50) mensalmente.

A poupança de seus membros é a principal fonte do capital utilizado para empréstimos por essas cooperativas. Outras fontes de capital utilizado pela MPSACCO são:

- um fundo de crédito rotativo (FCR) de Rs.375.000 (US\$ 4.870) fornecido pelo Banco de Desenvolvimento Asiático e dedicado ao projeto Microcrédito para Mulheres, disponível apenas para mulheres organizadas em grupos solidários na periferia de Katmandu;
- um empréstimo de Rs.200.000 (US\$ 2.597), fornecido pelo Fundo de Auto-Ajuda do Banco Central do Nepal, com juros subsidiados e disponível apenas para mulheres da periferia de Katmandu;
- um empréstimo de Rs.500.000 (US\$ 6.493) cedido pela Federação Nepalesa de Poupança e Crédito Cooperativo, com juros de 17% ao ano, e
- um empréstimo de Rs.325.000 (US\$ 4.221) cedido pelo Instituto Financeiro Multinacional, com 14% de juros ao ano.

A maior parte dos membros da MPSACCO que vivem nas áreas periurbanas usa o crédito para atividades agrícolas, como a criação de búfalas, vacas, cabras e galinhas, produção de hortaliças e de milho, apicultura e viveiros de mudas. Além disso, algumas participantes abriram pequenos comércios. As participantes que vivem nas áreas urbanas dedicam-se principalmente ao pequeno comércio. Algumas delas compram hortaliças em mercados atacadistas e revendem em pequenos mercados locais, a preços de varejo.

Os integrantes da SSACCO investem predominantemente em atividades agrícolas, usando o crédito para desenvolverem a criação de búfalas, vacas, cabras e galinhas e o cultivo de hortaliças. O leite produzido pelos membros é vendido, em parte, localmente, sendo o restante encaminhado para os centros de coleta, gerando um lucro razoável para os produtores. Alguns cooperados também investem na instalação de lojas. A MPSACCO opera empréstimos de curto prazo (seis meses) e de longo prazo (18 meses), variando entre Rs.5.000 (US\$ 65) e Rs.50.000 (US\$ 649).

A cooperativa cobra juros de 18% ao ano aos membros residentes em áreas urbanas, inscritos como membros individuais, e de 16% aos membros residentes na periferia. No caso de empréstimos individuais, pessoas que conhecem os tomadores devem atuar como avalistas. Tomadores que vivem em casas alugadas devem ter seus senhores como avalistas para poderem receber empréstimos individuais. No caso de empréstimos para grupos solidários, os membros do grupo atuam como avalistas uns dos outros.

Há vários tipos de esquemas de pagamento para saldar empréstimos tomados junto às cooperativas. Alguns pagam em prestações mensais, (no caso de empréstimos para consumo familiar ou para abrir uma loja); outros pagam a cada três meses (no caso de crédito para cultivo de hortaliças), e outros ainda pagam de seis em seis meses (esse é, normalmente, o caso dos criadores de animais). Os créditos para criadores de galinha podem ser saldados com prestações pagas a intervalos de três ou seis meses.

A SSACCO tem apenas um tipo de prazo para os empréstimos que concede, no qual o tomador deve saldar a dívida pagando em prestações durante o período de um ano. As prestações podem ser mensais, bimensais ou trimestrais. A cooperativa fornece empréstimos que variam de um mínimo de Rs.8.000 (US\$ 104) até o máximo de Rs.50.000 (US\$ 649). Os membros costumam tomar entre Rs.8.000 (US\$ 104) e Rs.15.000 (US\$ 195) para o cultivo de hortaliças, e cerca de Rs.50.000 para a criação de búfalas ou vacas, de galinhas, ou para abrir uma pequena loja. A SSACCO cobra 18% de juros nos empréstimos que concede a seus membros. Se um membro toma um empréstimo inferior à quantia que tem poupada junto à cooperativa, então os juros diminuem para 16%. Para empréstimos superiores a Rs.20.000 (US\$ 260), é necessário que outro membro da cooperativa atue como avalista. Para empréstimos ainda maiores, os membros devem oferecer algum bem físico (o certificado de propriedade de seu terreno) como garantia.

Questões de gênero

Os principais beneficiários dos esquemas de crédito e de investimento da MPSACCO são mulheres. Existem 334 mulheres que participam como membros da cooperativa e são consideradas beneficiárias diretas da organização; os demais membros de suas famílias são considerados beneficiários indiretos. Como as famílias em Katmandu reúnem em média 5,2 pessoas, o número total de beneficiários alcança cerca de 1.800 pessoas. A SSACCO é formada por membros homens e mulheres, sendo 256 homens e 100 mulheres.

A equipe que opera a MPSACCO é formada por três mulheres. Na equipe de funcionários da SSACCO há um homem, que trata das questões de recursos humanos. Em ambas cooperativas, é grande a transparência em todas as suas atividades. O processo de tomada de decisões é democrático. A rotatividade da liderança é bem significativa na SSACCO, e menor na MPSACCO.

A MPSACCO não possui normas escritas regulando suas políticas administrativas, de crédito, de admissão de membros etc. embora haja recursos para elaborá-las. O Comitê Gestor toma todas as decisões referentes a essas questões, e mantém arquivadas tais decisões, que podem servir de referências para casos semelhantes. Já a SSACCO possui muitas normas escritas para pautar as suas políticas. A cooperativa não tem formulada uma visão muito clara sobre sua missão e objetivos, apenas indicados genericamente em seus estatutos, que são padronizados para todas as cooperativas. Entretanto, é difícil administrar uma organização por um longo período sem ter regras escritas e regulamentos, uma visão clara e objetivos bem definidos. Não há representantes dos membros mulheres no Comitê Gestor da SSACCO.

Recomendações

É importante que haja uma variedade de esquemas de poupança em uma cooperativa. O crédito deve ser combinado com poupanças, que podem ser usadas como garantia, mesmo que parcial, para os empréstimos. Essa diversificação pode aumentar o capital disponível, produzir lucros e atender às necessidades de crédito dos membros da cooperativa.

Programas de microfinanças devem ser implementados no lugar de programas apenas de microcrédito, pois eles devem incluir vários serviços importantes para os membros da cooperativa: principalmente poupança, crédito e seguro.

Cooperativas baseadas em seus próprios membros devem tentar conseguir empréstimos de outras instituições financeiras e investi-los junto aos seus participantes, obtendo lucros que garantam sua sustentabilidade financeira.

Os esquemas de crédito devem incorporar treinamento agrícola para os seus membros que trabalhem com agricultura urbana, e atender suas maiores necessidades, como irrigação. Para tanto, as cooperativas devem buscar apoio das agências governamentais, municipalidades, entidades doadoras e ONGs locais e internacionais.

As organizações devem formular políticas apropriadas e consistentes para seu o gerenciamento interno, o controle dos serviços de poupança e crédito, e o desenvolvimento de seus recursos humanos.

Financiar negócios familiares gera mais emprego (para os diversos membros das famílias) e é mais sustentável do que financiar negócios individuais.

Empréstimos a grupos solidários são mais sustentáveis e inclusivos, em termos de alcançar os pobres e as mulheres, pois enfatizam a coesão comunitária e se beneficiam do controle exercido pelos próprios membros do grupo. Isso minimiza os riscos e economiza custos em termos de tempo e dinheiro.

A equidade de gêneros deve ser garantida em todos os aspectos da organização (gerenciamento institucional, projeto dos esquemas e implementação dos serviços).

Os governos locais e central devem ligar os agricultores urbanos com ONGs e entidades doadoras internacionais e criar um ambiente que atraia investimentos privados. O governo deve estimular as organizações de produtores urbanos, especialmente os que reúnem mulheres agricultoras e/ou outros grupos vulneráveis. Incentivos fiscais aos membros das cooperativas devem ser usados para estimulá-los a se envolverem em atividades produtivas.

As ONGs devem fornecer treinamento e capital inicial para os produtores urbanos membros das cooperativas. Para tanto, elas devem estimular a formação de parcerias com as cooperativas e outras formas de organização dos agricultores urbanos.

As organizações de agricultores devem incluir as cooperativas como parte de sua rede e apoiar a transferência de tecnologias entre seus membros, organizando encontros, oficinas e cursos para compartilhar conhecimentos e habilidades. Programas de visitas a centros de produção mais organizados devem ser promovidos como forma de divulgar técnicas produtivas novas e eficientes.

As autoridades responsáveis devem facilitar o fornecimento de produtos agrícolas para os mercados locais por meio de centros de coleta e da oferta de informações sobre fontes de crédito e de insumos, e sobre as condições de demanda e preços do mercado com relação aos vários produtos.

Da pobreza até a dignidade no Nepal

Sanikanchi Adhikari reside no 3o distrito de Kapan. Ela costumava ter muitos problemas para garantir as mínimas necessidades para a sobrevivência de sua família. Seu marido havia perdido todo seu patrimônio ao tomar empréstimos usando seus bens como garantia, e desperdiçando o dinheiro em maus negócios.

Felizmente Sanikanchi aderiu à cooperativa em maio/junho de 1999. Foi difícil pagar Rs.700 (US\$ 9) por cinco cotas: Rs.500 pelas cotas, mais Rs.100 como taxa de adesão, e mais Rs.100 como primeira prestação da poupança mensal obrigatória. Sanikanchi pretendia conseguir um empréstimo da cooperativa para iniciar algum tipo de atividade produtiva agrícola, mas não havia outros membros que aceitassem garantir seu crédito, pois ela era desconhecida e não tinha qualquer propriedade que servisse de aval.

Por sorte, a diretora da MPSACCO, Jamuna Shrestha, concordou em avalizar seu empréstimo. Desse modo, Sanikanchi recebeu um empréstimo de Rs.30.000 (US\$ 390) da cooperativa. Ela investiu esse dinheiro na compra de 200 galinhas. Trabalhando muito, ela conseguiu ser bem sucedida e sua renda foi aumentando. Sanikanchi faturou cerca de Rs.300.000 (US\$ 3.896) com essa atividade, e logo estava criando cerca de 1.800 galinhas.

Com sua receita, ela passou a cultivar trigo e milho, batata e hortaliças, usando o esterco das galinhas para adubar os plantios. Vendendo sua produção no mercado mais próximo em Katmandu, ela lucrou o bastante para gradualmente pagar as dívidas de seu marido, que chegavam a Rs.800.000 (US\$ 10.390), restando ainda apenas cerca de Rs.300.000 (US\$ 3.896) para saldar. Além disso, ela recuperou 0,15 ha de terra que seu marido havia cedido em garantia por empréstimos.

Ao mesmo tempo, ela pôde garantir cuidados e boa educação para seus filhos, e conseguiu conquistar o devido respeito social para si e sua família.

A tabela abaixo compara as características das duas cooperativas

Características	MPSACCO	SSACCO
Membresia	• Só para mulheres	• Para ambos os sexos
Tipos de empréstimo	• Individual • Grupo solidário	• Individual
Critérios para obter empréstimo	• Ingressar na Cooperativa • Manter poupança por pelo menos seis meses	• Ingressar na Cooperativa • Depositar poupança
Tipos de poupança	• Regular, voluntária, para casamento, para festivais etc.	• Poupança compulsória
Juros anuais para a poupança na Cooperativa	• 12% para poupanças regular e para casamento • 9% para poupanças voluntária e para festivais	• 10%
Juros anuais para poupança na rede bancária	• Entre 3 e 5%	

Focando o crédito na agricultura urbana em Gaborone, Botsuana

A.C.Mosha - moshaac@mopipi.ub.bw

Universidade de Botsuana

Esse estudo foi realizado para o IDRC, PGU-ALC e ONU-HABITAT.

O documento completo será publicado em breve e estará disponível no sítio do RUAF

A cidade de Gaborone, em apenas 36 anos, cresceu de um pequeno vilarejo até tornar-se a capital do Botsuana, hoje com uma população de aproximadamente 225 mil habitantes em 2001. A agricultura de subsistência e também a comercial ainda são encontradas em toda a cidade e sua zona metropolitana, existindo uma variedade de contextos espaciais onde essa produção agrícola tem lugar.

A.C. Mosha - mulheres assando milho para vender



Embora a pobreza no Botsuana seja predominantemente rural, a taxa de urbanização (8,4% por ano) é a maior da África. A migração rural levou à preocupação crescente quanto às mudanças sociais e físicas que estão ocorrendo nas áreas urbanas.

Uma das redes de segurança social adotada pelos pobres tem sido a agricultura urbana, tanto como forma de sobrevivência quanto de complementação dos baixos rendimentos, embora também exista quem a pratique em escala comercial.

A criação de galinhas (40%), a horticultura (20%) e a criação de porcos (10%) dominam as atividades agrícolas que ocorrem na cidade. Existe uma pequena produção de leite e laticínios (8%).

As mulheres predominam na atividade, e um problema básico para o desenvolvimento da produção agrícola na cidade é a falta de apoio financeiro.

Crédito e investimentos para a agricultura urbana

O governo de Botsuana tem uma longa história de apoio ao desenvolvimento empresarial, apoiando os microempreendedores homens e mulheres por meio de vários esquemas e programas; fornecendo-lhes crédito na forma de doações e empréstimos, insumos (maquinário, sementes, mudas etc.) e outras formas de subsídios financeiros.

Além disso, as ONGs e doadores internacionais têm investido recursos em favor das camadas mais pobres da população, enquanto que o setor privado recebe crédito para cultivos comerciais em muitas áreas, inclusive as periurbanas.

Entre os vários programas, três alcançaram certo sucesso comercial apoiando a agricultura urbana e periurbana. Esses programas serão examinados e avaliados nas seções seguintes desse artigo.

Programa de Desenvolvimento das Terras Árveis (PDTA)

O PDTA foi concebido em 1977 e já atravessou várias fases desde então. Ele fornece assistência aos produtores mais necessitados que são capazes de aumentar sua produção e a renda familiar, sendo o número de cabeças de gado e a renda familiar os pré-requisitos para ter acesso ao programa. Os pacotes de assistência fornecem aos produtores aprovados um subsídio de 85-90% para materiais usados em cercas, reservatórios de água, ferramentas agrícolas, insumos e animais. Essas condições são bastante atraentes para atrair um grande número de cidadãos a se tornarem agricultores, mas muitas vezes com um mínimo de envolvimento.

Na área de Gaborone, o objetivo foi alcançar 11.388 indivíduos, mas até agora apenas 5.484 agricultores (48%) foram envolvidos. Os pacotes recebidos variam de um mínimo de US\$ 852 a um máximo de US\$ 4.326 por agricultor (GdB-1999). O PDTA não foi capaz de melhorar de modo significativo o desempenho dos produtores urbanos e periurbanos já que eles usualmente cultivam apenas pequenas parcelas de terra (GdB, 2000). Hoje, no geral, o PDTA parece mais um programa de assistência social do que de desenvolvimento produtivo.

O Programa de Assistência Financeira (PAF) (1982-2001)

O PAF foi iniciado em 1982 como uma política de incentivos e subsídios destinada a criar empregos e encorajar investimentos em várias atividades econômicas, incluindo a agricultura. O PAF foi um catalisador importante para incrementar a agricultura urbana. Os financiamentos têm sido dados para a instalação de aviários, hortas e criação de animais etc., e usados para a compra de insumos e para ajudar a pagar eventos de treinamento e outros custos. As mulheres têm prioridade no recebimento das doações, e constituem 82% do total de beneficiários do programa.

O valor total das doações do PAF fornecidas aos agricultores comerciais urbanos e periurbanos na área de Gaborone é de aproximadamente US\$ 500.000. As doações destinam-se principalmente aos setores de pequena e média escala, abrangendo empresas com bens de capital inferiores a US\$ 12.500 e entre US\$ 12.500 e US\$ 33.333, respectivamente. Em um estudo recente realizado por Hovorka, muitos entrevistados identificaram o PAF como um incentivo importante para a implantação de sistemas de produção agrícola. Aqueles que não recebem assistência do programa recorrem a empréstimos bancários ou a linhas de crédito, ou usam suas poupanças pessoais para financiar suas operações agrícolas (Hovorka, 2001).

Agência de Desenvolvimento Empresarial dos Cidadãos (ADEC)

Em 2001, o governo do Botsuana mudou de política, reduzindo as doações através do PAF e substituindo-as por empréstimos coordenados pela ADEC. A assistência financeira fornecida pela ADEC dá-se através de empréstimos com taxas de juros subsidiadas, em oposição a doações a fundo perdido. Isso significa uma oportunidade muito generosa para os cidadãos desejosos de começar ou expandir seus negócios ou mesmo adquirir negócios já existentes.

Como o projeto é bastante recente – e ainda busca encontrar seu modo de agir – é difícil fazer uma avaliação de seu impacto em termos de benefícios para o setor agrícola na área estudada de Gaborone e periferia. Entretanto, até o final de 2000, 229 solicitações haviam sido aprovadas, totalizando US\$ 23 milhões. Desses, 22 diziam respeito a projetos de agricultura urbana e periurbana (Botswana Guardian, 26 April, 2002). O valor médio desses 229 financiamentos é tão alto (US\$ 100.400) por que

alguns projetos têm maior escala, e levantaram créditos de até US\$ 5 milhões, enquanto que no lado mais modesto há créditos de menos de US\$ 5.000.

O valor mínimo dos empréstimos para pequenos projetos é de US\$ 900, e o máximo, US\$ 1.250. A taxa de juros é de 5% ao ano. O prazo de pagamento varia de acordo com o tamanho do empréstimo e do fluxo de caixa do projeto, com um máximo de 60 meses, com alguma flexibilidade para projetos de natureza especial (incluindo a agricultura urbana e periurbana).

Para projetos de escala média, o valor mínimo é de US\$ 1.250, e o máximo é de US\$ 366.666. A taxa de juros de 7,5% ao ano. O prazo de pagamento varia de acordo com o tamanho do empréstimo e o fluxo de caixa do projeto, com um prazo máximo de 7 anos, com alguma flexibilidade para os projetos agrícolas.

O apoio aos projetos maiores (como grandes centros produtores de galinhas, porcos e vacas) toma a forma de investimento em parceria, e/ou empréstimos associados à assistência gerencial. Os recursos e apoio são fornecidos pelo Fundo de Capital de Risco (Venture Capital Fund). Entretanto, os solicitantes devem contribuir com o mínimo de 25% do custo total do projeto como contrapartida, e pagar juros compatíveis com os praticados no mercado.

Recursos e setores

Os três esquemas beneficiam um amplo espectro de pessoas. Em todos os três, vários atores desempenham papéis fundamentais. O governo central, por exemplo, fornece os recursos financeiros e humanos, escritórios e outros apoios como treinamento e serviços de extensão. Outros atores importantes são os conselhos locais, as instituições financeiras (como a Casa Financeira das Mulheres e o Banco de Desenvolvimento Nacional – um banco comercial de propriedade do governo), as agências doadoras, o setor privado, empresas estatais e as organizações sociais e comunitárias.

Todos os esquemas acima foram e são totalmente patrocinados pelo governo central e por agências doadoras, e administrados por instituições especiais e bancos. Além do apoio do setor financeiro público, existe também o oferecido por ONGs, agências internacionais de desenvolvimento (por meio de seus programas de redução da pobreza), empresas estatais e paraestatais do Botsuana, bancos comerciais privados (principalmente no caso de projetos agrícolas de maior escala na periferia de Gaborone). Muitos produtores também entram com suas próprias poupanças na hora de iniciar ou ampliar seus projetos agrícolas.

Efetividade dos investimentos na agricultura urbana

O governo progressivamente mudou de atitude, abandonando sistemas que se baseavam na doação de dinheiro a fundo perdido, ou na combinação de doações com empréstimos (como no PDTA e no FAP), para adotar um outro totalmente baseado em empréstimos (o ADEC), monitorados e controlados por meio de um banco, ainda que com taxas de juros subsidiadas.

As doações financeiras eram a principal característica do FAP e de certo modo também do PDTA. Tais doações são úteis em situações onde as pessoas são extremamente pobres e não conseguem ter crédito através dos sistemas financeiros formais e mesmo dos informais. Entretanto, basear-se em doações leva à complacência e pode, no final, matar o espírito de auto-suficiência, como aconteceu com muitos que receberam dinheiro do FAP como se fosse uma ajuda financeira sem qualquer contrapartida ou esforço produtivo.

Empréstimos se constituem na única ferramenta de assistência financeira que tem sustentabilidade a longo prazo. Obviamente, eles são mais adequados a quem não seja extremamente pobre. As pessoas são encorajadas a trabalharem mais duro, de modo a saldar suas dívidas. Essa é a nova filosofia que orienta o CEDA.

Apoios e insumos como tratores, sementes, fertilizantes etc. (como no caso do PDTA) justificam-se onde os produtores não têm condições para arcar com suas despesas. A disponibilidade dos principais Insumos pode ser decisiva para ajudar as pessoas a iniciarem seus projetos produtivos.

Incentivos fiscais são úteis para atrair investidores maiores para projetos de agricultura e processamento. Se adequadamente focados e seletivos, podem ser muito eficientes na criação de emprego e renda. Entretanto, o fator tempo não deve ser superior a 3-5 anos, ou podem dar lugar a abusos como no caso das doações maiores cedidas pelo FAP, e das doações e empréstimos mais expressivos concedidos pelo CEDA.

As cooperativas podem ser um meio bem efetivo para ajudar as pessoas a iniciarem seus projetos de agricultura urbana. O governo, as agências doadoras, e as ONGs preferem apoiar cooperativas do que pessoas individualmente. Hoje sugere-se que o Banco Cooperativo seja reativado e que o governo intensifique a promoção e institucionalização de Cooperativas de Poupança e Crédito.

Conclusão e recomendações

Cada vez mais pessoas estão se engajando nas práticas da agricultura urbana, criando ocupação produtiva, melhorando sua nutrição, gerando renda e reduzindo a pobreza.

Existe a necessidade de intervenções de políticas públicas para melhorar o acesso a fontes de financiamento específicas para a agricultura urbana, especialmente para os pobres, além de criar e aumentar linhas de crédito específicas para o setor.

O governo central deve focalizar os produtores mais comprometidos com a atividade. Sistemas flexíveis e de apoio ao crédito devem ser implementados para oferecer aos produtores, especialmente aos de menor escala, várias opções de crédito e informações mercadológicas para que possam desenvolver seus empreendimentos, inclusive fornecendo treinamento relativo ao controle contábil, gerenciamento e comercialização.

Os governos nacional e locais, o setor privado e as ONGs devem fornecer, aos agricultores, apoio na comercialização de seus produtos por meio, por exemplo, da criação de mercados que liguem diretamente produtores e consumidores.

Também é fundamental a cooperação institucional. Diferentes ministérios, departamentos governamentais e instituições privadas devem interagir e colaborar para melhorar as parcerias agrícolas entre o governo e as ONGs. É altamente recomendável que fontes e mecanismos específicos sejam introduzidos para financiar a agricultura urbana com suas características específicas, garantindo tratamento em separado para a atividade.

Os esquemas de crédito e de investimento devem ser flexíveis e diferentes para os produtores urbanos e periurbanos, devido à escassez de terra nas áreas urbanas e às difíceis condições do clima no Botsuana. De acordo com as forças do mercado, os produtores urbanos serão expelidos das cidades, a não ser que sejam adotadas medidas que os favoreçam, como um zoneamento urbano apropriado, preços subsidiados, e maior adequação do planejamento urbano e das normas ambientais.

Referências

- GdB. Governo do Botsuana, 1998. Report on a review of all laws affecting the status of women in Botswana. Department of Women's Affairs, Gaborone, Botsuana.
- GdB. Governo do Botsuana, 1999. Short-term plan of action: National Gender Programme 1991-2003. Women's Affairs Department and Ministry of Labour and Home Affairs, Gaborone, Botsuana.
- GdB. Governo do Botsuana, 2000. National Master Plan for Agricultural Development. Government printer, Gaborone, Botsuana.
- Hovorka, AJ. 2001. Commercial Peri-Urban Agriculture in Greater Gaborone. Published in: Proceedings of the National Workshop On Peri-Urban Agriculture-Botswana, 28-29/05/01, Gaborone, Botsuana.
- Mosha, A. 1996. Poverty reduction initiatives in Gaborone city, Botswana. A Report prepared for the UNCHS, Nairóbi, Quênia.
- Mosha, A.C. 2001. Urban Agriculture in Botswana: Challenges and Prospects. Published in: Proceedings of the National Workshop On Peri-Urban Agriculture-Botswana, 28-29/05/01, Gaborone, Botsuana.

HOPCOMS: uma história bem-sucedida de comercialização cooperativada de hortaliças

Smita Premchander - sampark@blr.vsnl.net.in
Sampark, Bangalore, Índia

A cidade de Bangalore, na Índia, compreende uma área de cerca de 650 km² com uma população superior a 6 milhões de habitantes. Essa população aumentou seis vezes durante as últimas quatro décadas, aumento acompanhado pela explosão da pobreza na cidade.

O governo estadual foi incapaz de atender às necessidades das pessoas e da cidade. As organizações da sociedade civil, incluindo ONGs como a Janaagraha e o Centro de Assuntos Públicos, já estão começando a assumir a responsabilidade de alertar a população sobre os crescentes problemas e propor mudanças. Entretanto, persiste a necessidade de mais crédito e investimentos para a agricultura urbana.

Um dos modos pelo qual vários problemas podem ser melhor enfrentados é encorajando-se investimentos em instituições controladas pelos moradores. Consumir frutas e hortaliças diariamente é uma necessidade de todas as classes sociais. A cooperativa HOPCOMS oferece um exemplo de organização que oferece os benefícios da comercialização coletiva tanto para os produtores como para os consumidores.

HOPCOMS

A Sociedade Cooperativa de Comercialização dos Produtores Hortícolas (Horticulture Producer and Cooperative Marketing Society - HOPCOMS) foi criada em 1959, como uma iniciativa do Departamento de Horticultura do Governo de Karnataka, na Índia. Atualmente, a cooperativa abrange três distritos do estado de Karnataka (Bangalore Rural, Bangalore Urbana, e Kolar). Seu objetivo é promover e encorajar o desenvolvimento da produção hortícola por meio da venda dos produtos, da oferta de treinamento, da compra mais barata de insumos, do armazenamento refrigerado e de instalações para comercialização, serviços esses oferecidos sistematicamente a seus membros.

Desde então, o total de membros cresceu para 11.680 produtores, comercializando cerca de 100 toneladas de produtos hortícolas diariamente, em oito distritos de Karnataka. Até 1998, todos os pontos de venda eram gerenciados pelo HOPCOMS, mas a partir de então a Sociedade foi desmembrada em várias cooperativas independentes, 16 das quais se organizaram, em nível estadual, para formar a Federação Hortícola de Karnataka.

A Sociedade tem 650 empregados permanentes e 790 temporários. Uma comissão formada de acordo com as regras das Sociedades Cooperativas administra a HOPCOMS. Essa comissão é integrada por 20 membros, dos quais 11 são representantes dos produtores, eleitos pelos associados. O governo nomeia cinco membros, e outros quatro são funcionários técnicos governamentais.

Os produtores são os membros "classe A" da HOPCOMS

Os membros são divididos nas seguintes categorias:

Classe A: esse grupo é formado pelos produtores. Em 2002, havia aproximadamente 11.680 membros na HOPCOMS de Bangalore, que possuem quase 10% do total de cotas da cooperativa;

Classe B: esse grupo é formado por ONGs, outras cooperativas e por bancos, que controlam quase 1% do total de cotas; e

Classe C: as cotas restantes (pouco mais de 90% do total) são propriedade do governo de Karnataka.

A HOPCOMS realizou um importante investimento na infraestrutura necessária ao processamento e à comercialização dos produtos hortícolas. Além disso, ela investe diariamente cerca de US\$ 25.000 na compra de hortaliças e frutas.

Houve um significativo aumento nas vendas durante os oito anos de existência da cooperativa, passando de cerca de 10 milhões de rúpias, em 1992-1993, para aproximadamente 40 milhões, em 2000-2001. As frutas e hortaliças constituem 91% do total de vendas, produtos químicos, 6%, e sementes e fertilizantes, 3%. Por que as frutas e as hortaliças são produtos altamente perecíveis, o controle das perdas afeta diretamente a taxa de lucros realizados.

A HOPCOMS faturou um lucro bruto crescente a cada ano de operações entre 1991 e 1999. Entretanto, embora o lucro bruto tenha aumentado, o lucro líquido mostrou uma variação de tendência. Isso foi devido às vultosas despesas operacionais, que foram quase iguais aos lucros brutos faturados durante todos esses anos, deixando um lucro líquido irrisório. As referidas despesas operacionais foram provocadas pelo aumento de empregados que trabalham nos pontos de venda da HOPCOMS, em média quatro por loja. A sociedade agora planeja aumentar o número de lojas, empregando nelas menos pessoas, de modo a aumentar as vendas e os lucros.

Benefícios e impactos

O benefício mais significativo vem do fato de a HOPCOMS comprar seus produtos diretamente dos produtores. Isso elimina os intermediários, e conseqüentemente o preço pago aos produtores é, em média, 10 a 15% maior do que eles obteriam se vendessem para a cadeia comercial normal. Além disso, nos períodos em que há um excesso de oferta de certos produtos no mercado, os preços caem; porém a HOPCOMS garante um preço mínimo, superior ao praticado na cadeia comercial. Outro benefício importante é que os produtores recebem em dinheiro no momento em que vendem seus produtos à cooperativa, evitando que eles precisem de mais crédito para poder trabalhar enquanto não recebem o pagamento a prazo, como é comum na cadeia comercial normal.

A HOPCOMS mantém balanças em cada ponto de compra e venda, garantindo aos agricultores a pesagem correta de seus produtos. A HOPCOMS também tem instalações de infraestrutura como armazéns refrigerados para estocar os produtos, além dos próprios pontos de venda, onde os agricultores podem vender diretamente seus produtos aos consumidores. Nessas lojas, a HOPCOMS também vende sementes e adubos a preços subsidiados, além de caixotes plásticos para transporte dos produtos. Além disso, já que os produtores às vezes precisam transportar seus produtos de longe, a HOPCOMS fornece instalações para armazená-los.

O principal mercado para os produtos oferecidos pela HOPCOMS são os moradores de Bangalore. A HOPCOMS garante a boa qualidade dos produtos, que são vendidos pré-embalados – e algumas vezes vendidos já cortados – a preços razoáveis, normalmente inferiores aos praticados na cadeia comercial normal. Os pesos dos produtos são reconhecidamente corretos. Outro fator importante é a localização conveniente dos pontos de venda, instalados em zonas residenciais e próximas às zonas de escritórios.

A existência da HOPCOMS também é um grande benefício para seus próprios empregados, que somam mais de 1.400 pessoas.

Lições aprendidas e recomendações

viabilidade da HOPCOMS pode ser avaliada de acordo com critérios relacionados à sustentabilidade financeira, ao controle gerencial e aos impactos ambientais, conforme é descrito a seguir:

A HOPCOMS é uma empresa orientada para o lucro, e portanto busca sua sustentabilidade financeira. Entretanto, é importante notar que grande parte de seu lucro bruto é dissipada por seus altos custos operacionais – principalmente pelos salários de seus empregados. A HOPCOMS decidiu expandir suas operações estabelecendo mais pontos de venda e introduzindo novos produtos. Com esse aumento do movimento financeiro e com controles de custos mais apurados, será possível para a HOPCOMS não apenas ser sustentável financeiramente, mas também expandir seus negócios e seus lucros. Entretanto, ainda não se nota um retorno mais expressivo com relação aos investimentos feitos, já que a cooperativa ainda trabalha mais como uma cooperativa apoiada pelo governo do que como um empreendimento comercial puro.

Em termos de sustentabilidade gerencial, entretanto, a organização não funciona bem. Por ser uma organização gerida pelo governo, seus gerentes – embora pagos por ela – se consideram antes empregados governamentais do que uma equipe responsável por uma empresa que deve ser competitiva em seus negócios. Além disso, os membros da cooperativa não se preocupam em cobrar eficiência da equipe gerencial, já que detêm apenas 9% do capital da cooperativa.

Os membros precisam ter um interesse mais ativo nos negócios e no gerenciamento da cooperativa, e exigir maior transparência em suas operações. Para isso acontecer, a organização deve fazer um esforço concentrado para incrementar as capacidades de seus membros, e os membros eleitos para integrar o Comitê Gestor devem assumir um papel mais ativo no gerenciamento da organização.

A primeira e principal condição para a multiplicação dessa experiência é que haja um ambiente legal, um marco regulatório favorável e uma política positivamente orientada para os princípios básicos do cooperativismo. Essa consciência deve estar presente em todas as pessoas que querem se unir e formar uma cooperativa, e não apenas nos níveis mais altos. A segunda consideração mais importante é a viabilidade do empreendimento comercial. Para um negócio ser realmente viável, o envolvimento dos membros deve ser muito maior, para assegurar um foco melhor do negócio, lucros mais expressivos, e uma cooperativa mais vibrante.

Em uma democracia dinâmica como a indiana, sempre houve lugar para cooperativas, e muitas grandes organizações desse tipo surgiram e prosperaram ao longo dos anos, inclusive o famoso exemplo das cooperativas leiteiras. O ambiente legal e regulatório na Índia encoraja a criação de cooperativas. A lei sobre cooperativas foi aperfeiçoada em muitos estados indianos, durante a última década, para trazer mais autonomia, melhor controle por parte dos membros, e mais transparência em suas operações.

A HOPCOMS experimenta muitas vantagens e desvantagens por causa de suas origens como organização governamental. A principal vantagem de ser patrocinada pelo governo é a relativa abundância de recursos, que ajudou a criar uma grande infraestrutura organizacional, incluindo muitos centros de coleta, de armazenamento, de processamento, e de venda no varejo. Ligações institucionalizadas com bancos cooperativos também a capacitaram a realizar transações de financiamento com os seus membros.

A principal desvantagem foi a falta de um envolvimento mais ativo de seus membros produtores, que constituem seus principais clientes. Apesar de seu número expressivo, eles não chegaram a deter 10% das cotas do capital da HOPCOMS.

É preciso um esforço permanente para incluir membros oriundos de grupos mais marginalizados, justamente aqueles que mais precisam de apoio externo. Também é necessário mais investimento na educação e treinamento dos membros.

A HOPCOMS é um bom exemplo de comercialização coletiva de produtos hortícolas, e de acesso estruturado ao mercado consumidor urbano em benefício dos produtores. Ela é mais um exemplo dos benefícios que resultam da comercialização coletiva e estruturada do que um caso bem sucedido de oferta de crédito. A organização ofereceu crédito a seus membros durante alguns anos, mas como era difícil recuperar o dinheiro, essa prática foi descontinuada. Comercialização e crédito são atividades que parecem ser melhor implementadas por diferentes organizações especializadas, e não por uma mesma organização.

A HOPCOMS deve ter uma visão clara sobre quais os clientes que ela quer alcançar. Deve manter registros sobre a renda e os bens de seus membros, e monitorá-los regularmente a fim de detectar mudanças e impactos. Criar uma organização voltada para os pobres urbanos, para vender produtos hortícolas, também é uma boa idéia, já que existe uma demanda crescente por esses produtos em uma cidade que cresce sem cessar. Entretanto, tal organização deve acrescentar alguns aspectos específicos e ser um tanto diferente, de certas maneiras, de uma cooperativa comercial e profissional como a HOPCOMS.

Se o objetivo é alcançar os mais pobres, será preciso fortalecer os aspectos facilitatórios da organização. A idéia básica, para os facilitadores e animadores, é reduzir a oferta de serviços de cunho mais assistencialista e promover as atividades voltadas para a produção e fortalecimento das capacidades, do trabalho em rede, das interações e do acesso aos canais mais formais de atuação.

Por fim, o investimento mais importante e eficaz que pode ser feito é prestar consultoria aos clientes. Um esforço para incrementar as organizações populares deve ser feito, e as próprias pessoas devem estar conscientes do funcionamento de suas instituições.

Financiando a agricultura urbana em Londres

Com referências especiais às “Fazendas Urbanas”

Beacon Mbiba - mbibab@sbu.ac.uk

Urban and Peri-Urban Research Network (Peri-NET)

South Bank University, Reino Unido

Fazendas" dedicadas à produção agrícola dentro das cidades, como uma forma de agricultura urbana, constituem-se em fenômeno recente – mas crescente – no Reino Unido. O futuro da agricultura urbana depende da habilidade de adaptá-las e integrá-las nos temas desenvolvimentistas hoje dominantes, tais como educação, coesão comunitária, inclusão social e biodiversidade.

*Voluntários jovens e mais velhos trabalham juntos em fazenda urbana.
Foto: Woodlands Farm Trust*



A agricultura urbana no Reino Unido

Uma definição explícita para a agricultura urbana no Reino Unido é difícil de ser formulada, embora vários autores pareçam entendê-la como o uso específico de áreas urbanas para o cultivo e a produção de alimentos.

Howe (2001) lembra-nos que tal produção de alimentos em cidades é praticada em quintais, jardineiras, hortas comunitárias, estufas, sítios e lotes urbanos. Na prática, a agricultura urbana no Reino Unido é associada com qualquer atividade que promova a produção de alimentos e a implementação da Agenda 21 (Iles, 2001). Essa referência à sustentabilidade e à Agenda 21 alarga a definição da agricultura urbana, de mera produção de comida, e criação de animais, para qualquer uso do espaço urbano que:

- contribua para a inclusão social;
- contribua para a biodiversidade;
- promova a educação ambiental e alimentar (produtos vegetais e animais); e
- contribua para a recuperação urbana, a saúde, a reciclagem e a inovação.

Garnett (1996) forneceu a mais bem-feita tipologia para a agricultura urbana no Reino Unido.

Quanto ao local, ela ocorre em lotes, "fazendas" urbanas, hortas e viveiros comunitários, sítios, hortas e jardins públicos e privados, hortas escolares e prisionais. Em termos de números de unidades e de pessoas envolvidas, os espaços comunitários divididos em parcelas entregues, cada uma, a uma pessoa que a explorará, constituem-se na forma de agricultura urbana mais freqüente, visível e bem documentada no Reino Unido.

Iles (2001) estima que existam cerca de 65 fazendas urbanas, 1.200 hortas comunitárias, 70 fazendas escolares e mais de 300.000 lotes agrícolas nas cidades do Reino Unido.

As hortas comunitárias organizadas em parcelas individuais são pequenos espaços de terra, quase sempre de propriedade pública e alugados a seus usuários, e existem por todo o país. A maior parte dessas hortas é de propriedade do governo local (em Bradford, 100%; em Leeds, 90%), sendo as demais de propriedade privada ou comunitária (Howe e Wheeler, 1999: 17). Esse predomínio da propriedade do governo local é um padrão que se estende por todo o país. Entretanto, o governo local apenas oferece a infraestrutura, como cercas, acesso, e pontos de água. Os recursos para as atividades agrícolas propriamente ditas são quase sempre de responsabilidade individual de cada agricultor urbano, cada um dos arrendatários de parcelas, ou de um grupo de agricultores.

Apenas a agricultura urbana sem fins comerciais é permitida nessas parcelas. Hortaliças e frutas são os principais produtos cultivados nos canteiros dessas hortas divididas em parcelas.

Comparadas com as hortas em parcelas, as fazendas urbanas (“city farms”) têm uma história mais recente no Reino Unido, são menos documentadas e bem menos visíveis no cenário das cidades inglesas, mas estão pouco a pouco desempenhando um papel cada vez mais importante para a sustentabilidade urbana. A maioria das fazendas urbanas foi implantada por grupos de entusiastas em terras abandonadas e desperdiçadas. Hoje, cerca de 3 milhões de pessoas por ano envolvem-se com fazendas urbanas no Reino Unido (Iles, 2001). Sua importância crescente não se resume à produção de alimentos, mas também à inclusão social, biodiversidade, educação ambiental, e herança cultural (Howe, 2001; FCFCG, 2002). Elas foram selecionadas para documentação de modo a destacar as diferentes percepções que a agricultura urbana pode abranger, bem como para preencher uma lacuna na literatura sobre a agricultura urbana no Reino Unido, que, até então, era praticamente sinônimo de hortas divididas em parcelas.

Fazendas urbanas em Londres

Londres tem cerca de 17 fazendas urbanas, e apenas três delas são de propriedade do governo local (1). À exceção dessas três, as demais são de propriedade de entidades assistenciais administradas por comissões locais. Enquanto que as hortas urbanas em parcelas têm uma história que começou há mais de 300 anos, nenhuma das fazendas urbanas de Londres tem mais de 30 anos. A organização que as representa e promove, a Federação de Fazendas Urbanas e Hortas Comunitárias (Federation of City Farms and Community Gardens - FCFCG) foi criada em 1980, teve seu escritório em Londres instalado somente em 2000, conta com poucos recursos e com uma equipe de apenas dois funcionários em tempo parcial (FCFCG, 2002: 5).

Tabela 1: Diversidade entre as fazendas urbanas londrinas: dois exemplos

Aspecto	Fazenda Woodlands	Fazenda Cidade de Vauxhall
Tamanho	45 hectares	1/2 hectare
Localização	Periferia de Londres	Centro de Londres
Nível de pobreza	Uma das áreas mais pobres do Reino Unido	Entidade de interesse social devidamente registrada
Instituição	Entidade de interesse social devidamente registrada	Entidade de interesse social devidamente registrada
Fluxo financeiro	160.000 libras	140.000 libras

Equipe	Gerenciamento por comissão de voluntários; um funcionário em tempo integral; vários grupos de trabalho; voluntários	Comissão de gerenciamento formada por 12 pessoas; quatro funcionários em tempo integral; dois em tempo parcial; cerca de 26 voluntários
Atividades	Oferece visitação a áreas naturais e de preservação ambiental; educação ambiental, treinamento e oportunidades sociais para muitas pessoas e vários grupos da comunidade	Oferece oportunidades de treinamento, educativas, recreativas e sociais para pessoas e grupos das comunidades urbanas. Convênios com Universidades permite a certificação com valor acadêmico e profissional
Fontes dos recursos	20% vêm de autoridades locais e o restante vem de doações de entidades assistenciais e empresas privadas.	30% vêm do governo local e o restante vem de doações de entidades assistenciais e empresas privadas.
Custos operacionais	100.000 libras	65.000 libras

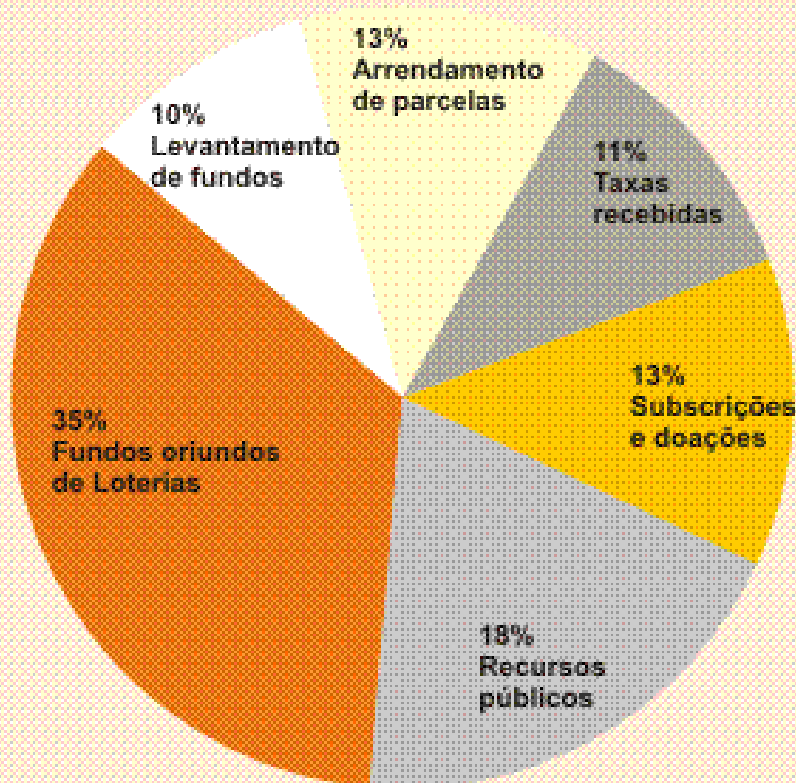
Como de [estudo](#) stacado na penúltima linha da Tabela 1, acima, a contribuição direta do governo e das autoridades locais para cobrir as operações das fazendas urbanas é muito pouca.

A Figura 1 revela as fontes dos recursos usados pela Woodlands Farm em 2001, indicando que não houve qualquer doação do governo local. O principal componente dos recursos exigidos para operar a fazenda veio de doações de caridade e particulares, e das receitas geradas localmente.

Também é muito significativo o papel dos voluntários regulares nessas fazendas, cuja contribuição reduz o orçamento com empregados de modo considerável.

A FCFCG (2002) estima que existam mais de mil voluntários regulares ajudando, anualmente, as fazendas urbanas em Londres. Através do voluntariado, parcerias e doações em espécie, insumos valiosos são aportados, que seriam inacessíveis para as fazendas urbanas se elas tivessem que pagar por eles.

Figura 1
Fontes de receita da
Fazenda Urbana Woodlands, em 2001



Sustentabilidade das fontes de financiamento

O futuro do financiamento oriundo das loterias

As fazendas recebem recursos significativos oriundos do Fundo Lotérico, tanto para investimentos quanto para capital de giro. Propostas para o uso desses fundos são encaminhadas ao Fundo Comunitário (Community Fund), ao Fundo Lotérico "Heritage" (Heritage Lottery Fund), e ao Fundo para Novas Oportunidades (New Opportunities Fund). As fazendas devem competir com as propostas de muitos outros projetos situados por todo o país. No período 2002-2007, o Community Fund deu prioridade a projetos envolvendo crianças e jovens, minorias étnicas, grupos minoritários, refugiados, anciões e pessoas residentes em áreas prejudicadas por mudanças sócio-econômicas. Esse é o ambiente onde fazendas urbanas como a Vauxhall Farm garantiu recursos para seu projeto para refugiados. Entretanto, os recursos oriundos dessas fontes não são muito seguros, e sua alocação depende das opiniões políticas do momento, e das pressões exercidas sobre os administradores das organizações doadoras. Para reduzir os atritos sociais e incrementar o apoio contínuo, os grupos comunitários devem enfatizar o modo como seus projetos promovem as políticas desenvolvimentistas existentes. No caso do Reino Unido, as fazendas devem “falar a língua” do apoio aos anciões, às crianças, às minorias, à educação e à inclusão social.

Competição por recursos

Muitas das fazendas urbanas em Londres sofrem com a escassez de recursos e fechariam caso as doações oriundas de fundos assistenciais fossem descontinuadas (FCFCG, 2002). Entretanto, mesmo essas doações só são acessíveis por meio de competição entre várias propostas, pautada por critérios complexos que favorecem os projetos de maior porte e maior retorno (Howe, 2001). As organizações doadoras tendem a favorecer os projetos apresentados pelos grupos melhor organizados, com habilidades, conhecimento e experiência para produzir melhores propostas. Em contraste, grupos comunitários menores que pretendem iniciar suas hortas comunitárias ou melhorar seus conjuntos de parcelas agrícolas têm mais dificuldade para obter doações.

No Reino Unido, os grupos comunitários devem considerar a hipótese de pleitear em conjunto os recursos de que necessitam, especialmente quando seus objetivos são semelhantes, e combinar suas forças para preparar propostas para serem submetidas às principais organizações doadoras. Esses grupos comunitários também devem procurar compartilhar melhor suas capacidades para levantar recursos.

Saúde ambiental, segurança e ameaças ao desenvolvimento

Como nas cidades dos países em desenvolvimento, a agricultura urbana em Londres enfrenta desafios e restrições, principalmente a dificuldade de acesso à terra. Outros desafios estão relacionados com a infraestrutura, contaminação do solo, roubo e vandalismo, acesso a insumos, e comercialização dos produtos. As preocupações com a saúde pública e com a segurança relacionadas com essas fazendas foram destacadas durante a epidemia de febre aftosa nos anos 2000-2001. Embora nenhum caso da doença tenha sido notificado nas fazendas urbanas de Londres, elas precisaram ser fechadas para o público durante um bom tempo (FCFCG, 2002).

Desde então, o público permanece bastante atento com relação ao trabalho nessas fazendas. As fazendas que criam gado enfrentam oposição crescente por parte dos defensores dos direitos dos animais, além de custos crescentes com as companhias de seguro.

Assim sendo, para sobreviverem, as fazendas urbanas devem manter altos padrões sanitários e de segurança, bem como campanhas de esclarecimento para garantir a simpatia do público e da vizinhança. Campanhas promovidas em conjunto são a forma mais econômica e eficiente para lidar com essas questões.

Segurança quanto à posse da terra

Considerando-se que, no Reino Unido, os custos para instalar uma fazenda urbana sempre superam £150.000, e os custos operacionais são superiores a £50.000 por ano, qualquer projeto precisará de um apoio significativo do governo ou das autoridades locais.

Todas as fazendas existentes esforçam-se para obter os fundos necessários e, portanto, antes que qualquer nova fazenda possa ser contemplada, é preciso fortalecer a capacidade gerencial e financeira daquelas que já existem.

Evidentemente, a segurança quanto à posse da terra é um aspecto decisivo, e precisa ser garantida pelo governo por meio de doações, ou, onde isso não for possível, por meio de cessões de longo prazo. Somente com essa segurança garantida os empresários e demais membros da comunidade poderão investir seus recursos e esforços nos projetos.

Recursos e contrapartida

Os recursos para os projetos de agricultura urbana não precisam ser sempre e necessariamente financeiros. Eles podem comparecer na forma de materiais, de serviços e de conhecimentos. As empresas são uma importante fonte de apoio. A maioria delas gostaria de demonstrar sua preocupação com as necessidades da comunidade.

Muitos empresários são pessoas que compreendem as dificuldades da luta pela sobrevivência e, se abordados de modo apropriado, terão prazer em oferecer apoio às iniciativas comunitárias como um modo de divulgar seus negócios e melhorar o ambiente futuro onde deverão operar.

Educação e treinamento

A agricultura urbana não se resume apenas à produção de alimentos. Nas cidades, suas dimensões ambientais, educacionais e recreativas também são muito importantes, ao lado de seu potencial para gerar renda.

Apesar das variadas origens das muitas fazendas urbanas (em alguns casos elas se originaram de projetos sustentáveis ligados à Agenda 21), a dimensão educacional é hoje a tendência predominante. Entretanto, seus diversos potenciais estão longe de terem sido esgotados.

Os níveis de utilização e de envolvimento direto das escolas nas fazendas urbanas podem ser muito mais altos, incluindo lições regulares ou atividades após-aula, especialmente no verão. Em continuidade à Cúpula da Terra, em Johannesburg em 2002, onde a educação foi considerada como uma prioridade para o desenvolvimento, os grupos comunitários precisam integrar esse aspecto em seus projetos e articulá-lo claramente quando buscarem apoio tanto de seus governos quanto das organizações dedicadas ao desenvolvimento internacional.



Motivando a Comunidade e os voluntários

O desenvolvimento sustentável depende do fortalecimento comunitário e do aumento de suas capacidades. As fazendas urbanas devem ser vistas como espaços multi-funcionais onde uma variedade de projetos comunitários integrados tem lugar. Essa visão permite a expansão de inúmeras atividades com um mínimo de custos em recursos humanos e financeiros. Já que a construção de instalações e a posse de equipamentos são cruciais para a operação das fazendas, os grupos que as operam devem ter garantida a posse da terra a longo prazo. Isso também é crítico para as comunidades nos países em desenvolvimento, onde as comunidades enfrentam um processo que lhes vai roubando paulatinamente as suas terras. Os voluntários contribuem significativamente para o desenvolvimento desses projetos comunitários e devem ser encorajados de todas as formas possíveis e em todos os contextos.

Atividades geradoras de renda

Como, legalmente, as fazendas urbanas no Reino Unido não podem realizar operações comerciais visando lucro, qualquer renda que elas gerem com suas vendas ou serviços deve ser reaplicada nas atividades do projeto. Atualmente a renda dessas fontes não chega a 5% do total de recursos que elas demandam para operar. É necessário identificar outras oportunidades de geração de renda, mas sempre considerando a necessidade de não se reduzir o acesso, a elas, pelo público mais pobre.

Notas

1. As três fazendas urbanas de propriedade do governo de Londres são Newham City Farm, Hounslow Urban Farm e Brookes Farm, localizadas em London Borough of Waltham Forest.

Referências

- Crouch, D. 2000. Reinventing Allotments for the twenty-first Century: The United Kingdom Experience. Estudo apresentado na International Society for Horticultural Science 523: XXV Congresso Hortícola Internacional, Parte 13: New and Specialized Crops and Products, Botanic Gardens and Human-Horticulture Relationship. Disponível em www.actahort.org/books/523/523_18.htm
- Crouch, D e Ward, C. 1988. The Allotment: its Landscape and Culture. Faber and Faber, Londres. Reino Unido
- Crouch, D, J Sempik e R Wiltshire. 2000. Growing in the community: a good practice guide for the management of allotments. Report for the Department of the Environment, Transport and Regions, The Greater London Authority, The Local Government association and the Shell Better Britain Campaign, Londres, Reino Unido.
- Federation of City Farms and Community Gardens. 2002. Future Directions of City Farms in London. A Study Funded by the Mayor of London. Greater London Authority (www.london.gov.uk) and Federation of City Farms and Community Gardens, Londres, Reino Unido.
- Garnett, T. 1996. Harvesting the cities. Town and Country Planning 65 (October): 264-266.
- Howe, J. 2001. Nourishing the city. Town and Country Planning. 29 - 31.
- Howe, J and Wheeler, P. 1999. Urban Food Growing: The Experience of Two UK Cities. Sustainable Development 7: 13-24.
- Iles, J. 2001. Social Participation and the Role of City Farms and Community Gardens. Urban Agriculture and Sustainable Cities Conference: Urban agriculture, landscape and the sustainable city. 29th June 2001, The University of North London. Woodlands Farm Trust. 2001. Report of the Trustees and Financial Statement for the Year Ended 31 March 2001. Londres, Reino Unido.

Obtenção de recursos para a agricultura urbana através do Orçamento Participativo municipal: a experiência de Porto Alegre

Saya Saulière - sayasauliere@hotmail.com

IPES/PGU-AL

Introdução

Desde 1989, a prefeitura de Porto Alegre vem implementando seu programa de Orçamento Participativo, que permite aos habitantes decidir sobre a destinação de parcela significativa dos recursos públicos municipais. Os produtores urbanos organizados puderam, através desse canal, demandar financiamento para desenvolver suas atividades, desde a produção até o processamento e a comercialização.

Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), tem uma população de aproximadamente 1.350.000 habitantes (IBGE, 2000). Trata-se da segunda capital de estado brasileiro em área rural, que nela representa 30,56% da área total da cidade (17.116 ha) (SMIC, 2002), da qual 60% é usada para horticultura, fruticultura e pecuária.

*Processando mel na Casa do Mel.
Foto: Saya Saulière*



Segundo as estatísticas de 2002 (EMATER), existem cerca de 600 agricultores na região (cultivo de ameixas, flores, duraznos etc.) .

A cidade é internacionalmente conhecida por suas gestões inovadoras. Um dos pilares do processo de democratização local foi a implementação do Orçamento Participativo (OP), processo democrático de participação popular pelo qual a população decide de forma direta a distribuição de parcela significativa dos recursos públicos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal.

A organização e o funcionamento do OP foram aperfeiçoados ao longo dos anos com a intenção de facilitar a participação e garantir a democracia do processo. Funciona atualmente da seguinte maneira: a cidade está dividida em 16 regiões com base em critérios geográficos, sociais e de organização comunitária. Sobre essa base geográfica, a população expressa suas necessidades e destaca 4 prioridades dentro dos 14 temas existentes. Dentro de cada tema escolhido, é definida a prioridade das obras a serem implementadas e os serviços a serem desenvolvidos. Além disso, foram organizadas 6 comissões temáticas abrangendo toda a cidade de modo a amplificar a participação de outros atores sociais que não participavam a princípio do OP (sindicalistas, comerciantes, empresários, agricultores e estudantes). Também, essas comissões permitiram superar a visão bairrista para pensar o orçamento em escala que abrangesse toda a cidade, de modo a criar uma instância onde são decididos investimentos setoriais segundo os seguintes temas: Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Circulação e Transporte; Saúde e Assistência Social; Educação, Esporte e Lazer; Cultura; e Desenvolvimento Econômico e Tributação.

Anualmente, a Prefeitura organiza, em conjunto com a comunidade, grandes reuniões e assembleias plenárias.

Experiências de Agricultura Urbana financiadas através do Orçamento Participativo

Existem 4 experiências de AU financiadas por meio do OP. Todas elas foram priorizadas dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico.

Cooperativa de pescadores

A cidade de Porto Alegre localiza-se às margens do Rio Guaíba. Em 1999, os pescadores das ilhas (Ilha da Pintada e outras) formaram a primeira cooperativa de pescadores de produção e prestação de serviços do estado do Rio Grande do Sul – Coopeixe, e, nesse mesmo ano, mobilizaram-se dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico para solicitar recursos para a construção de um centro de processamento e comercialização de pescado na periferia da cidade.

A construção dessa estrutura lhes permite reunir toda a pesca em um só lugar, fazer a manipulação e limpeza dos peixes (segundo as normas sanitárias) e servir de centro de abastecimento. O valor investido foi de aproximadamente R\$ 350.000,00.

Atualmente, 230 sócios fazem parte dessa cooperativa. O pescado é comercializado nos mercados, restaurantes e diretamente aos consumidores. No ano de 2003 será maximizada a produção e a comercialização, que deverá abranger Porto Alegre e seus arredores.

Esta experiência de participação dentro do OP municipal motivou os cooperantes a participar no OP estadual. Em 2000-2001, os pescadores do estado se organizaram e pediram recursos para material (redes e barcos), obtendo R\$ 150.000,00 dentro da Comissão Temática de Agricultura e Abastecimento.

Os pescadores da Coopeixe pretendem agora fazer outro pedido no OP de 2003, para obter o material de pesca que falta. E alguns membros da cooperativa já sonham em criar, dentro de alguns anos, através do OP, uma agroindústria de transformação do pescado.

Casa do Mel da Associação Gaúcha de Apicultores

A Associação Gaúcha de Apicultores (AGA) existe há 40 anos e tem atualmente 80 sócios. Os apicultores vivem em Porto Alegre, porém muitos deles praticam a apicultura no interior do estado. Um dos maiores problemas enfrentados pelos apicultores da Associação era o processamento do mel, e há mais de 20 anos eles já tinham a idéia de implantar um centro da Associação equipado para a transformação de seu produto.

Em 1995, os associados solicitaram e obtiveram, dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico do OP, a construção da “Casa do Mel” com um valor aproximadamente de R\$ 70.000,00. A associação comprou o equipamento para a casa (R\$ 30.000,00) por meio de uma porcentagem sobre a renda do mel vendido. A casa foi inaugurada em 1998.

No ano de 2002, a Associação decidiu fazer outra solicitação para construir uma unidade de processamento de própolis e uma estrutura para estocagem do mel, junto à casa atual. A demanda foi aprovada e o custo previsto está estimado em R\$ 40.000,00.

Os produtos atualmente transformados na Casa do Mel têm o selo federal de controle sanitário, que permite sua exportação internacional. O mel da associação é vendido em um quiosque no centro de Porto Alegre, cedido pelo município, e em feiras.

Os produtores preferem não vendê-lo nos supermercados por sua visão social de não vender seu produto a preço muito elevado (devido ao alto custo do espaço). Hoje a demanda por mel excede a capacidade produtiva da AGA, razão pela qual não é necessário buscar novos canais de distribuição. Em 2002, foram produzidas 15 toneladas de mel.

Foi firmado um convênio entre a AGA e o Município dentro do OP, pelo qual ficou estipulado que qualquer pessoa não associada pode usar os serviços da Casa Do Mel, que a AGA deve organizar cursos de apicultura para iniciantes, e que devem ser retiradas as colméias que possam representar um risco para os moradores da cidade.

Os associados querem construir, futuramente, com a ajuda de recursos do OP, uma unidade de transformação de pólen.

Associação dos criadores de porcos

Nos anos 90, os criadores de porcos de Porto Alegre tinham a prática de recolher, em suas casas, os resíduos que encontravam pela cidade e então separar a parte orgânica para usá-la na alimentação de seus animais. Por várias razões, essa prática era prejudicial para o meio ambiente. Para trazer uma solução para o problema, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) implementou um projeto pelo qual os resíduos orgânicos são separados na origem, recolhidos e distribuídos para os criadores. Em contrapartida, os 15 produtores que participam do projeto abastecem as creches próximas (200 crianças), entregando-lhes todos os meses alimentos não perecíveis valendo 500 reais. Atualmente, os resíduos orgânicos são recolhidos de 35 estabelecimentos, na maioria restaurantes comerciais e cantinas de empresas), somando uma média de 7 toneladas/dia para alimentar 1700 porcos. O DMLU é responsável pela coleta e transporte dos resíduos até uma central de distribuição, localizada na casa de um dos criadores de porcos.

No início do projeto, os 15 produtores não estavam associados. Decidiram depois organizar-se na «Associação de Suinocultores da Zona Sul» para poder apresentar melhor suas demandas dentro do OP. No ano de 1996, foi solicitada e aprovada, através da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico, a compra de uma máquina para triturar e esterilizar os resíduos orgânicos. Nas demandas para 2002, a Associação, dentro da mesma comissão, pediu e conseguiu, um caminhão e um trator no valor de R\$ 50.000,00. Isso permitirá, entre outras coisas, aumentar a coleta de resíduos e a ração disponível para os porcos. O caminhão servirá para o projeto, mas também será usado pelo DMLU para outros fins, quando necessário.

Este ano, os associados estão pretendendo solicitar, dentro do OP, a construção de uma agroindústria para poder abater e processar os animais em derivados com maior valor agregado.

Agroindústria dentro de um projeto de turismo rural

A associação comunitária de Belém Velho está desenvolvendo um projeto de turismo rural, incorporando caminhadas pela região, visitas a granjas agrícolas etc. Os associados perceberam a importância de ter produtos locais transformados para vender aos turistas. Em 2002, foi solicitado – e obtido – por meio da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico do OP, a construção de uma agroindústria no valor inicial de R\$ 10.000,00. Será uma estrutura simples no terreno da associação comunitária. Uma vez construída, a agroindústria funcionará com os habitantes das favelas de Belém Velho processando os produtos comprados dos agricultores locais e os vendendo aos turistas. Isso permitirá um trabalho conjunto entre esses grupos em conflito e criará alternativas de renda para eles.

O prédio-sede da Coopeixe.
Foto: Saya Saulière

Também está sendo planejada a criação de uma marca local para identificar os produtos dessa agroindústria.

Neste ano, ou no próximo, planeja-se solicitar a construção de barracas em frente da associação para comercializar os produtos locais.

Alguns elementos para reflexão

A análise dessas 4 experiências nos permite perceber o seguinte:

- Todas as experiências de agricultura anteriormente mencionadas foram viabilizadas através da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico, e não através das Comissões Regionais.
Isso se deve ao fato de que, em Porto Alegre, as necessidades priorizadas no nível dessas comissões regionais abrangem quase sempre questões como pavimentação de ruas, saneamento, saúde e educação. A Agricultura Urbana, então, tem maior possibilidade de conseguir financiamento se os produtores agrícolas interessados o solicitarem dentro das comissões temáticas.
- Os agricultores urbanos devem estar organizados e pertencer a uma entidade associativa para obter fundos através do OP. Quanto maior for o número de representantes de uma mesma organização dentro das reuniões e assembléias do OP, para apresentar e defender sua demanda, mais chance terão para que ela seja priorizada. Por outro lado, note-se que a possibilidade de conseguir recursos através do OP atua como incentivo importante para os agricultores se associarem (Coopeixe, Associação de Criadores de Porcos) ou de reforçar sua organização (Casa do Mel). Durante os encontros do OP onde se discute a priorização dos investimentos, os argumentos usados pelos agricultores para apresentarem sua demanda enfocam sempre os benefícios sociais e os retornos para a comunidade. No caso da Coopeixe, os cooperantes mostraram que a obra permitirá oferecer pescado barato e criar empregos. Os delegados dos criadores de porcos enfatizaram a importância de seu projeto para garantir porcos mais saudáveis e para melhorar o meio ambiente através da coleta adequada dos resíduos orgânicos. Os associados da AGA mostraram os benefícios dos medicamentos naturais produzidos pela apicultura e da importância de produzi-los localmente. No caso da agroindústria do projeto de turismo rural, seus representantes destacaram a necessidade de criar um mecanismo para mediar os conflitos entre os habitantes das favelas e os agricultores, e para promover novas oportunidades de emprego e renda.
- É importante sublinhar que os agricultores e pescadores dos casos mencionados pertencem às classes de baixa ou média renda.
- As experiências de agricultura financiadas através do OP estão localizadas na área rural de Porto Alegre (somente no caso da Casa do Mel a produção acontece no interior do estado).
- As atividades agrícolas apoiadas pelo OP em Porto Alegre são variadas, e os fundos obtidos variam entre R\$ 10.000,00 e R\$ 350.000,00. Nos casos mencionados, o OP representa praticamente a única forma de obter recursos para a atividade. No caso da Coopeixe, o OP permitiu criar a infraestrutura da cooperativa, sem a qual a mesma não teria existido.



- Os agricultores urbanos conseguiram recursos através do OP para apoiar a produção (máquinas e materiais), o abastecimento e a transformação (infraestrutura e equipamento de agroindústria). Agora pensa-se em solicitar financiamento para a comercialização (barracas).
- A participação dos agricultores e pescadores no OP lhes abriu um canal de comunicação com o município, que permite outros tipos de colaboração (ponto de comercialização, prestação de serviços para eventos do município, possibilidade de beneficiar-se de capacitações complementares). Também, em alguns casos os associados devolvem uma contrapartida através de serviços sociais.
- Os agricultores urbanos que recebem financiamento através do OP seguem uma dinâmica de desenvolvimento de sua atividade. Em vários casos, eles já fizeram mais de um pedido (Casa do Mel, Coopeixe, Associação de Criadores de Porcos) e/ou planejam fazer outros no futuro, muitas vezes com a idéia de agregar valor aos produtos através de seu processamento.

Referências

- Para obter informações sobre o orçamento participativo: www.portoalegre.rs.gov.br/op (em abril de 2003).

Financiando a indústria urbana de laticínios na Etiópia

Azage Tegegne - a.tegne@cgiar.org

International Livestock Research Institute (ILRI)

P.O. Box 5689, Adis Abeba, Etiópia

A Associação Comercial de Produtos Lácteos de Ada'a-Liben Woreda (Ada'a-Liben Woreda Dairy and Dairy Products Marketing Association – AWDDPMA) foi criada em 1998, na cidade de Debre Zeit, a 45 km a sudeste de Adis Abeba, Etiópia, com o principal objetivo de minimizar os altos custos envolvidos na comercialização de leite e reduzir as flutuações sazonais dos preços. Durante os últimos anos, a Associação realizou significativos progressos e conta hoje com 428 membros plenos, além de 181 produtores não membros que também fornecem leite para a Associação. A maior fonte dos recursos tem sido as contribuições dos membros, as vendas de leite e o apoio de várias agências governamentais, ONGs e entidades internacionais.

Introdução

A Etiópia possui o maior rebanho de gado bovino da África, calculado em cerca de 35 milhões de cabeças (TLU). As terras mais altas cobrem cerca de 40% da área total do país, abrigando 88% da população humana e 73% do rebanho bovino.

A criação de gado tem vários objetivos e usos, servindo como fonte de carne, leite, couro, fibras, adubo, combustível e dinheiro vivo para os seus criadores. A contribuição do gado para a economia agrícola é significativa, chegando a 40%, e poderia ser maior ainda se as contribuições não financeiras fossem levadas em consideração. Além disso, a criação de gado está intimamente ligada aos aspectos sociais e culturais de muitos milhões de criadores pobres, para quem possuir alguns animais assegura melhor sobrevivência através de uma atividade sustentável e economicamente viável. No nível domiciliar e familiar, possuir cabeças de gado melhora a renda familiar, garante maior segurança alimentar e promove o status social.

Entretanto, a produtividade dos animais é baixa se comparada às raças melhoradas. Por exemplo, a produção total de leite é muito baixa, sendo estimada em cerca de 1,5 bilhões de litros por ano, crescendo à taxa de apenas 1,4% ao ano. Por outro lado, a população humana é calculada em 65 milhões de pessoas, crescendo à taxa de mais de 3% ao ano, revelando que o consumo per capita de leite, na Etiópia, é de cerca de 16 litros/ano, muito abaixo da média mundial (100 litros/ano). Portanto, aproximadamente mais 6 bilhões de litros seriam necessários para alimentar a população etíope no mesmo nível da população mundial. Isso indica a existência de uma importante diferença entre a demanda potencial e a oferta de leite no país. Para atender a demanda da população crescente, a produção de leite deve crescer pelo menos à taxa de 4% ao ano. O leite é produzido usualmente em pequenos rebanhos, criados em sistemas produtivos de pequena escala. Devido à natureza altamente perecível do leite, existem dificuldades para se assegurar boas condições de coleta, transporte e distribuição para as comunidades rurais e centros urbanos. Além disso, o leite passa por diversos canais de comercialização entre a produção e o consumo, havendo, portanto, muitas chances de deterioração de suas qualidades higiênicas e nutricionais, e, conseqüentemente, de seu valor monetário e comercial.

A indústria de laticínios precisa ser otimizada organizando-se melhor a produção do leite, seu processamento, conservação e comercialização, de modo mais coordenado. Com as mudanças recentes

nas políticas governamentais, caracterizadas pela liberalização e estímulo do setor privado para participar no desenvolvimento de quase todos os aspectos da economia nacional, existem imensas oportunidades para desenvolver e melhorar o setor agrícola. Com o aumento da demanda por vários produtos animais e de qualidade, os preços tendem a subir caso a produção não cresça na mesma proporção. Superar o desequilíbrio entre oferta e procura exige o planejamento de estratégias apropriadas e sustentáveis para o desenvolvimento do setor de produção de laticínios, baseadas nas condições agro-ecológicas específicas e nas necessidades dos pequenos produtores.

Atualmente, muitos produtores de leite, de pequeno e médio porte, estão surgindo nas áreas urbanas e periurbanas. Também o número de pequenas unidades produtivas rurais está aumentando nas áreas onde há acesso aos centros de consumo urbanos. Entretanto, os custos envolvidos nos processos exigidos para a comercialização dos produtos constituem-se em um problema para os pequenos produtores. A resposta natural para enfrentar esse problema é a formação de associações para comercializar o leite e seus derivados, onde os produtores podem coletar, processar e comercializar seus produtos em conjunto. A Associação Comercial de Produtos Lácteos de Ada'a-Liben Woreda (Ada'a-Liben Woreda Dairy and Dairy Products Marketing Association – AWDDPMA), recentemente estabelecida na cidade de Debre Zeit, é um bom exemplo desse esforço de união entre produtores e de racionalização das suas atividades.

Existe um grande número de produtores de gado leiteiro, ovelhas e frangos nas áreas urbanas e periurbanas de Adis Abeba. Além da produção da Empresa de Desenvolvimento de Laticínios (Dairy Development Enterprise - DDE), ligada ao governo, existem cerca de 5.167 produtores de leite que criam aproximadamente 58.568 vacas leiteiras. A maior parte desses produtores (93%) tem apenas entre 1 e 5 vacas, enquanto que os demais têm 6 ou mais. Cerca de 50% dessas criações são de propriedade de mulheres, ou geridas por elas. A produção anual é cerca de 44 milhões de litros. De acordo com a informação do Escritório de Desenvolvimento Agrícola da administração municipal, os pequenos produtores de leite nas áreas urbanas produzem aproximadamente 79% da oferta de leite, enquanto que os produtores periurbanos contribuem com cerca de 10%, e a DDE com os outros 10%. Do volume total produzido, cerca de 36.500.000 litros (83%) são vendidos anualmente em Adis Abeba.

Nas áreas periurbanas de Adis Abeba, onde se situa Debre Zeit, quase metade dos domicílios tem na agricultura e na criação de gado sua principal fonte de renda. As contribuições dos sistemas de criação de gado para o desenvolvimento geral incluem a geração de renda e de emprego, a redução da pobreza, e o melhoramento da alimentação e da saúde das pessoas. Os sistemas urbanos de criação de gado são complexos, incluindo diversas atividades como a produção, o processamento e a comercialização de seus produtos, e as várias tecnologias envolvidas em cada etapa que, juntamente com as demais, constituem a cadeia completa.

Cada atividade do sistema é afetada por diversos fatores biológicos e sociais e suas interações. Além disso, os principais problemas técnicos e não técnicos associados com esses sistemas de produção de gado, como questões políticas, direitos de propriedade da terra, disponibilidade e custos dos insumos (genótipos, forragens e rações, pessoal treinado, saúde animal), acesso a financiamento e a sistemas de crédito, precisam ser abordados e encaminhados.

Estabelecimento da Associação

A AWDDPMA foi criada em setembro de 1998 por 34 membros fundadores que compraram uma cota no valor de 100 Birr, e mais 10 Birr como taxa de inscrição, cada um. O capital inicial foi de apenas

3.400 Birr (cerca de US\$ 400), e os primeiros dois anos foram dedicados aos arranjos organizacionais para assegurar condições efetivas de operação. Seus principais objetivos foram os seguintes:

- minimizar os altos custos envolvidos na produção e venda do leite, e reduzir as flutuações sazonais do seu preço;
- reduzir o desperdício de produtos causados por deficiências no manejo e por falta de instalações de conservação e processamento, permitindo aumentar a vida útil dos produtos no processo de venda;
- aumentar o volume e a produtividade dos sistemas de produção de leite, aumentando a renda dos produtores membros da Associação;
- fornecer insumos como ração, serviços veterinários etc. para os membros a preços razoáveis;
- prover treinamento, aos produtores, sobre o trato do gato leiteiro e o manejo e processamento higiênicos do leite;
- assegurar a comunicação entre o campo e a cidade, visando o desenvolvimento do comércio leiteiro, apoiando os produtores para formar grupos locais e estabelecendo um sindicato de produtores na região de Woreda;
- introduzir um sistema de poupança para os produtores associados; e
- colaborar com outras associações leiteiras (regionais, nacionais e internacionais) para incrementar o desenvolvimento do setor.

A coleta e a comercialização do leite iniciaram-se em janeiro de 2000 com os objetivos descritos acima. A quantidade de leite coletado dos membros fundadores era de 308 litros por dia, ou cerca de 24.400 litros mensais.

A Associação, embora informalmente estabelecida desde 1997, somente em setembro de 2000 recebeu o seu Certificado de Registro.

Situação atual

Existem várias associações de produção e comércio de leite organizadas nas áreas urbanas e periurbanas de Adis Abeba, sendo que a maior parcela de pequenos produtores está situada dentro da área urbana. A AWDDPMA é uma das mais novas entre as associações criadas na periferia da cidade.

Durante os últimos anos, essa Associação realizou progressos significativos, como a instalação de sete centros de coleta de leite dentro e ao redor da cidade (ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Centros de coleta de leite, número de fornecedores, e quantidade de leite fornecido por

Centros de coleta de leite	Nº de fornecedores	Quantidade coletada (litros/dia)
1	49	516
2	88	1.229
3	81	956
4	25	416
5	57	906
6	19	329
7	17	727

Tabela 2: Resultados da AWDDPMA alcançados entre 1998 e 2002

Ano	1998	2002
Nº de membros	34	486
Vendas associadas	3.400	65.000
Capital social	3.400	500.000
Número de vacas	729	1.716
Leite coletado (l/dia)	800	5.800

Atualmente existem 428 membros associados, sendo 245 homens e 183 mulheres (Figura 1). Além disso, 181 produtores não associados também fornecem leite para a Associação. Os membros da Associação agora têm um total de 1.716 vacas leiteiras e um capital de 500.000 Birr (cerca de US\$ 58.000).

A Associação emprega 25 funcionários regulares, com salários variando entre 60 a 300 Birr por mês. Recentemente, a Associação comprou 2 refrigeradores com capacidade para 25.000 litros. A coleta de leite aumentou para 5.500 litros por dia, atualmente, ou cerca de 175.000 litros por mês.

Um pequeno separador de creme, um preparador de manteiga, um tanque para 3.800 litros de leite, 60 bujões com capacidade para 65 litros, aparelhos para testar a qualidade do leite, e uma casa pré-fabricada com 14m2 são alguns dos equipamentos recentemente comprados pela Associação. A AWDDPMA fornece forragens e concentrados aos membros a preços razoáveis.

O número de cotas aumentou. Espera-se que muitos outros produtores se unam à Associação, para terem mais acesso ao mercado e venderem mais facilmente a sua produção de leite e derivados.

Além disso, conseguiu recursos a fundo perdido da ordem de US\$ 10.000 anualmente, durante o período de 5 anos.

Figura 1
Membros da AWDDPMA

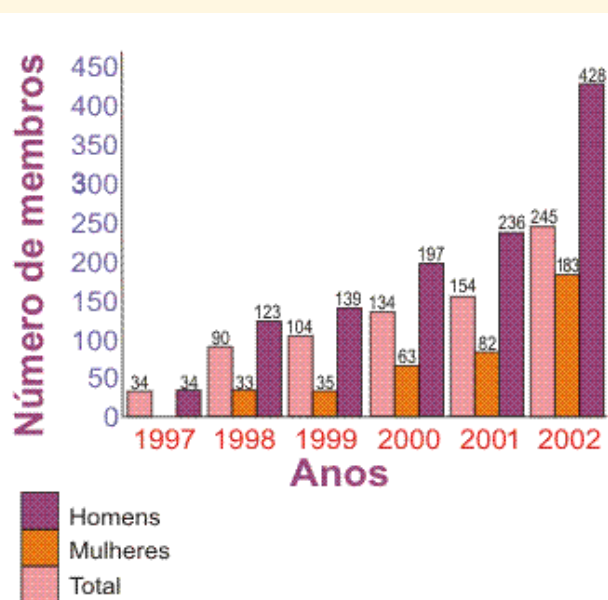
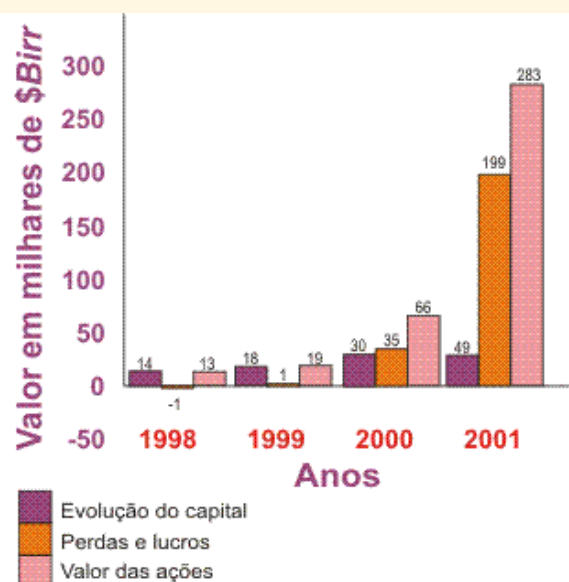


Figura 2
Evolução financeira anual da AWDDPMA:
capital, cotas, lucros e perdas



Financiamento

Várias instituições financeiras e diversos colaboradores ajudaram no estabelecimento e desenvolvimento da Associação. A Agência de Cooperativas da Etiópia foi importante no processo de legalização da Cooperativa. O Escritório de Agricultura do governo forneceu assistência técnica. O centro de pesquisa em Debre Zeit do Insitituto Internacional de Pesquisa de Gado (International Livestock Research Institute - ILRI), desempenhou um papel significativo na preparação do projeto e no assessoramento para organizar a Associação.

O ILRI também contribuiu no treinamento, particularmente para o manejo do gado leiteiro – incluindo estratégias de nutrição e saúde dos animais, e de manejo, higiene e processamento do leite. As principais fontes de financiamento para a Associação foram a venda de cotas aos associados e os lucros com a venda do leite e derivados.

O governo forneceu gratuitamente terrenos para viabilizar o estabelecimento da central de processamento do leite e de processamento de ração.

Muitos criadores de gado têm interesse em aumentar sua atividade produtiva. Entretanto, a carência de recursos financeiros e a dificuldade de acesso ao crédito têm sido fatores limitantes. A VOCA (Volunteers in Overseas Cooperative Assistance) - Etiópia, uma ONG internacional dedicada a fomentar o cooperativismo, tem ajudado a captar recursos.

A Gênesis Farms, uma ONG holandesa, também ajudou a prover um empréstimo de longo prazo a juros de 8% anuais para a compra de um caminhão e de tanques para resfriamento do leite.

Planos para o futuro

A Associação gostaria de fortalecer sua ação e expandir suas atividades. Como resultado, ela desenvolveu um projeto com objetivos mais amplos para apoiar sistemas de produção leiteira mais modernos e ambientalmente sustentáveis, e contribuir para o desenvolvimento do setor leiteiro nacional.

Entre os componentes desse projeto, incluem-se o estabelecimento de uma fábrica de processamento leiteiro, uma fábrica de ração, o fornecimento de serviços de inseminação artificial, o fornecimento de remédios e cuidados veterinários, uma loja para fornecer insumos e serviços, estratégias e tecnologias para o manejo dos resíduos que beneficiem os produtores, programas de treinamento, seminários e oficinas sobre vários aspectos da produção leiteira, a expansão da produção e a disseminação de tecnologias de processamento até as comunidades rurais, e o estabelecimento de ligação mais forte entre o campo e a cidade. O custo do projeto está estimado em aproximadamente US\$ 5 milhões. Para sua implementação, a Associação planeja usar parte de seu capital, captar mais recursos entre seus membros, e solicitar apoio de doadores ligados à agricultura e à produção leiteira.



Logomarca da associação leiteira mostrando vacas zebu e mestiça associadas.

Microcrédito e investimentos para a agricultura urbana em São Petersburgo, Rússia

Oleg Moldakov - moldakov@mailbox.alkor.ru

St Petersburg Urban Gardening Club, Rússia

Anualmente, cerca de 2,5 milhões de habitantes da cidade de São Petersburgo se envolvem com atividades agrícolas. Durante o verão, mais de 500.000 deles mudam-se para suas casas de veraneio situadas em áreas de produção hortícola. A área total cultivada pelos moradores urbanos é de aproximadamente 560.000 ha.

As principais razões para a prática da horticultura urbana são a auto-suficiência, especialmente com relação a hortaliças, o desejo de consumir alimentos mais saudáveis, a necessidade de gerar renda adicional com a venda de frutas, hortaliças, ovos, leite e flores, e o lazer. A agricultura urbana é praticada nas áreas intra-urbanas (principalmente em quintais, áreas públicas, terrenos baldios próximos às casas, porões, telhados, balcões etc.) e periurbanas, onde as hortas podem estar localizadas mais próximas (plantios comerciais ou para auto-consumo) ou mais distantes das áreas urbanizadas (entre 10 e 100 km de distância). A agricultura urbana também varia de acordo com o local onde é praticada: nas dachas (residências de veraneio), em sadovodstvos e ogorods (que são instalações mais coletivas - ver artigo na RAU no 1), e em lotes individuais sem residências construídas neles.

*Compostagem com auxílio de minhocas.
Foto: O. Moldakov*



Apoio financeiro não comercial

Os horticultores urbanos nunca obtêm créditos ou empréstimos para sua atividade. Quando precisam, eles conseguem pequenos empréstimos em dinheiro de seus amigos ou parentes para, por exemplo, construir ou consertar suas casas e estufas. Normalmente usam suas próprias economias para comprar sementes, adubos, pesticidas, ferramentas e equipamentos agrícolas. Os produtores e horticultores urbanos têm medo de tomar empréstimos e só o fazem, eventualmente, para financiar o melhoramento de suas casas. Já os agricultores profissionais suburbanos e periurbanos buscam crédito para financiar suas atividades com objetivo comercial.

Associações

As associações de proprietários de lotes agrícolas costumam organizar-se em cooperativas ou noutras formas de parcerias. A maneira como elas se financiam é considerada como “não comercial”. Elas só podem implementar projetos econômicos baseados nas contribuições de seus membros. Em reuniões anuais, as associações decidem quais tipos de necessidades comuns a todos, como sistemas de irrigação e drenagem, poços, serviços de vigilância, coleta de lixo etc., pretendem financiar. Todos os associados devem pagar uma taxa anual que varia entre US\$ 20 e 200. Algumas associações criaram seus próprios fundos rotativos de empréstimos para ajudar as iniciativas de seus associados.

Subsídios municipais e apoio em espécie

No período do verão (entre maio e outubro), a municipalidade garante o deslocamento gratuito de trem para os aposentados (que formam um grupo significativo de produtores urbanos), entre as suas casas na cidade e seus lotes na periferia. Este subsídio custa, à cidade de São Petersburgo, cerca de 70 milhões de rublos (aproximadamente US\$ 2.300.000) por ano. O governo do estado de Leningrado, a pedido dos agricultores, financiou cerca de 16 milhões de rublos (aproximadamente US\$ 533.000) para a construção de estradas vicinais. O governo agora está interessado em apoiar o auto-emprego de grande parcela da população, promovendo maior estabilidade social e política, e a horticultura é reconhecida como uma atividade de grande utilidade social. A municipalidade tem sido ágil em fornecer alguns tipos de apoio indireto aos produtores: gratuidades e tarifas reduzidas para transporte, alguns serviços municipais grátis, serviços de ambulância para assistir os produtores de mais idade em suas dachas e nas sadovodstvos etc.

Em 2002, um programa chamado "Apoio à Horticultura 2003-2010" foi implantado pelo governo de São Petersburgo, prevendo a aplicação de 100 milhões de rublos (cerca de US\$ 3 milhões) anuais para transformar as áreas horticolas periurbanas em assentamentos mais confortáveis. Os recursos para o programa são originários do orçamento urbano municipal.

Apoio comercial

Atualmente, na Rússia, não existem políticas de investimento voltadas para dinamizar os pequenos negócios, especialmente as atividades agrícolas. É muito difícil obter empréstimos e financiamentos, e as taxas de juros são sempre muito altas. Por outro lado, os produtores e microempreendedores não estão suficientemente preparados para lidar com os sistemas de crédito e investimento (faltam-lhes avalistas, histórico bancário, experiência com negócios etc.), e os sistemas de microcrédito estão se desenvolvendo muito lentamente em cidades como Moscou e São Petersburgo.

As estatísticas revelam que apenas 5% dos proprietários de dachas já obtiveram um empréstimo, principalmente junto a seus parentes e amigos. Na verdade, a maior parte deles (84%) prefere não tomar empréstimos, mesmo que lhes sejam oferecidos. E entre aqueles dispostos a tomar um empréstimo, quase todos o usariam principalmente para a construção ou melhoramento de sua casa, e não na agricultura. Apenas cerca de 10% dos agricultores situados nos ogorods já usaram um empréstimo, também principalmente obtidos junto a seus parentes e amigos, para comprar sementes e mudas. E cerca de 40% deles tomariam um empréstimo, se lhes fosse oferecido, principalmente para comprar terras ou animais (70%) ou para construir uma casa (20%).

Crédito informal

De acordo com estimativas, cerca de 70% dos empreendedores russos usam os serviços informais de crédito também conhecido como “mercado negro”, com taxas mensais de juros próximas a 15%. A maior parte dos bancos não trabalha com créditos menores que US\$ 3.000, e exigem garantias bastante significativas.

O apoio europeu

O programa “Fundo de apoio aos pequenos negócios na Rússia”, do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, oferece cerca de US\$ 150 milhões em crédito para pequenos negócios agrícolas na Rússia. O crédito é fornecido para iniciar pequenos negócios agrícolas ou para ampliar os já existentes.

Cultivando hortaliças no terraço de um prédio. Foto: O. Moldakov



O programa foi concebido para durar até 2005, mas recentemente foi estendido até o ano de 2010. O Banco Europeu fornece crédito de longo prazo para os bancos comerciais russos, que são obrigados a utilizar os recursos oferecendo crédito para pequenos negócios.

O programa coopera com cinco bancos, sendo que um deles foi criado especificamente para atender e promover os micros, pequenos e médios negócios. Esses cinco bancos têm agências em 24 cidades russas, e os créditos são fornecidos em rublos. A taxa de juros, em 1999, era de aproximadamente 42%, mas desde então caiu para os atuais 25% ao ano. Esquemas de microcrédito são oferecidos a companhias que empreguem até 20 trabalhadores. O volume do crédito varia entre US\$ 100 e 30.000, a ser saldado em prazos variando entre 24 a 36 meses. Créditos um pouco maiores são concedidos em valores que podem alcançar US\$ 75.000 (em alguns casos até US\$ 150.000), com prazo de 36 meses, para fazendas e outras companhias produtoras ou de processamento que empreguem mais de 80 trabalhadores.

Outras fontes de microcrédito

Algumas organizações internacionais, como o Fundo Eurásia e o Centro de Iniciativas Civas, realizaram programas de microcrédito para agricultores periurbanos entre 1994 e 2000. Eram fornecidos créditos de US\$ 1.000 ou 2.000 para a compra de microtratores, gado ou sementes.

Cerca de 10 produtores conseguiam crédito em cada programa. Para obter o empréstimo, o produtor devia apresentar um bem (usualmente um carro) para garantir a recuperação do crédito. O empréstimo era de curto prazo (entre 2 e 6 meses), e a taxa de juros cobrada era de 18% ao ano. Os produtores beneficiários eram quase sempre pessoas de renda média, possuindo áreas medindo entre 0,2 e 20 hectares que eram visitadas por consultores do programa para discutir e revisar os planos de negócio antes que uma decisão final sobre a concessão do empréstimo fosse tomada.

Possibilidades de arrendamento para os produtores urbanos e periurbanos de São Petersburgo

Se os agricultores urbanos e periurbanos tiverem capacidade para pagar em prestações pela compra de veículos, equipamentos e ferramentas agrícolas e para processamento de produtos etc., financiados por um período de 1 a 2 anos, a central de arrendamentos "O Agricultor de São Petersburgo", uma instituição de crédito mantida pela municipalidade de São Petersburgo, irá ajudá-los. Seu orçamento é de cerca de 500.000 rublos (aproximadamente US\$ 20.000) por ano.

A central examina o perfil de cada produtor que a procura, e decide se compra os equipamentos que lhe serão repassados na forma de arrendamento. Eventualmente o agricultor pode se tornar proprietário do equipamento arrendado, mas deverá pagar um ágio de 20 a 40%, na forma de prestações.

Cooperativa de Crédito dos Agricultores de São Petersburgo

Essa cooperativa foi criada por 50 agricultores de áreas periféricas da cidade em cooperação com companhias de processamento de seus produtos. A Cooperativa fornece crédito aos produtores para a compra de sementes, adubos, animais etc.

Existem mais de 50 agricultores e processadores e companhias de processamento da produção agrícola participando dessa organização. A área total de suas terras é de cerca de 2.000 hectares, e a soma total de seus bens supera os 60 milhões de rublos (US\$ 2 milhões).

Avaliação

Os pequenos produtores urbanos e periurbanos que vão além da simples produção (processando ou comercializando seus produtos), têm um perfil mais favorável para a obtenção de crédito, diferentemente dos agricultores rurais, que usualmente dispõem apenas de poucos produtos para vender, baratos e sem valor agregado.

Devido às condições do clima e da fertilidade do solo, a produção para a subsistência e o lazer são ainda as contribuições mais importantes das pequenas áreas hortícolas, comparadas com os lotes comerciais.

Existem muitos desafios associados com a agricultura de subsistência – retornos modestos, muito trabalho, e baixa produtividade.

Os agricultores suburbanos profissionais tomam crédito para comprar insumos agrícolas, enquanto que os agricultores urbanos – cuja horticultura destina-se mais para o auto-consumo e só eventualmente tem fins comerciais – não conseguem obtê-lo. Essas pessoas não têm experiência para negociar com as instituições de crédito e têm medo de perder as propriedades que precisarão apresentar como garantia, de acordo com os contratos de crédito. Normalmente eles não têm certeza se teriam condições para pagar as prestações pelo empréstimo, não têm planos claros com relação a seus negócios e não querem se envolver com procedimentos burocráticos.

Os subsídios oferecidos pelo governo municipal são importantes, mas estão sendo gradualmente reduzidos justamente quando seria conveniente oferecer mais ajuda.

O sucesso dos investimentos financeiros muitas vezes não depende da localização da área de cultivo, mas da qualidade do manejo, da fertilidade do solo, da infraestrutura, de equipamentos modernos, da capacitação dos trabalhadores etc.

Deve ainda ser mencionado que a agricultura urbana tem mais restrições ou mesmo proibições ligadas a certos tipos de atividade – particularmente com relação à criação de animais de maior porte – oferecendo, portanto, menos oportunidades de investimento. Os empreendimentos agrícolas comerciais usam o crédito com mais frequência.

A agricultura urbana ainda requer bastante ajuda governamental. Ela é um fator socioeconômico de estabilidade política para a sociedade, e ajuda na sobrevivência dos moradores das cidades. É uma ferramenta para a redução da pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar dos pobres e dos aposentados (que são muitas vezes as mesmas pessoas), da oferta de oportunidades de trabalho durante o verão, de alimentos saudáveis e baratos e de oportunidades de lazer e recreação para os jovens. O governo deve, portanto, investir em equipamentos e infraestrutura das hortas comunitárias como faz com a rede de água, rodovias, coleta de lixo e outros serviços essenciais, e oferecer abatimentos nos impostos em troca da ação dos moradores e investidores.

As cooperativas de crédito ligadas aos agricultores urbanos e periurbanos devem oferecer um modelo alternativo de serviço de crédito e financiamento, e devem contar com alguma ajuda em seus orçamentos. A Comissão de Uso do Solo deve desempenhar um papel importante nesse processo, ao implantar um plano de zoneamento urbano adequado e oferecer terras nas áreas urbanas livres, sejam elas públicas ou privadas. É conveniente criar-se um departamento específico – ou uma comissão inter-governamental – para desenvolver e coordenar a prática da agricultura urbana.

Estratégias econômicas para diferentes cultivos na Agricultura Urbana e Periurbana na África Ocidental

Angelika Kessler - anngelikak@yahoo.fr

Humboldt University, Institute of Rural Sociology,
Faculty of Agriculture, Berlim, Alemanha

A produção de hortaliças européias foi introduzida nas antigas colônias francesas por missionários, militares e pelos responsáveis por escolas e prisões. Como resultado, hoje, na África Ocidental, os homens cultivam principalmente as hortaliças típicas de climas temperados, mesmo sendo a produção de hortaliças uma atividade tradicionalmente praticada por mulheres. Já as mulheres costumam cultivar as hortaliças tradicionais, como a okra e espécies locais de espinafre, berinjela, pimenta e tomate. Os principais sistemas de produção são descritos a seguir.



Coleta do lixo. Foto: A. Kessler

Sistemas de cultivo na África Ocidental

Produção diversificada de hortaliças:

Esse sistema de produção de hortaliças é irrigado com regadores e/ou por bombas e inclui plantas de ciclo curto e longo, tais como alface, repolho, cenoura, cebola, amaranto, berinjela, beterraba. Seus produtores aplicam grandes quantidades de pesticidas (especialmente em cultivos como algodão e cacau) comprados no mercado negro. Os pesticidas legalmente autorizados para uso em hortaliças são menos utilizados. Todos os horticultores usam estrume de galinha ou de gado, combinados ou não a adubos químicos, que são muitas vezes subsidiados (como em Dacar, por exemplo). Apenas em poucos casos são usados adubos produzidos a partir do lixo, ou do lixo queimado, para melhorar o solo. Sementes importadas de baixa qualidade são vendidas e usadas, ao lado de sementes importadas de melhor qualidade e das produzidas localmente.

A horticultura tradicional:

Esse sistema é praticado geralmente por mulheres e inclui hortaliças de ciclo curto, como amaranto, feijão, e batata doce, por suas folhas, ao lado de quiabo, alface, okra e berinjela nativa etc. As mulheres agricultoras usam menos insumos do que os agricultores de cultivos diversificados. Elas raramente aplicam pesticidas, usam muito menos adubos químicos, e plantam quase sempre apenas as sementes produzidas localmente.

Cultivo de plantas ornamentais:

Entre 20 e 100 diferentes espécies de flores, arbustos e árvores são plantadas para jardinagem e reflorestamento. Geralmente é significativo o uso de pesticidas. Os produtores cultivam a partir de sementes e de mudas importadas ou localmente coletadas.

Além de adubo de gado e de galinha e de adubos químicos, também é usado o excreta humano (fezes e urina). Os produtores que fabricam seus próprios vasos de flores costumam usar areia e cimento para a sua confecção.

Produção de plantas ricas em amido na época chuvosa:

Esse sistema sempre inclui a produção de milho, e dependendo do clima, mandioca, sorgo, milheto, groundnuts etc. Esses produtores não usam pesticidas, mas usam excreta humano e lixo para melhorar o solo, além de sementes localmente produzidas.

As hortaliças diversificadas e as tradicionais são sempre cultivadas perto de rios, pequenos cursos d'água e tanques ou do mar, onde quer que o lençol d'água esteja facilmente acessível. Esses sistemas agrícolas localizam-se em áreas abertas perto dos centros urbanos, de modo a permitir o fornecimento de produtos frescos para os mercados consumidores (já que normalmente não contam com sistemas de refrigeração), e a redução com os custos de transporte.

As hortaliças tradicionais são vendidas nos bairros residenciais, e nem sempre são levadas para os mercados maiores, onde as hortaliças de clima temperado são mais vendidas. Os produtores de plantas ornamentais colocam seus produtos em locais estratégicos, onde as pessoas de maior renda costumam transitar, como as áreas onde há mais escritórios, os setores administrativos da cidade e as embaixadas, e onde há água disponível para manter as plantas mais hidratadas. As plantas ricas em amido são cultivadas durante a estação chuvosa de modo a não depender de irrigação. Os cereais e os tubérculos podem ser transportados e armazenados bem mais facilmente do que as hortaliças, razão pela qual é mais fácil encontrá-los sendo cultivados em áreas periféricas aos centros urbanos.

Estratégias econômicas

As diferenças nos cultivos e nos insumos dos vários sistemas agrícolas resultam em diferentes estratégias econômicas. Os produtores que cultivam hortaliças diversificadas as irrigam com bombas e/ou regadores e produzem plantas de ciclo curto, como o amaranto e a alface, para garantir renda para pagar pelos insumos e mão-de-obra. As plantas de ciclo mais longo (a partir de três meses), como cenoura, repolho e cebola, são usadas para maximizar seus lucros e para investir em infraestrutura ou nos gastos familiares (matrículas escolares, em setembro, por exemplo). A renda anual varia dependendo da capacidade de gerenciamento e do tamanho da área cultivada, entre 120.000 e 5.000.000 FCFA (1). As hortaliças podem ser cultivadas como um trabalho de tempo integral ou parcial.

As mulheres produtoras de cultivos tradicionais produzem plantas de ciclo curto para o consumo doméstico e para vender. Elas preferem as plantas de ciclo curto que permitem várias colheitas (por exemplo, duas vezes ao mês) para garantir uma renda regular e um fluxo mais rápido de dinheiro. Elas não conseguem cultivar plantas de ciclo mais longo por que precisariam esperar mais tempo para terem o retorno de seu investimento. Porém, com plantas de ciclo menor, menos insumos são necessários e elas garantem uma renda mais imediata e constante, que pode levar seu lucro anual a valores entre 100.000 e 120.000 FCFA por estação. Todas as mulheres pesquisadas trabalhavam seus cultivos em tempo parcial.

Os produtores de plantas ornamentais precisam cultivar suas plantas na estação da seca para vendê-las na estação chuvosa. Isso é bastante difícil, pois eles não têm renda para pagar pela mão-de-obra adicional durante a seca. Portanto, eles procuram encontrar clientes que possam garantir-lhes uma renda que dure por todo o ano. Eles vendem diretamente e precisam, usualmente, falar bem francês. Com essa estratégia, os produtores alcançam uma renda de anual entre 250.000 e 3.000.000 FCFA (1). A maior parte deles trabalha em tempo integral em seus plantios. Os produtores mais bem-sucedidos e conhecidos por seu trabalho têm, quase sempre, alguma formação profissional, tendo recebido treinamento em práticas florestais fornecido pelos serviços de extensão.

Separação de resíduos em cestas de palha. Foto: A. Kessler

Os produtores de plantas ricas em amido, cultivadas na época chuvosa, produzem predominantemente para seu próprio consumo e para dar a parentes e amigos, reduzindo os seus gastos. Apenas em casos excepcionais eles vendem sua colheita. Por exemplo, a mandioca é processada pelas mulheres e transformada em “gari”, que é usada para trocas por outros produtos. Esses produtores costumam trabalhar em tempo parcial, precisando de outra atividade principal que lhes garanta renda para atender suas necessidades básicas.

Os produtores de hortaliças podem portanto ser divididos em três grupos principais:

- Produtores de hortaliças variadas que usam bombas para irrigação: são os agricultores mais ricos, com áreas de plantio maiores. Eles ocupam cargos de presidente, secretário e outras funções importantes nas organizações de produtores. Têm contato com os serviços de extensão, recebem crédito, têm certa influência política e muitas vezes alcançaram o nível secundário de educação.
- Produtores de hortaliças variadas irrigadas com regador: representam os produtores de classe média. Eles podem ou não ter contato com os serviços de extensão, e podem ou não estar organizados em associações. Em Lomé, Cotonou, Ouagadougou e Bamako, alguns deles estão ligados a projetos de pesquisa. São quase sempre analfabetos ou têm no máximo o curso primário (Kessler, 2001)
- Produtoras mulheres de cultivos tradicionais: representam a classe mais pobre de produtores. Não estão organizadas em cooperativas, associações ou grupos, e não têm, geralmente, qualquer contato com os serviços de extensão (embora, em Ouagadougou, elas tenham contato com projetos de pesquisa que lhes introduziram na prática do uso de águas servidas industriais para irrigação). São quase sempre analfabetas (Kessler, 2001) e usam terras marginais, de menor valor ou interesse, para cultivar suas safras.



Financiamento

Geralmente, os recursos necessários para o cultivo de alimentos ricos em amido irrigados com as águas da chuva não são expressivos e vêm de outras atividades como um emprego assalariado, pequenos comércios, artesanato, ou da horticultura, que por sua vez costuma obter empréstimos das fontes informais de crédito.

Nas cidades onde os cultivos são interrompidos por causa da época seca (por exemplo, pelo esgotamento dos lençóis superficiais no final da época seca), os agricultores precisam de outras fontes de financiamento. Várias soluções para essa carência foram observadas sendo praticadas pelos produtores:

- produção de alimentos ricos em amido durante a época chuvosa (como uma atividade adicional praticada pelos produtores de hortaliças variadas, em Bamako e Ouagadougou);
- trabalho no comércio e, ocasionalmente, empregos remunerados (como acontece em Ouagadougou);
- em Lomé, mulheres comerciantes dão crédito para os produtores de hortaliças poderem comprar sementes, adubos e pesticidas, que se comprometem a lhes vender sua safra, quando colhida. Esse sistema às vezes leva os produtores a perderem suas terras para as comerciantes, que passam a ser as patroas dos agricultores;

- também em Lomé, emprego como provedor de irrigação nos cultivos de outros agricultores, que conseguem produzir mesmo na época seca, quando muita mão-de-obra é necessária para regar os plantios (Kouvonou, 1998).

Recomendações

Quando o crédito é estendido aos produtores urbanos por organizações creditícias locais, as condições devem ser diferentes para cada um desses sistemas de produção, como forma de evitar dívidas impagáveis:

- O crédito deve estar disponível para os produtores de plantas ornamentais durante a época seca, para ser saldado no meio da estação chuvosa, quando os agricultores começam a vender sua produção.
- Para os agricultores voltados para a subsistência, como os produtores de plantas ricas em amido, o crédito é sempre mais arriscado, já que eles usualmente não vendem seus produtos e portanto devem pagar o empréstimo com a renda obtida em outras atividades, não agrícolas.
- Créditos menores e de curto prazo podem ajudar as mulheres produtoras de plantas tradicionais no início da temporada de plantio, para serem saldados um ou dois meses depois.
- Os créditos para os produtores de hortaliças variadas, concedidos no início da temporada, podem ser saldados após um mínimo de três meses, quando os cultivos de prazo mais longo são colhidos e vendidos.
- Créditos para infraestrutura de irrigação devem ser estendidos por prazos mais longos. Tal estrutura pode ser bastante dispendiosa, e o produtor vai precisar de algum tempo para otimizar seu sistema de produção melhorado por esse recurso, não podendo pagar por ele a curto prazo. Se, por alguma razão, o produtor não for capaz de saldar o crédito após um prazo razoável, os equipamentos podem ser retomados e vendidos a outro agricultor. Em Lomé, por exemplo, quando um produtor abandona sua atividade, seu equipamento de irrigação é vendido a outro produtor, embora sua terra continue de sua propriedade.
- Créditos rurais são oferecidos principalmente para produtores de cultivos mais comerciais, como os produtores de algodão, e seu pagamento segue o ritmo específico de cada cultivo. Para ter acesso a esses créditos, os produtores devem ser membros da cooperativa que reúne os produtores especializados em cada cultivo, e por isso os produtores de hortaliças não podem se beneficiar deles.
- Como a maior parte dos pequenos e médios produtores é formada por analfabetos, ou por pessoas que receberam pouca educação, a oferta de crédito deve ser acompanhada preferentemente por treinamento em gerenciamento de crédito e em controle contábil básico.

Tabela 1: Condições de crédito por sistema agrícola

Sistema agrícola	Objetivo	Condições de prazo	Valor
Cultivo de hortaliças diversas	Preparo do plantio, plantio.	Prazo médio (3 meses no mínimo)	Intermediário
Cultivos tradicionais praticados por mulheres	Preparo do plantio, plantio.	Prazo curto	Baixo
Cultivo de plantas ornamentais	Semeadura na estação seca	Prazo médio (cerca de 5 meses)	Intermediário

Cultivo de hortaliças e de ornamentais	Irrigação, infraestrutura	Prazo longo	Alto
Cultivo de plantas ricas em amido irrigadas pela chuva	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Cultivo de safras para exportação em áreas rurais	Preparo do plantio, plantio.	Sazonal	Intermediário

Notas

1. 650 FCFA equivale a €1.

Referências

- Kessler, A. 2001. L'utilisation des déchets organiques compostés provenant des ménages urbains dans l'agriculture périurbaine de l'Afrique d'Ouest pour prévenir l'attaque des plantes par des maladies. Relatório anual de aspectos sociológicos para o período 01/11/00 a 31/10/01. Projeto INCO, Berlim, Alemanha.
- Kouvonou, M F. 1998. Le Secteur Informel et sa Contribution au Développement Socio-économique du Togo: (Le Cas des Maraîchers de la ville de Lomé). Relatório de Estudo, Universidade do Benin, Faculdade de Letras e de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Lomé, Togo.

Microcrédito para atividades de agricultura urbana na Bulgária

Antoaneta Yoveva - ayovev@aster.net

Sustainable World Foundation (SWF), Sofia, Bulgária

Tradicionalmente a agricultura desempenha um papel importante na economia da Bulgária. A parcela de empregos por ela gerada, naquele país, é bem alta para os padrões europeus (em 1999 estava perto de 26% do nível total de empregos) e vem crescendo nos últimos anos. Desde 1997, o governo fez rápidos progressos na implementação de amplas reformas nos setores agrícola e financeiro, e na economia em geral. Alguns programas de crédito agrícola foram introduzidos, mas os níveis de financiamento são insuficientes para compensar os limitados créditos oferecidos pela rede bancária. Os bancos insistem em uma abordagem mais tradicional quanto à sua política de crédito em geral e – especialmente – com relação à agricultura.



Plantio em área urbana. Foto: SWF

Agricultura urbana

Os pequenos produtores urbanos formam uma parte importante e crescente do setor agrícola búlgaro. A maior parte da agricultura urbana na Bulgária é praticada com fins de subsistência, fornecendo alimentos e um meio de sobrevivência para as camadas mais pobres da população, além de emprego para os mais velhos e para os membros desempregados das famílias.

Os efeitos sociais da agricultura urbana são muitos, porém, mesmo assim, essa agricultura de pequena escala e sem fins comerciais não é considerada importante no processo de reestruturação da economia nacional. Por isso não existe nenhum programa especial para apoiar a agricultura urbana, e os pequenos produtores urbanos não são indicados para poderem receber crédito. Na verdade, devido à baixa lucratividade e aos riscos envolvidos, apenas uma pequena porcentagem desses agricultores busca empréstimos. Como o governo não reconhece a agricultura urbana como uma atividade economicamente viável, os bancos, por sua vez, a consideram muito arriscada para ser financiada.

Uma pesquisa realizada pela SWF, dentro do programa SWAPUA (1), demonstrou que 55% dos produtores urbanos não possuíam capital suficiente para adquirir os insumos necessários, mas que apenas 9% deles já haviam tomado empréstimos, enquanto que outros 20% disseram que gostariam de tomá-los. A maior parte desses empréstimos, entretanto, são feitos por parentes e amigos, e não pelos bancos. Os agricultores com projetos comerciais (sejam eles urbanos ou periurbanos) têm mais acesso ao crédito bancário, mas os produtores sem fins comerciais têm que contar apenas com seus próprios recursos ou com o crédito concedido por emprestadores informais.

Além dos parentes, dos emprestadores informais e do sistema bancário, os agricultores urbanos – e também os rurais – contam com alguns programas internacionais de financiamento discutidos brevemente a seguir.

Crédito apoiado pelo governo da Suíça

A Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e o Banco Unido Búlgaro (UBB) desenvolveram vários projetos relacionados com o setor agrícola. Os dois mais importantes são a Fundação FibL, que oferece microcrédito para agricultores privados e a Fundação FAEL, que oferece crédito para empresas pequenas e médias, visando suprir as deficiências apresentadas pelo sistema de crédito bancário.

Essa ajuda pretende demonstrar aos bancos búlgaros que os agricultores são capazes de gerenciar seus empréstimos e saldá-los no prazo estipulado. A FibL é uma iniciativa de pequena escala cujo objetivo é aumentar a capacidade dos agricultores para obter crédito e desenvolver a capacidade dos funcionários dos bancos para avaliar adequadamente os pedidos de empréstimos feitos pelos produtores.

Alguns mecanismos para encorajar e envolver os bancos comerciais na oferta de crédito aos agricultores privados em escala bem mais ampla estão sendo testados. O crédito é orientado para a agricultura em geral, e não especificamente para a agricultura urbana. Ele inclui a agricultura familiar, principalmente a praticada com mão-de-obra familiar acrescida de trabalhadores contratados nas épocas de pico. A FibL subsidia a preparação de planos de negócios e os pedidos de empréstimo. O valor máximo dos empréstimos, por agricultor, é de US\$ 12.500 por um período de 3 anos. A taxa de juros é relativamente baixa, calculada a partir da taxa básica anual praticada pelo Banco Central da Bulgária mais 7%. A garantia normalmente exigida pelos bancos deve equivaler, no mínimo, a 120 ou 130% do valor do empréstimo, mas, na prática, muitas vezes pode chegar a 200%. Os produtores usam seus próprios bens (propriedades, máquinas, equipamentos técnicos) como sua parte para atender a exigência de garantia feita pelos bancos (equivalendo a no máximo 100% dela), enquanto que a FibL garante a diferença necessária para chegar ao nível exigido. Durante os últimos três anos, a FibL conseguiu 25 empréstimos para produtores locais, que já foram todos saldados.

A Fundação FAEL foi criada em 1995 e apóia o desenvolvimento de empresas privadas pequenas (até 10 empregados) e médias (até 50 empregados) que atuem nos setores de processamento e serviços. Sua estrutura operacional é dividida em três departamentos: "apoio financeiro", "consultoria em gerenciamento", e "apoio tecnológico". Os primeiros empréstimos a agricultores foram concedidos em 1999. O volume de créditos alcançou US\$ 800.000 para os três primeiros anos. Durante esse período, muitas consultorias individuais e cursos de treinamento foram realizados para diversas empresas. Entre as atividades para as quais o crédito foi concedido por esse programa, 16 estão relacionados com a agricultura urbana. Além do crédito fornecido a agricultores privados (25 empréstimos) – outros 41 empréstimos foram para atividades agrícolas no ambiente urbano, nos últimos três anos.

Microcrédito apoiado pelo governo dos Estados Unidos

O governo dos Estados Unidos, por meio da USAID, também apóia o desenvolvimento de organizações de microcrédito na Bulgária, financiando dois programas – USTOI e Nachala – implementados em parceria com ONGs locais.

O USTOI oferece créditos por meio de estruturas cooperativadas, apoiando três tipos de atividades – comércio (91%), serviços (6%), e produção de alimentos (3%). Para obter empréstimos junto ao USTOI, os empresários devem formar um grupo solidário com não menos de sete membros. Os membros do grupo garantem mutuamente os empréstimos que recebem do USTOI. Os membros de cada grupo também se tornam membros da cooperativa USTOI, registrada em sua região. Na primeira vez em que solicita um empréstimo, um cliente do USTOI pode receber entre US\$ 300 e 450, por um período de quatro meses. Clientes aptos a receber crédito podem submeter pedidos sucessivos, com valores crescentes, desde que paguem os anteriores. A taxa de juros é de 2% ao mês. Não é necessário apresentar avalista ou garantia real para obter o empréstimo. Se um membro do grupo falhar com sua prestação mensal, todos os demais membros do mesmo grupo são responsáveis por saldar esse débito. O USTOI estimula especialmente as mulheres empreendedoras que mantêm pequenos negócios.

A Fundação Nachala é uma coalizão global de instituições de microfinanças que foi criada em 1993, com apoio da Opportunity International (OI). A Nachala oferece créditos individuais na faixa entre US\$ 500 e 1.500 para empreendedores que nunca tomaram empréstimos. Uma vez pago o primeiro empréstimo, o empreendedor pode tomar um novo, de valor crescente. O empréstimo máximo, para o terceiro empréstimo consecutivo é de US\$ 8.000. Em casos especiais, a Nachala pode aprovar empréstimos de até US\$ 20.000. O valor médio dos empréstimos concedidos, até 31 de dezembro de 2001, era de US\$ 1.990.

Financiando a agricultura urbana

Os resultados dos programas internacionais descritos acima são positivos e encorajadores – novos empregos foram criados, a produção ecológica de alimentos foi ampliada, e pequenos negócios foram desenvolvidos. Embora a agricultura urbana não seja um objetivo a ser apoiado especificamente, as atividades agrícolas que foram apoiadas com os empréstimos se realizavam quase sempre em cidades, envolvendo a produção ou o processamento dos produtos. O número total de créditos concedidos nessas condições, identificados por essa pesquisa, chegou a 341.

O papel das organizações que podem apoiar ou intermediar sistemas de crédito para os pequenos produtores é muito importante, e são necessárias mais instituições dedicadas a criar novas metodologias de financiamento. As organizações regionais de agricultores que podem fornecer garantias para seus membros devem ser apoiadas, bem como a troca de experiências com outras organizações de outros países membros da União Européia.

Embora esses programas implementados por agências doadoras sejam ótimos exemplos de como o apoio internacional pode trabalhar com instituições locais para distribuir pequenos empréstimos produtivos, ainda assim os mais pobres continuam excluídos por não terem acesso ao sistema de crédito formal. Os produtores ficam relutantes de hipotecar suas casas, que é a única garantia aceitável pelos bancos. A terra não é aceita como garantia por que ainda não existe um mercado de terras com liquidez suficiente. Além disso, os tomadores de crédito ainda são forçados a trazer avalistas para garantir seus empréstimos.

Não há políticas públicas de apoio à agricultura urbana, nem existe, por parte do estado, qualquer reconhecimento oficial dessa atividade, que nunca é considerada nos relatórios macroeconômicos e nas estratégias governamentais. Por sua própria natureza, os agricultores urbanos não são, comumente, produtores comerciais, pois praticam a agricultura mais para o consumo próprio e de suas famílias. Não costumam vender seus produtos e é difícil para eles saldarem os empréstimos que por acaso tomam, devido à instabilidade de seus rendimentos.

Essa é também a razão pela qual lhes é difícil obter crédito nas instituições financeiras comerciais. Por outro lado, esses mesmos produtores estão habilitados a tomarem as várias modalidades de “crédito ao consumidor” oferecidas pelos bancos, que é a forma mais fácil de crédito disponível, mas com taxas de juros muito mais altas do que os créditos para atividades produtivas. Qualquer pessoa pode solicitar esse tipo de crédito, sem garantia, apenas com a recomendação de avalistas. Entretanto, não é muito popular pois sua taxa anual de juros é bastante alta: 16%.

Recomendações

Uma política adequada é necessária para melhorar o sistema financeiro. Desde que a oferta de doações não é sustentável, a alocação de créditos de pequena escala é a melhor opção. O papel das organizações financeiras intermediárias, que podem fornecer garantias, é muito importante. O melhoramento e o fortalecimento das estruturas locais, como as “kasas” mútuas (ver caixa abaixo), também são medidas fundamentais.

A crescente agricultura urbana comercial precisa de apoio político na forma de crédito, de um sistema de cooperativas rurais no país, de um mercado de terras funcionando melhor, e de transações eficientes de mercado e fora dele. Medidas adicionais no sistema bancário objetivando os produtores urbanos também são necessárias, como esquemas de garantia mais flexíveis, procedimentos legais apropriados, prazos mais longos de pagamento das dívidas, e taxas de juros mais baixas, entre outras medidas.

Além disso, uma abordagem menos burocrática dos bancos com relação a seus clientes é necessária. Promover mais treinamento para os funcionários dos bancos e para os pequenos agricultores urbanos é essencial para desenvolver procedimentos mais adequados para concessão dos empréstimos e para o seu gerenciamento produtivo.

“Kasas” mútuas

O apoio mútuo entre os produtores é um dos caminhos para melhorar o acesso ao crédito. As “kasas” mútuas de empregados existiam em muitas companhias e indústrias durante a era comunista e serviam para os empregados tomarem pequenos empréstimos relativamente baratos. Nesse sistema, os membros são responsáveis pelas regras. Eles contribuem diretamente com uma parcela de seus salários (usualmente de 1 a 2,5 dólares por mês) para a cooperativa, formando um capital pelo qual recebem uma remuneração à taxa de mercado. Essas caixas então fornecem empréstimos aos membros variando entre US\$ 150 até US\$ 1.000, correspondendo de 3 a 5 vezes o valor que o tomador já tenha acumulado no caixa da cooperativa. O principal benefício de ser membro é ter acesso a esses pequenos empréstimos. Esse sistema também pode ser muito útil para os agricultores urbanos.

Notas

1. A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Gerenciamento do solo e da água na produção agrícola em áreas urbanas” (SWAPUA na sigla em inglês), financiado pelo EC/INCO.

Referências

- Soil and Water Management in Agricultural Production in Urban Areas OF CEE-/NIS countries
- INCO: International Scientific Cooperation Projects (1998-2002)
- Yoveva, A e Mishev, P. 2001. Using urban agriculture for sustainable city planning in Bulgaria: the case of Trojan. Revista de Agricultura Urbana n. 4.
- Roussenova, L e Nenkov, D. 2000. Agricultural Finance and institutional reforms in Bulgaria.

Investimentos na agricultura urbana para reduzir a pobreza nas Filipinas

Estelita M. Aquino

Prefeita de Moncada

Joseph H. Batac - batacjo@bulacan.ph

Consultor

Nos últimos 20 anos, a população de Marilao vem aumentando à taxa de 9,4% por ano – 4,5 vezes mais do que a média nacional filipina. A migração a partir do campo contribuiu com 85% desse aumento populacional urbano.

Em 1995 foi preparado um plano de desenvolvimento para Marilao cobrindo o período 1996-2000. A política para a agricultura local, como parte desse plano, enfatizou o aumento da produção combinado a maior acesso a financiamentos. Na época da formulação do plano, 58% das terras agrícolas do município já tinham sido convertidas para uso habitacional, industrial, comercial e de serviços, resultando na degradação do solo, na deterioração das águas superficiais, na poluição do ar e na redução das safras locais de alimentos tradicionais. Além disso, a expansão urbana teve forte impacto no valor das terras agrícolas. Os donos de terra optaram por vender suas propriedades, dada a valorização dos preços, e os agricultores se deixaram seduzir por ganhos financeiros que exigiriam muitas décadas de trabalho duro na agricultura.

Programa de compostagem

Essas realidades técnicas e econômicas não favoreceram a implementação da política definida em 1995 para o setor agrícola. A oportunidade para reformar essa política apresentou-se quando a municipalidade começou, em 1997, a produzir composto com o lixo biodegradável gerado em 22.363 domicílios, dois mercados e aproximadamente 350 microempresas.



Composto pronto para ser distribuído. Foto: Leonora Angeles

Vários estudos sobre o aproveitamento do composto foram realizados com os interessados da comunidade, incluindo os produtores tradicionais, as donas-de-casa de classe média, e os pobres urbanos sem terra – sendo esses últimos os maiores interessados no desenvolvimento da agricultura urbana.

Uma pesquisa, em 881 domicílios, revelou que aproximadamente metade dos pobres urbanos sem-terra desempregados ganham menos de US\$ 3 por dia. O nível de renda dos pobres urbanos não é muito diferente dos agricultores tradicionais de Manilao, estimado em US\$ 2,10 por dia. Da renda total dos pobres urbanos sem-terra, 67% é gasto com comida. Reduzir os gastos dos pobres urbanos com comida é o objetivo principal do programa de produção de alimentos baseados em compostagem.

A migração da pobreza das áreas rurais para as áreas urbanas

A sra. Adelfa Co é uma mulher sem terra pobre que ganha em média US\$ 2 por dia (P100) trabalhando com confecção de roupas. Ela não tem emprego permanente e, nos últimos cinco anos, tem sido cada vez mais difícil conseguir trabalho temporário.

Há 15 anos ela vivia informalmente perto de uma linha férrea abandonada, com sua mãe e duas crianças, em uma área de 30 m².

Ela soube do programa de agricultura urbana em Marilao quando participou de um seminário sobre redução da pobreza urbana. Lá ela conheceu o modelo de produção de hortaliças a partir de composto, e imediatamente percebeu o potencial para resolver o problema permanente de falta de comida em sua mesa.

Ela uniu-se ao programa de poupança e crédito mantido por uma associação local para moradores pobres. A cada dia, Adelfa separava um peso (US\$ 2 cents), e após quatro semanas recebeu terra compostada, sementes e alguns vasos (potes) plásticos. Após dois meses, ela já estava colhendo hortaliças para a família. Agora, ela está planejando expandir sua horta em potes no telhado não só para alimentar melhor a sua família, mas também para vender os excedentes.

O esquema de investimento

Entre 1998 e 2001, a municipalidade investiu recursos humanos, tempo e logística na coleta de materiais orgânicos (lixo biodegradável) e no processamento e uso do composto para produção agrícola. O investimento municipal para a produção de composto incluiu a área, as instalações, o maquinário, as campanhas educativas e o veículo usado na coleta.



*Potes com hortaliças produzidas em um terraço.
Foto: Joseph Batac*

As hortaliças são cultivadas em potes plásticos flexíveis. Esses potes são baratos e fáceis de serem movidos. Eles podem ser empilhados, ou dispostos em círculos para otimizar o uso dos espaços. Em um mesmo pote, podem-se cultivar, sucessivamente, seis a oito safras de hortaliças durante o ano.

São cultivadas várias hortaliças, incluindo tomate e pimenta e trepadeiras como o chuchu, que, por precisarem de mais espaço, são plantadas sobre o telhado, onde ajudam a reduzir o calor provocado pela radiação solar.

Orientação e treinamento também são oferecidos sobre escolha dos cultivos, tecnologias produtivas usando composto, e economia doméstica e poupança.

Cada moradia pobre capacita-se para produzir parte dos alimentos que consome. A relação custo/benefício da produção doméstica de alimentos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1: Análise de custo/benefício da produção doméstica de hortaliças usando composto produzido localmente

Fonte: Municipal Urban Poor Affairs Office (23kB)

Valores em dólares americanos.

Aspectos	Base de cálculo	Valor (US\$)
Benefícios Valor monetário da produção média por produtor de hortaliças (560 potes a 0,15 kg/pote a \$0,2/kg/45 dias)	\$0,237/dia em 30 dias	\$11,20/mês
Custo de produção		
1. Sementes		.
2. Taxa pela água do poço artesiano		0,02
3. Depreciação dos potes de plástico		0,05
		0,17
* Custo Total de produção por pote		0,24
Poupança diária ou semanal que o produtor deve fazer para sustentar a produção	\$0,02/dia ou \$0,14/semana	0,30/mês

O custo da mão-de-obra não é incluído já que a produção se baseia no trabalho de membros da família que irá consumi-la. Para que a produção de hortaliças seja sustentável financeiramente, o custo mensal das operações deve ser recuperado. Um esquema obrigatório de poupança individual de US\$ 0,02 por dia ou US\$ 0,60/mês foi implementado. Essa quantia de poupança diária é equivalente a 9,26% da média de renda diária (US\$ 3,24) dos pobres urbanos sem-terra. Esse nível de poupança obrigatória foi considerado viável baseando-se nos resultados das pesquisas realizadas.

Para começar a implementação de ambas as atividades (produção em potes de hortaliças adubadas com composto, e esquema de poupança obrigatória), a prefeitura destinou recursos para as compras iniciais de potes e sementes, e para os sistemas de organização e gerenciamento. Os desafios representados pelo acesso limitado à terra para plantio e pelo custo dos insumos foram devidamente enfrentados.

Resultados e desempenho

A produção doméstica de alimentos em potes usando composto como adubo não apenas reduziu as despesas dos pobres urbanos sem-terra mas também lhes assegurou um suprimento de alimentos frescos, saudáveis e nutritivos. Além disso, o esquema de poupança lançado nas comunidades mais pobres ajudou a combater a cultura do simples assistencialismo. O investimento na produção de composto garantiu o fornecimento estável de solo fértil para uso na agricultura urbana. O reaproveitamento do lixo orgânico resultou na reciclagem de nutrientes e na redução da emissão de gás metano, bem como na redução de terra necessária para a disposição final do lixo municipal.

O sistema local de gerenciamento do programa de poupança incluiu o controle individual (cadernetas pessoais), guarda local e bem segura dos valores recolhidos, registros acurados e transparentes, e auditoria exercida mutuamente por outras entidades congêneres localizadas na mesma cidade e em outras. Um mês de treinamento seguido por dois meses de operações resultou em aproximadamente 10% dos pobres urbanos munidos de suas próprias cadernetas de poupança.

Replicabilidade

Considerando-se que existem 2.500 domicílios de pobres urbanos sem-terra em Marilao, o número potencial de potes necessários para a prática da agricultura urbana totaliza 2,8 milhões de potes, para os quais serão necessárias cerca de 5.600 toneladas de composto. Essa quantidade de composto pode ser preparada em quatro anos, considerando-se a capacidade de produção existente. Depois disso, a produção de composto será usada para o reabastecimento. Baseando-se em estudos referentes à aplicação de composto, o volume da produção potencial é mais que suficiente para atender o consumo estimado da população de Marilao, enquanto que o excedente poderá abastecer os mercados da região metropolitana de Manila, que se encontra bem próxima de Marilao (apenas 5km de distância).

É importante notar-se que o consumo médio diário de hortaliças folhosas nas Filipinas é o mais baixo nos anos recentes. Para reverter esse quadro, o programa de agricultura urbana de Marilao vai continuar promovendo a utilização de telhados entre os pobres urbanos sem-terra, sendo que os investimentos em comunicação e divulgação do programa já foram incluídos no orçamento municipal para os próximos cinco anos (2003 a 2008).

Lições aprendidas e recomendações

Os investimentos em agricultura urbana em Marilao constituem-se uma estratégia para aumentar a renda familiar dos pobres urbanos sem-terra e melhorar sua segurança alimentar. Como qualquer atividade econômica, o investimento de Marilao considerou a relação custo/benefício para os indivíduos e para as organizações envolvidas. Os maiores interessados incluíam os produtores, os proprietários de classe média e os pobres urbanos sem-terra.

O investimento em tecnologia evoluiu de iniciativas locais em resposta ao desafio representado pela quantidade crescente de lixo sólido, buscando o máximo de reciclagem e o mínimo de despesas com sua destinação final. O processo incluiu a participação dos proprietários de classe média, que passaram a separar o seu lixo orgânico. O investimento em educar esses proprietários com relação ao manejo adequado de seu lixo orgânico incluiu a tecnologia do "marketing" social nas atividades e no apoio logístico.

Como uma medida paralela de apoio, o município investiu em um sistema específico de coleta dos resíduos orgânicos. Essa coleta especial foi implementada sem taxas extras para as residências envolvidas. A recuperação dos custos não vem pela venda do composto, mas antes por seu uso para aumentar a segurança alimentar entre os pobres urbanos sem-terra. Eventualmente haverá um potencial para vender as hortaliças excedentes na região metropolitana de Manila.

O programa exigiu certa reestruturação da organização municipal, com a criação de um Escritório de Assuntos de Combate à Pobreza Urbana. Essa iniciativa incluiu a pesquisa e o eventual desenvolvimento de um banco de dados, um levantamento do trabalho das associações locais, e serviços de apoio relacionados à saúde, educação e emprego.

Talvez a característica mais importante desse programa tenha sido a combinação da agricultura urbana com a formação de um fundo de poupança entre os produtores. Esse fato irá assegurar a sustentabilidade dessa iniciativa visando o fornecimento de alimentos frescos, saudáveis e nutritivos para os pobres urbanos.

A transformação do município mais sujo no mais limpo da Província

O município de Moncada está localizado 153 km ao norte de Manila, e tem uma população de cerca de 50.000 pessoas. De sua área total de 8.868 hectares, 64% ou 5.544 hectares são usados para agricultura, com a produção de arroz ocupando 76% dessa área agrícola.

No último trimestre de 1997, o município foi classificado como o segundo mais sujo da Província. A prefeitura considerou tal fato um desafio e iniciou um programa de manejo dos resíduos sólidos no dia seguinte à divulgação desse resultado. Entre 1999 e 2002, em pesquisas semelhantes, o município passou a ser classificado como o mais limpo da Província

A Cooperativa Feminina de Crédito de Moncada

A Cooperativa Feminina de Crédito de Moncada foi criada em 1991 por 43 mulheres, para que elas tivessem uma fonte alternativa de financiamento bem como um programa de poupança acessível para suas famílias. Começando com um capital de aproximadamente US\$ 800, nos dez anos seguintes a cooperativa teve seu capital aumentado para os atuais US\$ 900.000, reunindo mais de 1.150 associadas, incluindo pequenas empresárias, professoras, comerciantes, empregadas e até mulheres filipinas que vivem no exterior.

A política de só aceitar mulheres baseia-se na crença de que as mulheres filipinas têm a missão de gerenciar as finanças de suas famílias, garantindo que haja um orçamento capaz de cobrir as despesas familiares básicas, bem como uma poupança para reunir recursos que lhes permitam superar gradualmente a situação de pobreza.

Manejo do lixo

Para vencer o desafio de manejar adequadamente o seu lixo orgânico, a esposa do prefeito de Marilao, fundadora e diretora da Cooperativa Feminina de Crédito de Moncada, juntamente com diversas funcionárias dessa cooperativa, participaram de uma série de visitas e seminários de treinamento sobre o tema.

A Prefeitura concluiu que o lixo orgânico tem um grande potencial para gerar renda. Ao mesmo tempo, a diretora da Cooperativa foi eleita prefeita de Moncada em 1998, e como providência imediata, assinou um Termo de Parceria (TdP) entre a Prefeitura e a Cooperativa para criar o programa de Gerenciamento e Reciclagem do Lixo visando reduzi-lo a zero. O TdP estabeleceu as seguintes atividades:

- redução do lixo sólido no mercado público e nas áreas vizinhas;
- reciclagem do lixo inorgânico por meio da coleta e destinação adequada de plásticos, alumínio, papel, papelão e vidro;
- estímulo às oportunidades de negócios representadas pela compra e venda de recicláveis; e
- conversão do lixo orgânico biodegradável em adubo combinado com estrume animal e outros resíduos orgânicos úteis.

Nos últimos quatro anos, a prefeitura e a cooperativa investiram no programa um total de US\$ 119.152 (57% e 43%, respectivamente), graças à sua situação financeira relativamente estável.

A municipalidade também iniciou uma campanha educacional estimulando o manejo adequado dos resíduos no mercado público e nas áreas urbanas. Essa campanha foi apoiada por um sistema de coleta, bancado pela prefeitura, que destinou mais quatro veículos especificamente para o programa.

Programa de Compostagem

Os vendedores que trabalham no mercado público foram os primeiros a responder à proposta do programa, separando os resíduos recicláveis inorgânicos dos orgânicos. Para tanto, foi designado um local para os trabalhos de compostagem, no início de 1999.

A produção de composto iniciou-se em meados do mesmo ano, com o composto pronto sendo vendido às associadas da cooperativa e a outros cidadãos, baseando-se em um programa de incentivo relacionado ao pagamento do imposto territorial urbano municipal. As usuárias do composto verificaram um aumento de 16% ao ano em suas colheitas, e uma redução de 8% nas despesas com a compra de adubos químicos.

A prefeitura e a cooperativa também já consideraram a possibilidade de converter toda a cidade de Moncada para a agricultura orgânica nos próximos anos. A municipalidade irá cobrir os custos com investimentos adicionais para a coleta de lixo biodegradável enquanto que a cooperativa feminina vai apoiar as atividades de produção e comercialização.

Até o presente, a Cooperativa Feminina de Poupança e Crédito de Moncada foi a única cooperativa a sobreviver mais de dez anos em toda a Província. A presidente e a diretora-gerente da cooperativa atribuíram seu sucesso à capacidade das mulheres de Moncada de se dedicarem com grande disciplina ao gerenciamento de suas finanças, ao elevado espírito ético aplicado ao trabalho, à perseverança e ao compromisso com o sucesso de seus esforços. O engajamento da cooperativa com a reciclagem dos resíduos sólidos está enraizado na preocupação natural das mulheres em preservar a limpeza em suas casas, e na manutenção da saúde e da higiene. Assim, as mulheres associadas à cooperativa são as principais “vendedoras” e “promotoras” da importância do composto junto a seus maridos agricultores.

Referências

- Cabanilla, Liborio S. e Paunlagui, Merlyne M (editors). 1999. Food Security in the Philippines. Institute of Strategic Planning and Policy Studies in cooperation with the University of the Philippines Center for Integrative and Development Studies, Manila, Filipinas.
- Mayor's Office of Moncada. 2002. Ecological Solid Waste Management and Recycling Project of Moncada: A Case Study. (inédito).
- Prefeitura de Marilao. Janeiro de 2002. Poverty Survey.
- Prefeitura de Marilao. 1997-2002. Marilao Annual Budget.
- Prefeitura de Marilao. 2001. Solid Waste Characterization Study.
- Prefeitura de Marilao. Dezembro de 2001. Terms of Reference for the Marilao Urban Poverty Reduction Project.
- Prefeitura de Marilao. 1998-2001. Annual Malnutrition and Micro-Nutrient Deficiency Report.
- Prefeitura de Marilao. 1980, 1988, 1995. Marilao Comprehensive Land Use Plan (minuta)
- Entrevistas pessoais. Dezembro de 2002. com Remedios M. De Guzman, Brenda E. Gison, Gerente Geral, e Florida A. Cajulao, contadora-chefe da Moncada Women's Credit Cooperative; agricultores Romeo Arlantico e Romulo Galzote; agrônoma municipal Mageline Bautista, e funcionário da Secretaria de Finanças Municipal Emilia Quilet.

Usando composto urbano na agricultura urbana na Índia

Almitra H Patel - almitrapatel@rediffmail.com

Bangalore, Índia

A compostagem dos resíduos urbanos é uma exigência legal para todos os núcleos urbanos na Índia, mas os governos central e estaduais ainda precisam perceber isso como um bem social que exige mais apoio oficial.



*Produção de composto em Misore, Índia.
Foto: Almira Patel*

Introdução

A “Revolução Verde” na Índia salvou o país da fome, mas resultou em cerca de 11,6 milhões de hectares de solos exauridos com baixa produtividade por causa do uso excessivo e desequilibrado de adubos sintéticos e pesticidas, e falta de matéria orgânica e de micronutrientes (1).

A compostagem urbana pode suprir essa necessidade e resolver ambos os problemas das terras exauridas e da falta de nutrientes naturais no solo, calculada em 6 milhões de toneladas por ano. Apenas as 35 maiores cidades da Índia poderiam prover 5,7 milhões de toneladas por ano de adubo orgânico se seu lixo biodegradável fosse compostado e retornado ao solo. O Gerenciamento Integrado de Nutrientes (GIN), usando composto urbano associado a adubos químicos, pode gerar uma enorme economia para o país além de ajudar a limpar as cidades indianas. Dificilmente haverá outro programa nacional que possa trazer tamanho benefício, tanto para o setor urbano quanto para o rural.

Estudos de longo prazo sobre a agricultura em terras áridas (15 anos, de 1983 a 1997) (2), demonstraram que parcelas usando adubo orgânico (estrume) associado a adubos químicos propiciaram colheitas 2,5 vezes maiores do que as parcelas de controle, mesmo a longo prazo. O composto urbano contém todos os 17 micronutrientes necessários, derivados dos resíduos biodegradáveis de alimentos, e podem reverter o empobrecimento dos solos indianos. A aplicação do composto associado a adubos químicos torna as colheitas mais resistentes a pragas ao fortalecerem os sistemas radiculares das plantas, ao controlarem a perda de nutrientes e ao evitarem a poluição por nitratos das águas subterrâneas. Os adubos orgânicos desempenham um papel vital na manutenção de uma biologia favorável nos solos e na otimização das suas condições físicas (3). O composto urbano também pode equilibrar os solos excessivamente ácidos ou alcalinos, melhorando sua fertilidade.

Falta apoio municipal

As Regras Municipais para Resíduos Sólidos, editadas em 2000 (4), exigem que “os resíduos biodegradáveis devem ser processados por meio de compostagem, ou minhocultura, ou biodigestão anaeróbia, ou por outro meio biológico apropriado para obter a sua estabilização como húmus”. O prazo final especificado para o estabelecimento, nos municípios, de instalações apropriadas para o processamento do lixo biodegradável ficou agendado para 31 de dezembro de 2003.

A produção e a venda do composto urbano não são necessariamente uma função da administração municipal, mas precisam ser privatizadas para alcançar maior eficiência e segurança. Muitos empresários já se dedicam a essa atividade, e muitas empresas de compostagem já estão implantadas, quase todas em terras públicas cedidas a custos baixos. Essas empresas esperam recuperar seus investimentos em 5 a 7 anos, mas estão enfrentando grandes problemas para produzir composto a partir de lixo orgânico que não foi coletado suficientemente separado dos resíduos inorgânicos, e para comercializar e distribuir seu produto. O governo permanece indiferente ao problema desses produtores de composto (com problemas de capital de giro, dada a sazonalidade da demanda pelo produto) e às necessidades dos agricultores (que precisam do produto no tempo adequado, na quantidade necessária, e a preços acessíveis).

A demanda dos agricultores é alta

Os agricultores na Índia têm usado o lixo orgânico doméstico em seus campos de cultivo há séculos. Hoje existe tal carência desse recurso que os produtores chegam a pagar propina para que os motoristas dos caminhões de transporte de lixo descarreguem, em suas terras, os resíduos que transportam. Sem serem adequadamente compostados e cobertos, esses resíduos em processo de putrefação atraem ratos e insetos que transmitem doenças, e cachorros sem dono que não apenas transmitem raiva (hidrofobia) e parasitas, mas também formam bandos que atacam animais domésticos à noite, mordem pessoas e causam acidentes de trânsito durante o dia. Infelizmente, os agricultores esperam receber composto urbano de alta qualidade tão barato, ou até mesmo grátis, como recebem esse lixo cru, em busca dos benefícios trazidos por seu conteúdo, ainda que baixo, de nitrogênio, fósforo e potássio.

O uso eficiente do composto urbano

Se o lixo urbano fosse compostado adequadamente, antes de ser aplicado ao solo, as cidades ficariam mais limpas, os campos ao redor delas evitariam ter seus solos empobrecidos e degradados, inclusive pelo acúmulo de resíduos plásticos, e a saúde e a higiene nas áreas periurbanas melhorariam significativamente. É difícil imaginar uma solução mais favorável para todos os atores envolvidos do que essa.

Entretanto, existe primeiro a necessidade de os pesquisadores agrícolas incluírem padrões específicos para o uso do composto urbano em seus “esquemas de práticas” para cada tipo de cultivo. Os padrões para o uso do composto estão sendo finalizados a partir de um seminário nacional realizado em abril de 2003. Em segundo lugar, existe a necessidade de tornar o composto disponível para os produtores, criando unidades de compostagem mais descentralizadas, perto dos locais onde ele será usado nos períodos de maior demanda, por exemplo. Os produtores e distribuidores de adubo estão em melhor situação para entender as necessidades dos agricultores, e para conceber soluções, uma vez que eles tenham assumido as necessidades e os benefícios do GIN.

Financiando a produção de composto

A Associação Indiana de Fertilizantes, o principal grupo que defende os interesses dos produtores de adubos químicos, dedica-se intensamente em proteger os subsídios massivos que sua indústria recebe do governo (Rs 142.500 milhões = US\$ 3 bilhões, anualmente), subsídios que aliás não chegam a beneficiar os agricultores. Essa situação está provocando um crescente debate no país.

Apenas 12% desse subsídio anual atenderia todo o capital necessário para implantar unidades de produção de composto nas 400 maiores cidades indianas (que incluem as cidades com populações acima de 100.000 pessoas) e permitiriam a produção de 5,7 milhões de toneladas por ano de adubos orgânicos. O GIN também reduziria custos com divisas estrangeiras e aliviaria o balanço de pagamentos, já que imensas quantidades de fósforo e de potássio são importadas anualmente. Além disso, o governo da Índia gasta Rs 43,19 milhões com subsídios ligados apenas a esses dois nutrientes.

Enfatizar o uso GIN de adubo urbano, que pode ser produzido por todo o país, pode ser uma estratégia bem-sucedida se um esforço inter-ministerial focalizado nesse objetivo for feito. Entretanto, a despeito do fato de o “Departamento de Fertilizantes” ter sido renomeado para “Departamento de Manejo Integrado de Nutrientes” há um ano, nenhuma mudança na sua política foi implementada até agora. A criação de um grupo de trabalho formado por técnicos do Ministério da Agricultura deverá permitir, em breve, a formulação de um Plano de Ação para implementar ações de GIN.

Ignorando os benefícios

Os verdadeiros benefícios econômicos do uso do composto, como o melhoramento da qualidade dos solos, retenção da água, atividade biológica, conteúdo de nutrientes e safras com maior resistência a doenças e pragas, são igualmente ignorados tanto pelos formuladores de políticas públicas quanto pelos fabricantes de fertilizantes. Os produtores de fertilizantes ainda não perceberam que prevenir o esgotamento dos solos e recuperar solos degradados iria, na verdade, aumentar o tamanho de seu mercado e sua parcela no mercado de adubos químicos, que atualmente está ameaçado pela globalização e por preços internacionais que pressionam para baixo os valores que eles gostariam de cobrar por seus produtos. Como as maiores indústrias de fertilizantes pertencem ao governo, outra ameaça é a política oficial, recentemente adotada, de fechar as empresas públicas deficitárias e reduzir os investimentos mesmo naquelas lucrativas.

A produção e a comercialização do composto urbano

Possuir suas próprias centrais de produção de composto seria a melhor opção para a indústria de fertilizantes. Essa também seria uma iniciativa muito mais eficaz para o governo, do ponto de vista administrativo, do que a atual política de subsídios.

As fábricas de fertilizantes existentes que implantassem uma divisão de produção de composto, terceirizando operações se necessário, seriam muito mais lucrativas do que as empresas dedicadas unicamente a essa atividade, por que as fábricas de fertilizantes já têm os recursos humanos e os conhecimentos técnicos necessários para implantar as unidades de compostagem. Elas também poderiam usar essas centrais de compostagem para deduzir impostos, demandando uma depreciação de 100% no custo dessas instalações por conta da redução da poluição urbana, bem como a dedução de 100% nos lucros obtidos pela venda do composto.

Além disso, elas poderiam requerer vários subsídios estatais disponíveis para atividades voltadas para a recuperação dos solos agrícolas.

A comercialização do composto associado à uréia (adubo químico rico em nitrogênio) pode tornar-se um investimento de longo prazo com custos mínimos para as indústrias de fertilizantes, considerando-se que elas já possuem suas amplas redes de venda e distribuição por todo o país, com acesso a instalações de armazenamento mantidas pelo governo que são vedadas para as empresas produtoras exclusivamente de composto.

Iniciativas propostas de políticas públicas

O que é preciso, imediatamente, é um amplo programa de experiências de campo, integrado por institutos como o Conselho Indiano de Pesquisas Agrícolas e por todas as indústrias produtoras de fertilizantes, para estabelecer as melhores práticas e proporções para o uso combinado do composto urbano e fertilizantes químicos para os diversos cultivos e tipos de solo.

Os Centros Nacionais de Desenvolvimento de Biofertilizantes estão para ser transformados em Institutos Nacionais de Agricultura Orgânica, e deverão ser usados para promover o GIN e o uso combinado de insumos orgânicos e minerais.

Também existe uma grande necessidade para desenvolver padrões aceitáveis para o composto urbano. Não apenas devem ser especificados os limites para a presença de metais pesados, nas regras que regulam o manejo de resíduos sólidos, mas outros aspectos relacionados à presença de sementes de plantas invasoras e de patógenos, presença de nutrientes, capacidade de retenção de água etc. Tais padrões são também importantes para rebater rumores negativos estimulados pelos interesses contrários à prática da compostagem como recurso natural e barato para promover a fertilidade do solo.

Tanto o governo central quanto os estaduais devem exercer uma política pró-ativa de aquisição do adubo urbano produzido. Todas as cidades que tenham seu lixo orgânico devidamente compostado devem ser obrigadas, por políticas públicas, a comprar de volta pelo menos 30% de todo o composto produzido para usar em seus parques e jardins, ou para recuperação de áreas degradadas, melhoramentos urbanísticos, aterros, plantios de árvores em logradouros públicos e viveiros de produção de mudas.

Atualmente, as empresas produtoras de composto que precisam de capital de giro financiado por bancos, devido à sazonalidade da demanda por parte de seu mercado e ao alto custo de manter estoques de composto à espera da época quando surgem os compradores, não conseguem usar esses estoques como garantia para tomar crédito, devendo hipotecar suas instalações e terrenos, que valem cerca de 10 a 20 vezes mais que o empréstimo buscado, como garantia. Esse tipo de política creditícia precisa ser revisto.

O financiamento agrícola deve ser alterado para incluir a compra, pelo governo, de grandes quantidades de composto a serem encaminhados aos produtores no início da época de plantio. O custo desse insumo seria deduzido, pelo governo, do valor a ser pago nas compras que faz dos produtores. O uso do composto deve ser apoiado semelhantemente a outras ajudas, como os subsídios para transporte e disponibilidade de armazenamento para a uréia e fertilizantes químicos, caso se queira mesmo viabilizar o GIN.

Também é necessário discutir melhor as várias opções para processar o lixo orgânico. Hoje a prática conhecida como “energia a partir do lixo” (Waste-to-Energy - WTE) está sendo muito promovida como uma alternativa à compostagem, pelo Ministério de Energias Não Convencionais, a despeito dos fracassos verificados nas instalações construídas para viabilizar essa prática e dos escândalos envolvendo as imensas quantias destinadas a subsidiá-la. A pressão, exercida por empresas estrangeiras e agências de desenvolvimento internacional, para promover tecnologias de WTE que já estão sendo descontinuadas no exterior, é muito grande, e constitui-se em sério impedimento para que as cidades possam decidir-se objetivamente a favor da opção prevista em lei e muito mais viável, ou seja, a transformação do lixo em composto.

Finalmente, a compostagem precisa ser vista pelos formuladores de políticas não apenas como uma opção entre outras para o processamento e disposição do lixo urbano, mas também como uma necessidade imperativa para a reciclagem dos nutrientes e melhoramento do solo em uma economia marcadamente agrícola.

Notas

1. TERI = Tata Energy Research Institute. Looking Back to Think Ahead: Green India 2047, p. 285.
2. UAS = University of Agricultural Sciences, Bangalore : All-India Co-ordinated Research Project on Dryland Agriculture, quoted in Down To Earth Magazine, 15 de novembro de 2001.
3. FAI's Fertiliser News, abril de 1997, p. 66.
4. Municipal Solid Waste (Management & Handling) Rules 2000, editado pelo Ministério de Ambiente e Florestas do Governo da Índia em 25 de setembro de 2000.

Serviços financeiros formais e informais na Nigéria

Ogunbayo Olatunde Samson - olatsone2003@yahoo.co.uk
Bunjoal (Agri-Vet) Company, Akure, Ondo, Nigéria

O crescimento e o desenvolvimento da agricultura urbana, como uma resposta à pobreza nas cidades e ao aumento dos preços dos alimentos, são evidentes na Nigéria. A urbanização e o aumento da produção de alimentos nas cidades constituem uma base econômica indispensável para vários serviços urbanos locais, entre os quais os ligados à saúde, à educação e à extensão agrícola.

Instituições financeiras

O financiamento agrícola pode ser classificado como formal ou informal. As instituições financeiras formais estão sujeitas às leis que regulam o setor bancário e a outras normas específicas para o setor financeiro, que inclui o Banco Central, os bancos públicos e privados, e o mercado de capitais. As instituições financeiras informais operam fora desse sistema legal, e são dominadas por mecanismos de controle e normas criadas pela dinâmica social. Esse setor é formado pelos emprestadores profissionais, pelos amigos e parentes, e por grupos informais de poupança chamados de “Esusu” e de “Ajo”

Governo nacional

O Banco Central da Nigéria (BCN) vem apoiando os programas agrícolas desde sua criação há mais de 40 anos. Ele é a principal instituição normativa do sistema bancário nigeriano. Para induzir os bancos comerciais e de desenvolvimento a melhorarem seus sistemas de crédito para todos os sub-setores da agricultura e a minimizarem os riscos inerentes aos créditos agrícolas, o governo federal nigeriano, em cooperação com o BCN, estabeleceu o Fundo-Esquema de Garantias para o Crédito Agrícola (FEGCA), por meio do Decreto Nº. 20, de 1977. O capital do FEGCA foi elevado em 1999 para permitir o aumento do crédito e do apoio à agricultura urbana (incluindo empréstimos sem avalistas e empréstimos para associações e sociedades cooperativas).

Bancos comerciais e cooperativos

O Banco de Crédito Agrícola e Cooperativo da Nigéria Ltda. (BCACN) foi criado pelo governo federal especialmente para fornecer crédito ao setor agrícola da economia. O BCACN dedicou significativos esforços no desenvolvimento e promoção da agricultura urbana.

O Banco concede empréstimos a taxas de juros subsidiadas. Além disso, o Banco fornece financiamento e investimentos diretos no capital social dos principais empreendimentos em agricultura urbana e em agroindústrias localizadas nas cidades. O BCACN é a principal instituição financeira voltada para a agricultura no país. O Banco de Crédito Cooperativo Agrícola e de Desenvolvimento Rural (BCCADR) é o resultado da fusão entre o Banco Popular da Nigéria, o Banco de Crédito Agrícola e Cooperativo da Nigéria e a Corporação Nigeriana de Agricultura, e foi criado para apoiar os agricultores e os pequenos comerciantes.

Os bancos comerciais têm uma longa história dedicada a financiar o setor agrícola da economia, e têm uma extensa rede de agências por toda a nação.

Organizações de agricultores

Várias organizações de agricultores, como o Congresso Estatal de Agricultores, a Associação de Amigos dos Agricultores, grupos de mulheres agricultoras etc., apóiam a agricultura urbana. A contribuição de várias sociedades cooperativas de agricultores no país também é significativa. Elas se apresentam em uma grande variedade de tipos, por exemplo, cooperativas de poupança e crédito, sociedades cooperativas de comercialização, cooperativas de produção e venda, sociedades com finalidades múltiplas etc.

As cooperativas são organizações empresariais nas quais os membros se incorporam voluntariamente com base na igualdade (cada pessoa um voto) para a promoção de seus próprios benefícios econômicos.

ONGs

As organizações não governamentais estão dando uma contribuição importante para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras. Sua força reside principalmente em seus procedimentos mais flexíveis e sua proximidade aos grupos-alvo.

Ao mesmo tempo, elas se concentram nos centros urbanos e suas periferias. Entretanto, o alcance e a eficiência institucional de muitas ONGs são limitados, já que usualmente elas não podem mobilizar poupanças de nenhum tipo, e são financiadas basicamente por meio de doações.

Grupos informais de poupança: Esusu e Ajo

Grupos informais de poupança existem em todo o mundo, sendo os seus nomes locais, talvez, a única diferença. O Esusu é um fundo para o qual um grupo de indivíduos com características em comum fazem uma contribuição de um valor fixo de dinheiro, gerido por uma pessoa agindo como tesoureiro. Cada membro pode usar o dinheiro, permitindo que um membro em maior necessidade possa receber um empréstimo, concedido sem pagamento de juros.

O Ajo, por outro lado, não concede empréstimos aos seus membros. Os indivíduos contribuem diariamente com uma quantia fixa.

O papel do coletor do Ajo é lembrar aos membros de sua obrigação diária, e guardar o dinheiro coletado. No final de cada mês, os membros recebem de volta a quantia que contribuíram, deduzindo-se o valor equivalente à colaboração de um dia.

Amigos e parentes

É parte da herança cultural que as pessoas mais ricas ajudem seus parentes e amigos menos afortunados por meio de empréstimos. Em alguns casos, os empréstimos não precisam ser saldados.

As necessidades de financiamento dos agricultores urbanos diferem das que afetam os produtores rurais por uma série de razões, entre elas, principalmente:

- as áreas urbanas oferecem mão-de-obra mais abundante;
- o acesso à terra é mais difícil;
- apoio na infraestrutura municipal;
- maior acesso aos mercados (custos de transporte menores e transações mais fáceis);
- grande disponibilidade de resíduos orgânicos.

A principal desvantagem é a dificuldade para desenvolver atividades de maior escala e com fins comerciais, pelas restrições de espaço, normas e posturas municipais restritivas, inconveniência do uso de pesticidas, etc.

Recomendações

Para aprimorar o papel das instituições financeiras no apoio à agricultura urbana, os agricultores devem ser educados no uso do crédito e das instituições de crédito.

A integração da agricultura urbana ao planejamento urbano é necessária, e deve ser facilitada por meio de seminários sobre as políticas que a favoreçam.

As organizações envolvidas com a atividade devem dedicar-se a criar formas de apoio mútuo.

Investimentos e parcerias público-privadas devem ser mobilizados para o estabelecimento de mercados de produtores, para a coleta e reciclagem descentralizadas do lixo orgânico urbano, e para a reutilização segura das águas servidas.

O desenvolvimento da agricultura periurbana na China

Uma nova abordagem em Xiaotangshan, Beijing (1)

Cai Jianming - caijm@igsnrr.ac.cn ou caijianmingiog@263.net

Instituto de Ciências Geográficas e Pesquisa em Recursos Naturais

Tratando-se de um país com uma população imensa e relativamente pouca terra arável, na China a agricultura sempre ocupou uma posição de grande importância em sua economia.



*Trabalhadores colocam composto nas bandejas de sementeira.
Foto: Cai Gaojian*

Resumo histórico

Através da história, o abastecimento de comida na China sempre foi problemático. Essa situação não mudou quando o Partido Comunista conquistou o poder em 1949. Após esse ano, a China iniciou um importante programa de desenvolvimento visando a industrialização, para alcançar o nível das outras nações mais desenvolvidas. Investimentos muito maiores foram destinados ao setor industrial e, como resultado, a falta de comida tornou-se tão grave que muitas pessoas morreram de fome no início dos anos 60 do século XX. O governo central chinês percebeu que era necessário estabelecer um equilíbrio maior entre a indústria e a agricultura: “caminhar com as duas pernas” tornou-se uma diretriz popular para o desenvolvimento regional dos dois setores na China, no final daquela mesma década.

Para promover esse apoio mútuo entre indústria e agricultura, e ao mesmo tempo integrar as economias urbana e rural, a China reorganizou sua organização espacial pela primeira vez, ampliando os limites administrativos da maioria de suas cidades. Por exemplo, a área administrativa total de Beijing foi aumentada de 4.822 km², em 1956, para 16.808 km² em 1958, passando a incluir dez distritos urbanos e periurbanos, bem como oito condados. Para comparação, em 1949 a área total da cidade limitava-se a apenas 63 km², incluindo somente os quatro distritos mais tradicionais.

Essa política provocou o desenvolvimento da agricultura periurbana na China. Assim, a “agricultura suburbana” (conforme a terminologia mais usada pelos estudiosos chineses) está localizada principalmente nas áreas periurbanas, e é totalmente orientada para atender a demanda urbana por hortaliças, frutas, leite, pescado, gado bovino e frangos, além de grãos como cereais e feijões. A agricultura suburbana é relativamente intensiva em mão-de-obra e em capital, com alto nível de produtividade. Ela absorveu muitos produtores rurais e garantiu, de modo estável e diversificado, a segurança alimentar dos moradores urbanos em termos de quantidade. A partir dos anos 60 e 70 do século passado, mais de 70% dos alimentos consumidos (principalmente hortaliças e leite, e excluindo-se os cereais) são produzidos na própria cidade, tendo a agricultura periurbana desempenhado um papel fundamental para se alcançar esse resultado.

Mesmo assim, a oferta de comida na China continuou insuficiente, até que as “Comunas do Povo” (2) foram dissolvidas e a produção agrícola privada foi restabelecida nos anos 80.

Estimulados pelo novo sistema, que permitia aos agricultores tomarem suas próprias decisões com relação ao que produziam, a situação do abastecimento melhorou muito. Muitos trabalhadores rurais começaram a migrar para as cidades atraídos pela alta produtividade da agricultura que lá se praticava, e pela escassez de terras aráveis disponíveis per capita no campo. Por volta dos anos 90, a escassez de alimentos na China, em termos de quantidade, acabou. Entretanto, em termos de qualidade, alguns problemas persistiam.

Essas mudanças, ocorridas no final dos anos 80, e o fim da falta de comida, estimularam a urbanização da China ocorrida na década de 90. Muitas novas cidades nasceram e muitas das já existentes, particularmente as maiores, cresceram ainda mais, tanto em população quanto em área.



Plantio de tomate israelense (mais suculento). Foto: Cai Gaojian

Conseqüentemente, mais pessoas migraram do campo para as cidades, buscando melhorar seu padrão de vida. Esse processo resultou em maior desenvolvimento da agricultura periurbana, devido a:

- o crescimento urbano aumentou a demanda por mais e mais diversificados produtos agrícolas;
- os migrantes rurais substituíam a mão-de-obra barata na agricultura periurbana na medida que muitos produtores começavam a trabalhar no setor industrial; e
- a competição pela pouca terra disponível, disputada por diferentes atividades econômicas, obrigou a agricultura periurbana a se tornar mais eficiente e mais intensiva em capital.

No final dos anos 90, uma mudança importante ocorreu, trazendo um novo desenvolvimento para a agricultura periurbana chinesa.

Em vez de prestar tanta atenção à quantidade do fornecimento de comida, a população começou a priorizar a qualidade dos alimentos.

A China começou a empregar o conceito de segurança alimentar na sua agenda de planejamento, e a considerá-la como uma nova estratégia. Segurança alimentar, hoje, na China, significa um fornecimento suficiente, sustentável, acessível, diversificado e nutritivo de alimentos, e já foi percebida a importância da agricultura periurbana para a segurança alimentar do povo chinês.

Desde então, diversos governos municipais desenvolveram programas destinados a modernizar o setor da agricultura periurbana. Por exemplo, em Beijing (antiga Pequim), bem como em Xangai, foi estimulado o desenvolvimento da ciência e da tecnologia voltadas para a agricultura e foram criados parques demonstrativos. Em Beijing, o parque demonstrativo agrícola de Xiaotangshan é um dos mais modernos existentes hoje na China.

O agroturismo também se tornou um componente muito dinâmico da agricultura periurbana chinesa nos últimos cinco anos, graças ao vigoroso crescimento econômico do país (crescimento da renda familiar, do número de veículos privados, e dos períodos de férias). De fato, o agroturismo tornou-se mais importante do que a agricultura em termos de emprego e renda, em muitos parques na região de Beijing (3).

O moderno parque demonstrativo agrícola de Xiaotangshan, em Beijing

A região de Xiaotangshan era um local reservado para o lazer imperial durante a dinastia Qing, com suas fontes termais abundantes e belas paisagens (4); e há muito já era famosa como destino atraente do agroturismo chinês. Em 1998, o governo municipal de Beijing decidiu desenvolver lá um moderno e grande parque demonstrativo periurbano.

De acordo com o plano-mestre, o parque irá incluir a cidade de Xiaotangshan, mais outras três cidades próximas e 45 vilarejos, cobrindo uma área total de 112 km², que inclui uma população de mais de 40.000 pessoas.

Iniciando-se em 1998, uma série de projetos de infraestrutura foi iniciada. Por volta de 2001, a fase inicial da construção estava completada, e o parque foi aberto ao público. Para fornecer melhores serviços aos mercados urbanos, o parque foi dividido em oito sub-zonas, cada qual tendo seu foco específico. As oito sub-zonas são classificadas do seguinte modo:

Zona de agricultura de precisão:

Nessa zona, todos os processos de produção, como irrigação, fertilização etc., são monitorados e gerenciados por um centro de informações equipado com tecnologias de posicionamento e monitoramento (GPS, GIS e RS), mostrando como as colheitas por hectare podem ser aumentadas em 18 a 30% a baixo custo.

Zona de produção de flores:

Muitas flores populares e de alto custo, como lírios, rosas e crisântemos, são plantadas de acordo com a demanda do mercado. Atualmente a capacidade de produção da zona é de 6 milhões de plantas, incluindo o maior viveiro de mudas de flores existente na Ásia.

Zona de viveiros de árvores:

Essa área, de 156 ha, forma um dos maiores viveiros de árvores da China e da Ásia, e pode produzir 2 milhões de mudas por ano para o mercado urbano, com uma grande variedade de espécies.

Zona de aquíicultura:

Apoiada tecnologicamente pelo Centro Nacional de Engenharia para Piscicultura de Água Doce, essa zona é famosa pelo desenvolvimento de novos produtos aquáticos usando rações verdes. O estrujão é atualmente o seu principal produto.

Zona de criação de ovelhas:

Nessa zona, de cerca de 67 ha, foram investidos 30 milhões de yans (aproximadamente 3,6 milhões de dólares) na infraestrutura necessária para a criação de 800.000 carneiros por ano. Como um importante componente da reestruturação econômica da região, nessa zona são realizadas todas as etapas da criação dos carneiros, desde a criação dos cordeiros até o abate e processamento dos carneiros e ovelhas.

Zona de produção de sementes:

Para acelerar a reestruturação econômica das zonas rurais próximas e aumentar o valor de seus produtos agrícolas, essa zona foi projetada para fornecer, aos produtores rurais, sementes de alta qualidade de flores e de alimentos selecionados. Atualmente, sementes de orquídeas e de morangos são os principais produtos.

Zona de processamento de produtos agrícolas:

Baseados na demanda do mercado urbano, vários produtos agrícolas são cuidadosamente processados nessa zona e enviados para vários supermercados e centros atacadistas. Esses produtos são normalmente exibidos em balcões especiais e vendidos a preços mais altos do que os produtos similares mas de outras procedências.

Zona (e programa) de agroturismo:

Localizadas em volta do antigo palácio real e das bonitas fontes termais, várias áreas do Parque estão incluídas no programa de agroturismo. Elas também oferecem hotéis e instalações para encontros e congressos, treinamentos e atividades de lazer.

O moderno parque agrícola de Xiaotangshan está demonstrando ser uma iniciativa de grande sucesso. Nos últimos três anos, ele já atraiu 51 empresas que estão desenvolvendo seus negócios em suas várias zonas, representando um orçamento total de mais de 3 bilhões de yuans. Cerca de 100.000 pessoas já o visitaram. Espera-se que nos próximos cinco anos mais de 500 milhões de yuans sejam investidos em sua infraestrutura. Em 2008, quando os Jogos Olímpicos forem realizados em Beijing, o parque de Xiaotangshan será uma das áreas de produção de alimentos mais importantes da região e de toda a China.

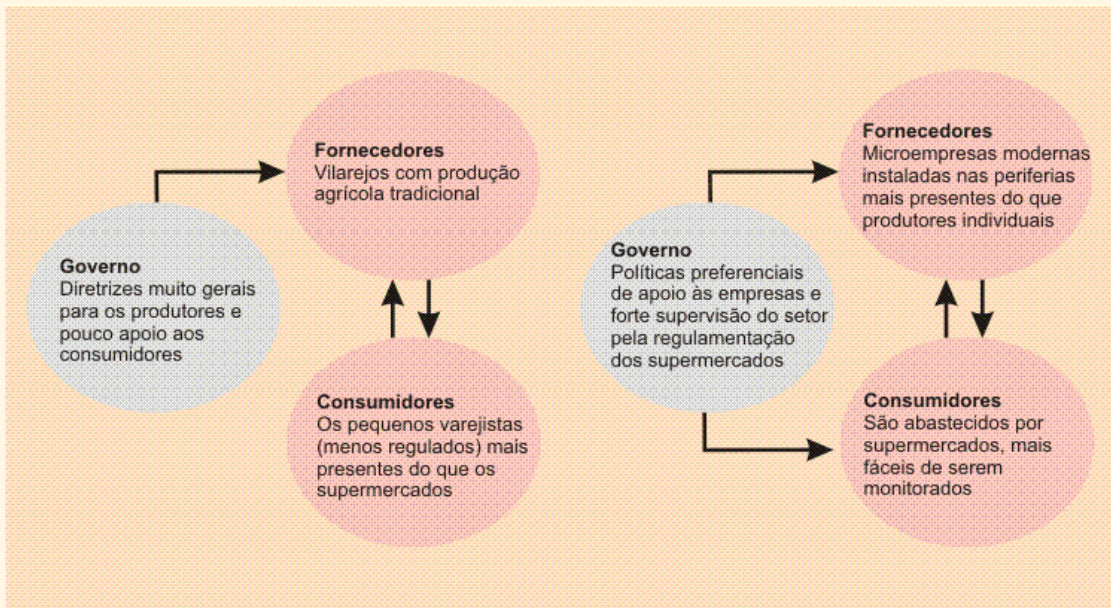
O sucesso do parque demonstra que a agricultura periurbana pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento econômico urbano, não apenas em termos de emprego e retorno econômico, mas também com relação ao melhoramento ambiental. Tornar mais verde a cidade contribui para melhorar a qualidade do ar e evita o crescimento urbano desordenado, que em muitos casos é de difícil controle dada a pressão migratória dos campos para as cidades. Na verdade, é impossível promover um crescimento ordenado das cidades chinesas se as suas áreas periurbanas não forem desenvolvidas adequadamente. O parque de Xiaotangshan já foi indicado como um modelo válido nacionalmente pelo governo central da China.

O modelo de Xiaotangshan tem vantagens sobre as práticas tradicionais da agricultura periurbana na China. Em vez de ser passivamente integrada à dinâmica urbana, essa nova abordagem vai interligando de modo ativo e planejado os sistemas rural e urbano, com o governo e as empresas desempenhando um papel decisivo. Esse modelo, portanto, aprimora sua função e produtividade, e melhora as relações entre campo e cidade. O sucesso do parque reside principalmente nos seguintes componentes:

1. Um forte apoio em todos os níveis do governo é uma pré-condição e uma necessidade, particularmente nos primeiros estágios, quando investimentos iniciais e políticas preferenciais são indispensáveis. Por exemplo: no parque todas as empresas de alta tecnologia têm isenção de impostos e tarifas durante a fase inicial de operações, e uma redução significativa por alguns anos depois (do mesmo modo como geralmente têm as indústrias que se instalam nas zonas de desenvolvimento de alta tecnologia na China)
2. O envolvimento ativo das empresas determina o sucesso do modelo. Como atores-chave, as empresas agem como uma plataforma entre os fornecedores e consumidores, fornecendo serviços tanto para os produtores periurbanos quanto para os moradores urbanos. Com a vantagem da utilização abrangente e intensiva dos recursos físicos e do controle efetivo de qualidade em seus sistemas de produção, o retorno econômico da moderna agricultura periurbana pode ser entre 30 e 50 vezes maior do que antes.

3. A participação e o apoio dos agricultores locais são requisitos básicos para o desenvolvimento continuado do modelo. Os produtores não apenas fornecem a mão-de-obra mas também a permissão para o uso de suas terras, que são de propriedade coletiva.

Figura 1: Comparação das duas abordagens para a agricultura periurbana



Modelo tradicional

- Produtores: residentes em aldeias e vilarejos com produção agrícola tradicional
- Consumidores: Os mercados livres (pouco regulados) predominam sobre os supermercados (mais regulados, e portanto com qualidade mais garantida)
- Governo: Diretrizes gerais para os fornecedores e pouco apoio e garantias para os consumidores.

Modelo novo

- Produtores: trabalhando coordenadamente com empresas modernas,
- Consumidores: supermercados, predominando sobre os mercados livres.
- Governo: políticas priorizando especificamente os supermercados, que são muito bem regulados.

Conclusões

A agricultura continuará exigindo especial atenção na China, onde a imensa população e a relativa escassez de terras agrícolas são sempre uma ameaça potencial à segurança nacional. A crescente preocupação com a segurança alimentar nos últimos anos está fazendo prosperar novas idéias com relação ao desenvolvimento da agricultura periurbana.

Aumentar os limites administrativos da cidade fortalece a integração das economias urbana e rural, e dá à agricultura periurbana mais espaço para se desenvolver. Eventualmente, a agricultura periurbana irá tornar-se parte da economia urbana na medida em que a cidade cresce e se expande.

A agricultura periurbana tem múltiplas funções. A rápido aumento da demanda por produtos mais naturais torna a agricultura periurbana altamente lucrativa. O agroturismo torna-se progressivamente mais importante na sociedade urbana na medida em que os moradores das cidades tornam-se mais ricos, têm mais tempo de lazer e mais preocupação com o meio ambiente.

O desenvolvimento do moderno parque agrícola de Xiaotangshan demonstra que o apoio do governo, o papel decisivo das empresas, e a participação ativa dos agricultores locais constituem-se em uma nova e bem-sucedida abordagem para o desenvolvimento da agricultura periurbana. Esse é um caminho de sucesso para vencer, ao mesmo tempo, os desafios colocados pela integração econômica da cidade com o campo e o desenvolvimento sustentável das regiões urbanas.

Notas

1. O autor gostaria de agradecer especialmente à Academia Chinesa de Ciências pela bolsa de pesquisa em Desenvolvimento Periurbano na China (Grant No. KZCX2-SW-318-02), e ao programa RUAF por suas atividades na China.
2. O modelo das “Comunas Populares” foi a organização básica promovida pelo governo na China rural entre os anos 1958 e 1984. Cada comuna era formada por vários vilarejos e tinha a responsabilidade de operar os bens de capital que eram de propriedade coletiva, inclusive as terras e os equipamentos. A idéia básica por trás das comunas populares era criar uma sociedade mais igualitária, onde as riquezas fossem possuídas por todas as pessoas, e os benefícios divididos mais ou menos igualmente entre elas. Entretanto, essa prática provou-se ser pouco eficiente em termos de produtividade. “Comer todos de um grande pote” desencorajava a iniciativa e o esforço dos indivíduos.
3. Historicamente, nós passamos pela economia baseada na agricultura, pela economia baseada na indústria, e pela economia baseada nos serviços e na informação. Agora nós estamos entrando na economia baseada nas experiências, na qual as pessoas querem participar e experimentar muitas atividades mais por prazer do que para sobreviver. Participar da agricultura periurbana será uma ótima opção e uma forte tendência à medida que cresce a afinidade das pessoas urbanas com a natureza.
4. Na cultura chinesa tradicional, o Palácio Imperial, residência do Imperador, o Filho dos Céus, era considerado como a “cabeça do dragão”, enquanto que as terras situadas ao norte dele eram consideradas como locais privilegiados, já que eram a “coluna vertebral do dragão”. Xiaotangshan está localizada precisamente ao norte da “Cidade Proibida”, o palácio imperial em Beijing, a menos de 30 km de distância.

Referências

- Sit, VFS and Jianming, CAI. 1998 Theories and Hypotheses on China's Urbanisation by Non-PRC Scholars (in Chinese), *Geographical Research* 17(2):
- He Dongsheng, Liu Junping. 2001. Theories and Practices of Agro-tourism (in Chinese). China Agriculture Science and Technology Press, Beijing.
- Xiaotangshan Modern Agriculture Science Park Commission, www.xiaotangshan.org

Publicações de interesse sobre agricultura urbana

GROUP-BASED FINANCIAL INSTITUTIONS FOR THE RURAL POOR IN BANGLADESH: AN INSTITUTIONAL AND HOUSEHOLD LEVEL ANALYSIS

Instituições financeiras baseadas em grupos solidários para os pobres rurais em Bangladesh: uma análise nos níveis institucional e domiciliar

Zeller M., M. Sharma, A.U. Ahmed, S. Rashid. 2001,

Research Institute, Washington D.C.

Disponível em: www.ifpri.org/pubs/abstract/abstr120.htm#download

Diante de respostas inadequadas, tanto por parte do setor governamental quanto do privado, às necessidades de apoio financeiro para os pobres e as microempresas de Bangladesh, as ONGs iniciaram um movimento internacional para oferecer serviços financeiros acessíveis para os pobres. O IFPRI está tornando as lições aprendidas em Bangladesh disponíveis para uma audiência espalhada por todos os países do mundo. Em 1988, o IFPRI publicou uma pesquisa que examinava a abordagem do Grameen Bank para oferecer crédito para os pobres e a maneira como ele afetava a vida de seus clientes. Outros modelos bem-sucedidos de formação de poupança e de oferta de crédito surgiram desde então. Essa pesquisa examina três instituições que representam três abordagens diferentes para famílias organizadas em grupos solidários, analisando os seus principais aspectos. Sobre o mesmo tema, os autores estão preparando um novo documento que logo estará disponível em www.basis.wisc.edu/rfc/themes/models.html

URBAN POLICY IMPLICATIONS FOR FOOD SECURITY IN AFRICAN CITIES

Implicações da política urbana na segurança alimentar nas cidades africanas

UN-Habitat 2002.

Relatório do seminário (com o mesmo nome) realizado em Nairóbi, Quênia, entre 27 e 31 de maio de 2002, organizado pelo programa Habitat, da ONU, em parceria com a FAO, o IDRC e a SIUPA. Esse relatório apresenta um resumo das discussões sobre segurança alimentar urbana e as várias estratégias e mecanismos visando assegurá-la. Os principais temas foram Segurança alimentar e redução da pobreza; Fluxos de alimentos entre o campo e a cidade; Posse da terra e seu uso; Crédito e investimento para a agricultura urbana.

URBAN FRINGE AGRICULTURE

Agricultura na periferia urbana

Asian Productivity Organization, 2002.

Relatório do Seminário da APO sobre agricultura periurbana, realizado em Tóquio, Japão, entre 17 e 24 de maio de 2000 (246 pgs.). Pedidos devem ser encaminhados à Asian Productivity Organization, Tokyo, 102-0093, Japan, Tel (81-3) 52226-3920; www.apo-tokyo.org

Esse relatório contém quatro estudos sobre agricultura urbana e periurbana na Região da Ásia oriental, e analisa o seu futuro e seus desafios a partir de relatórios sobre a situação em 19 países: Bangladesh, China, Fiji, Índia, Indonésia, Malásia, Mongólia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietnam.

LEARNING FROM CLIENTS: ASSESSMENT TOOLS FOR MICROFINANCE PRACTITIONERS

Aprendendo com os clientes: ferramentas de avaliação para praticantes de microfinanças

Nelson C., Garber C. (editores, com contribuições de B. McNelly, E. Edgcomb, G. Gaile, K. Lippld, N. Horn, e B. Beard). 2001.

The Seep Network (The Small Enterprise Education and Promotion Network), Management Systems International, Washington D.C. 341 pgs. Disponível em: www.microfinancegateway.org/static/1646.htm

Esse manual contém todo um processo aprofundado de consulta e pesquisa de campo, acompanhado por reflexões e propostas de melhoramento. O processo foi conduzido por uma equipe da Seep Network, uma organização privada de praticantes voluntários. Foi complementado pela orientação dos pesquisadores da AIMS e da USAID, e envolveu praticantes de ONGs ligadas à microfinanças em seis países ao redor do mundo, como pesquisadores, estagiários e usuários de primeira mão. Dessa união de diversas experiências e habilidades, surgiu um documento que oferece muitos avanços críticos na prática de levantamento de impacto de médio prazo: orientação detalhada – escrita por e para praticantes – para o planejamento e implementação de avaliação de impacto e para analisar todos os dados gerados; um conjunto coerente de ferramentas quantitativas e qualitativas que abordam as hipóteses mais comuns envolvidas em programas de microfinanças; explicações claras dos indicadores e medidas usados, juntamente com discussões complementares de conjuntos adicionais de potencial interesse para os usuários; e métodos que fornecem informação sobre impacto e satisfação dos clientes e que resultam em retroalimentação específica para aperfeiçoamento dos programas.

DISTRIBUTION, GROWTH AND PERFORMANCE OF MICROFINANCE INSTITUTIONS IN AFRICA, ASIA AND LATIN AMERICA

Distribuição, crescimento e desempenho das instituições de microfinanças na África, Ásia e América Latina

Lapenu, Cand Zeller M. 2001.

International Food Policy Research Institute (IFPRI), Washington D.C., 34 pgs.

Disponível em: www.ifpri.org/divs/fcnd/dp.htm

Quantas instituições trabalhando com microfinanças existem no mundo? Qual é o desempenho delas? Em 1999, uma equipe do IFPRI dedicada à microfinança desenvolveu uma pesquisa sobre as "instituições de microfinanças" (IMF) na África, Ásia e América Latina de modo a oferecer uma análise atual e em profundidade da distribuição e desempenho das IMFs em nível internacional. O banco de dados das IMFs identificadas, que atuam em 85 países em desenvolvimento, mostra 1.500 instituições (688 somente na Indonésia, e o restante espalhado pelo mundo) apoiadas por organizações internacionais. Esse banco de dados de IMFs evidencia a presença de uma multidão delas que, exceto nos países mais instáveis, estão bem distribuídas, sem esquecer nenhuma região. As IMFs são bastante diferentes em termos de sistema de empréstimos e de situação legal, o que permite espaço para inovações, mas de qualquer modo elas ainda atuam de modo bastante concentrado. Os dados podem ser acessados por vários critérios de busca, como o tipo de IMF ou a região onde atua. Os resultados apresentados dão uma visão geral do atual estágio de desenvolvimento das IMFs, e oferecem padrões para avaliações comparadas.

STRENGTHENING THE KNOWLEDGE AND INFORMATION SYSTEMS OF THE URBAN POOR

Fortalecendo os sistemas de conhecimento e de informação dos pobres urbanos

Theo Schilderman. 2002. Intermediate Technology Development Group (ITDG). Londres, 54 pgs.

Disponível em: www.itdg.org/html/shelter/docs/kis_urban_poor_report_march2002.doc

THE GOOD FOOD BOX GUIDE: HOW TO START A PROGRAM IN YOUR COMMUNITY

O guia da caixa de comida boa: como começar um programa em sua comunidade

Schart, Kathryn e Morgan, Mary Lou. FoodShare, Toronto, Canadá.

Preço: 25 dólares canadenses. Pedidos: www.foodshare.net/learn.htm#pub3

Esse manual foi publicado para as pessoas que estão pensando sobre como começar um programa em sua própria comunidade. O "guia da caixa de comida boa" foi concebido para fornecer orientação para pessoas e organizações que estão interessadas em desenvolver um sistema de distribuição de frutas e hortaliças sem fins lucrativos, de modo que encoraje o desenvolvimento da comunidade. São oferecidos exemplos de folhetos, panfletos promocionais, conteúdos adequados para as caixas, métodos de trabalho e mecanismos para garantir a expansão. Um resumo de uma avaliação profissional que foi produzida sobre o programa "a caixa da comida boa" também foi incluído para ser usado por possíveis apoiadores e financiadores.

Eventos de interesse sobre agricultura urbana

Congresso sobre Agrosilvicultura

Orlando, EUA – 27 de junho a 2 de julho de 2004

Profissionais de todo o mundo envolvidos com a agrosilvicultura, desde os ligados à academia ou ao governo até os técnicos ligados ao setor privado e os voluntários, estarão reunidos no I Congresso Mundial de Agrosilvicultura, em Orlando, Florida, EUA. Os objetivos gerais são compartilhar conhecimentos e idéias e desenvolver estratégias para a pesquisa, a educação e o treinamento nessa área. Ao final, deverá ser editada uma publicação contendo os conhecimentos mais atuais sobre agrosilvicultura. Para mais detalhes, visite: www.conference.ifas.ufl.edu/wca

Conferência internacional sobre agricultura urbana

Brisbane, Austrália – meados de 2004-09-23

Essa conferência, “Urbanag 2004”, irá focalizar a cidade de Brisbane como uma cidade que está se tornando um exemplo importante para o mundo pelo desenvolvimento da agricultura urbana que vem promovendo, e influenciando o futuro dessa atividade entre os países do Pacífico Ocidental. Mais informações com Geoff Wilson: fawmpl@powerup.com.au - Telefone: +61 7 3349-1422; Fax: 3343-8287

Conferência ICAST 2003

12 a 15 de outubro de 2003

Essa Conferência pretende oferecer oportunidades para a divulgação do conhecimento científico e difusão de tecnologias através do mundo. Nela serão discutidos os fundamentos do desenvolvimento sustentável à luz dos avanços mais recentes em ciência e tecnologia. Promover o co-desenvolvimento holístico da economia, ambiente, recursos, comunidades e culturas de modo a melhorar a qualidade de vida de todos.

Para mais informações; www.2003icast.org

Gerenciamento de projetos em saneamento urbano

15 de setembro a 14 de dezembro de 2003

Aide au Développement (Ajuda ao Desenvolvimento) de Gembloux é uma ONG ligada à Universidade de Gembloux, na Bélgica. Ainda existem vagas para um curso (em francês) sobre Saneamento Urbano. Para mais informações: www.ong-adg.be ou contate: I. Alain Lê Roi, Coordenador de estágios internacionais ADG, Passage des deportes, B-5030 Gembloux, Bélgica. Telefone: (+32-81) 62-2574; Fax: (+32-81) 60-0022.

A interface periurbana em áreas em desenvolvimento: abordagens ao uso sustentável de recursos naturais e humanos - Conferência Anual

Londres, Inglaterra – de 3 a 5 de setembro de 2003

Essa conferência é organizada pelo Grupo de Pesquisa em Áreas em Desenvolvimento (Developing Areas Research Group). A interface periurbana nos países em desenvolvimento é caracterizada pela grande pressão sobre os recursos naturais diante do aumento da atividade humana. Estudos resumidos serão bem-vindos, que abordem os impactos da urbanização acelerada sobre os modos de vida e a pobreza, e que examinem as pressões sobre os modos de vida ou sobre os recursos naturais, sobre o solo, e as questões ligadas ao lixo. As apresentações devem focar na implementação de

soluções sustentáveis, no desafio de conciliar as diversas necessidades humanas, e a pressão sobre os recursos.

Mais informações: Duncan McGregor – d.mcgregor@rhul.ac.uk; Department of Geography, Royal Holloway, University of London, Egham, Surrey TW20 0EX, Reino Unido

X Curso Regional de Treinamento em cultivos de hortaliças

Centro Regional da AVRDC para África - Centro de Pesquisa e Treinamento em Arusha, Tanzânia - 7 de julho a 7 de novembro de 2003

O Centro Asiático de Pesquisa e Desenvolvimento de Hortaliças (Asian Vegetable Research and Development Centre – AVRDC) é uma organização internacional sem fins lucrativos comprometida em aumentar a segurança alimentar no mundo, com sede em Taiwan. O Programa Regional Africano da AVRDC foi criado em 1992 para ajudar a melhorar a nutrição e a saúde, o emprego e a renda dos pobres da África. Esse curso intensivo sobre produção de hortaliças é dirigido aos profissionais africanos e oferecerá uma combinação de palestras e exercícios práticos realizados em laboratório e no campo. Especial ênfase será dada ao cultivo das espécies identificadas pelo NARES africano como merecendo alta prioridade, inclusive na região sub-sahariana. O curso é voltado especialmente para as equipes de extensão das instituições de pesquisa e extensão, incluindo universidades e ONGs, e das empresas privadas que trabalham com produção agrícola. As inscrições devem ser solicitadas até maio de 2003. Mais informações: AVRDC Regional Centre for África, avrdc-arp@cybernet.co.tz. P.O. Box 10, Duluti, Arusha, Tanzânia. Tel.: +255 27 255-3093/255-3102. Fax: 255-3125.

Simpósio Internacional “Metodologias para avaliação de riscos na reutilização de águas servidas e o impacto na qualidade das águas subterrâneas”

Sapporo, Japão – 30 de junho a 11 de julho de 2003

Esse encontro faz parte da 33a Assembléia Geral da União Internacional de Geodesia e Geofísica. Os temas incluem a avaliação da degradação do solo pela aplicação de águas servidas, processos no solo, produção e qualidade dos cultivos, e riscos para a saúde humana. Mais informações:

www.jamstec.go.jp/jamstec-e/iugg/index.html ou com Mr. Steenvoorden:

j.h.m.steenvoorden@alterra.wag-ur.nl

5o. Encontro de Agricultura Orgânica

Havana, Cuba – 27 a 30 de maio de 2003

Organizado pela ACTAF (Associação Cubana de Engenheiros Agrônomos e Florestais), essa conferência discutirá as novas experiências relacionadas com os sistemas integrados de gerenciamento dos recursos naturais, tecnologias apropriadas, aspectos sociais e econômicos, aspectos ambientais, e a contribuição da agricultura orgânica para o desenvolvimento urbano sustentável. A língua da conferência será o espanhol. Mais informações com Nilda Consuegra: nilda@isch.edu.cu

Seminário e exibição de cartazes na Conferência GFAR 2003

Dacar, Senegal – 22 a 24 de maio de 2003

O Fórum Global de Pesquisas Agrícolas (Global Forum on Agricultural Research - GFAR) fará realizar sua Conferência 2003 no Senegal, com o objetivo de avaliar os resultados alcançados nos últimos três anos, identificando novas questões globais de relevância para as atividades de pesquisa e desenvolvimento agrícola, e desenvolver um marco de ações para consolidar as promissoras parcerias em andamento para lidar adequadamente com os vários temas prioritários. A minuta da agenda e o formulário de inscrição podem ser acessados em www.egfar.org/gfar2003/default.html. O GFAR está solicitando propostas que relatem casos bem-sucedidos de pesquisa agrícola e parcerias voltadas para o desenvolvimento sustentável. O GFAR também está organizando uma exposição de cartazes como

parte da Conferência em Dacar. Todos os interessados estão convidados a enviar experiências bem-sucedidas de pesquisa e desenvolvimento agrícola, especialmente ligados a organizações de agricultores, grupos de mulheres, agronegócios e ONGs. Mais informações: GFAR-Secretariat@fao.org; www.egfar.org

Pavimentando o caminho à frente: uma conferência internacional sobre as melhores práticas em finanças rurais

Washington, DC – 2 a 5 de junho de 2003

Patrocinado pela USAID e organizado pela BASIS/CRSP e WOCCU, essa conferência será organizada no International Trade Centre, Ronald Reagan Building, em Washington D.C., e irá recolher as lições e melhores práticas em finanças rurais – os sucessos e os fracassos ligados ao financiamento para a agricultura, liberalização financeira, gerenciamento do risco, e microfinanças. Os resultados vão alimentar novas idéias sobre mercados e serviços financeiros sustentáveis, adequados para enfrentar os desafios específicos da economia rural. O exame das atuais instituições, dos programas em andamento, e dos meios para melhorar as políticas financeiras rurais resultará em recomendações de políticas e programas para os doadores e praticantes envolvidos com desenvolvimento financeiro rural. Mais informações: www.basis.wisc.edu/rfc

Cidades, desigualdade e subjetividade nas Américas

Guadalajara, México – 14 a 16 de maio de 2003

Esse evento que será realizado no Instituto Tecnológico e de Estudos Superiores do Ocidente (ITESO), em Guadalajara, está sendo organizado com o apoio da Fundação Rockfeller. O programa de pesquisa “Fluxos translocais: migrações e disputas dos espaços urbanos nas Américas” é uma iniciativa do Programa sobre América Latina e Caribe e do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais (Social Science Research Council – SSRC), com o objetivo de promover pesquisas e fortalecer os mecanismos de diálogo internacional sobre processos sociais contemporâneos e práticas culturais nas Américas. Mais informações: www.translocal-flows.ssrc.org/english/conferences.

Conferência Internacional sobre Vilas Urbanas

Murdoch, Austrália – 5 a 6 de maio de 2003

O Centro de Tecnologias Ambientais da Universidade de Murdoch está organizando essa conferência para expor e discutir exemplos atuais, nacionais e internacionais, de vilas urbanas. Também serão discutidos as várias correntes de pensamento contemporâneas sobre o futuro desse modelo de desenvolvimento social. Fatores que afetam a sustentabilidade das vilas urbanas também serão analisados. Tais tópicos incluirão a qualidade de vida, emprego, educação, construção, transporte, planejamento, energia, água, lixo e produção de alimentos. Mais informações: Dr. Kuruvilla Mathew – mathew@essun1.murdoch.edu.au. Tel. +61 8 9360-2896; Fax: 9310-4997.

FOOD-AFRICA Melhorando os sistemas alimentares na África Sub-sahariana: Respondendo a um ambiente em transformação – Fórum Eletrônico e Reunião Internacional de Trabalho

Yaounde, República dos Camarões – 11 de março e 11 de abril de 2003 e 5 a 9 de maio de 2003

A iniciativa do FOOD-AFRICA irá (1) rever as atuais atividades de pesquisa e desenvolvimento que afetam os sistemas alimentares na África sub-sahariana; (2) identificar as lacunas nas estratégias atuais de pesquisa sobre alimentação e saúde; (3) recomendar futuras estratégias de pesquisa; e (4) melhorar as relações entre pesquisadores, particularmente os cientistas mais jovens, da África e da Europa. O evento acontecerá primeiramente por meio de um fórum eletrônico, via internet, em www.foodafrica.nri.org/conference/forum.html, entre 11/03 e 11/04/2003, e a seguir em um encontro internacional de trabalho, entre 5 e 9/05/2003, em Yaoundé, República dos Camarões

(www.foodafrica.nri.org/conference/workshop.html). Mais informações:
www.foodafrica.nri.org/index.html

Conferência Eletrônica sobre Agricultura Urbana

21 a 30 de abril de 2003

A Imagen Educativa, uma organização participante da Rede de Agricultura Urbana AGUILA, está organizando uma conferência virtual (em espanhol) com o tema “Agricultura Urbana e Desenvolvimento Humano”. Serão abordados, entre outros, tópicos como segurança alimentar, hidroponia, e nichos de oportunidade. Mais informações: www.imageneducativa.org

Conferência Henry A. Wallace, CIAT

Turrialba, Costa Rica - 19 a 21 de março de 2003

Como parte da celebração da 30ª. aniversário da CATIE, uma segunda conferência será organizada dentro da série inter-americana das Conferências Científicas de “Henry A. Wallace”, dedicada ao tema “Financiando o Desenvolvimento Rural Sustentável na América Tropical: inovações para maior segurança alimentar, competição e conservação”. Mais informações:
www.catie.ac.cr/events/conferences/Wallace_2/principal_ing.htm

Fórum Mundial da Água

Kioto, Japão – 16 a 23 de março de 2003

No III Fórum Mundial da Água, recentemente realizado, foram apresentados um documento elaborado pelo RUAF em parceria com o IWMI sobre Agricultura Urbana, e o 80. número da Revista de Agricultura Urbana, sobre o uso agrícola de águas servidas nas cidades e periferias. Os resultados da conferência podem ser acessados em: www.worldwater-forum3.com ou em
www.worldwaterforum.org

Conferência eletrônica sobre o desenvolvimento de “ecocidades”

Fevereiro a junho de 2003

Essa conferência eletrônica, via internet, é uma atividade que permitirá aos participantes da 5ª Conferência sobre Ecocidades, recentemente concluída em Shenzhen, China, em agosto de 2002, continuarem a trocar idéias e experiências. Também permitirá, às pessoas que não puderam comparecer à conferência, participarem, pela internet, das discussões dos documentos que foram apresentados, e poderem apresentar seus trabalhos. Um dos objetivos dessa conferência virtual é promover o trabalho em rede e a cooperação sobre desenvolvimento de ecocidades com os seus organizadores. Todos os resumos e documentos apresentados na 5ª. Conferência estão disponíveis no sítio referido abaixo. Outros materiais para as discussões eletrônicas, durante a conferência eletrônica, incluem textos novos sobre os mesmos tópicos discutidos na 5ª Conferência.

Mais informações: www.ias.unu.edu/proceedings/icibs/ecocity03/index.html

Desenvolvimento urbano para reduzir a pobreza: uma agenda de pesquisa

Washington, D.C., Estados Unidos – 9 a 11 de dezembro de 2002

O Banco Mundial organizou esse evento, no qual participou a TUAN (The Urban Agriculture Network), uma ONG parceira do RUAF. Infelizmente, muito pouca atenção foi dada à segurança alimentar urbana e à agricultura urbana.

Mais informações: www.worldbank.org/urban/symposium2002/index.html